



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANDRÉIA VIEIRA DA SILVA

TESE DOUTORAL

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ESTRATÉGIA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO**

João Pessoa-PB
2010

ANDRÉIA VIEIRA DA SILVA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ESTRATÉGIA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como pré-requisito para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. José Arlindo Soares

João Pessoa-PB
2010

S586e *Silva, Andréia Vieira da.*

**Economia solidária: uma estratégia política de desenvolvimento /
Andréia Vieira da Silva. - - João Pessoa: [s.n.], 2010.**

208 f.: il.

Orientador: José Arlindo Soares.

Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA.

*1.Economia solidária. 2.Capitalismo. 3.Autogestão.
4.Capital social e redes. 5. Inclusão social.*

UFPB/BC

CDU:330.87(043)

ANDRÉIA VIEIRA DA SILVA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ESTRATÉGIA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO**

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Arlindo Soares
Orientador

Prof. Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz
Examinador

Prof. Dr. José Brendan Macdonald
Examinador

Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto
Examinador

Prof. Dr. Cezar Nonato Bezerra Candeias
Examinador

*...e quando tudo mais faltasse, um segredo: o de
buscar no interior de si mesmo a resposta e a força para
encontrar a saída. (Gandhi)*

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha filha querida, *Anne Roberta Vieira de Sousa*, que é a luz da minha energia e é a principal prova da existência de Deus na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos àqueles que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e de outros tantos, os quais se fizeram presentes em minha vida acadêmica. Amigos, mestres, colegas; pessoas com as quais muito aprendi ao longo dessa jornada.

Em primeiro lugar, a Deus, que me manteve forte, possibilitando seguir adiante mesmo quando os entraves pareciam ser grandes. A ele, por essa luz, uma incontestável força que irradia e me faz seguir em frente e querer sempre mais e, sobretudo por, na grande maioria das vezes, tornar possível a realização de sonhos que por vezes pareciam tão difíceis.

À minha mãe, uma mulher forte, de garra e de muita luta, da qual tenho profundo orgulho, por não medir esforços na busca de seus objetivos. Um exemplo de determinação.

Ao meu orientador, Prof. Arlindo Soares, de quem sempre terei recordações memoráveis, sobretudo pelas divergências que tivemos a oportunidade de constatar serem momentos de profundo crescimento. Uma pessoa admirável, com quem aprendi mais do que teorias, mas pelo seu entusiasmo ao dar aulas trazendo-nos a sua experiência como ilustração, vivências de um Estado que não está nos livros, mas que brada por uma cidadania mais justa e menos excludente.

Ao professor Artur Perusi, pela paciência e pelos diversos momentos de diálogo e ajuda.

Ao meu grande amigo Prof. José Neto, um parceiro de muitas horas, atividades, seminários, um bom ouvido, mas, sobretudo, um ser admirável pela sua constante capacidade de buscar na educação popular solidária um mecanismo possível de desenvolvimento para o nosso país, possibilitando desta forma, o resgate de tantos

cidadãos e a emergência de muitos empreendimentos econômicos pelo seu trabalho árduo à frente da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFPB. Mais do que um compromisso institucional, uma crença no social.

Ao meu grande amigo Xavier, com quem tive a oportunidade de dialogar e partilhar o esforço da escrita no vôo de muitas idéias, contando sempre com muita ajuda, compreensão e bons conselhos.

Ao meu esposo, Roberto, meu companheiro, cúmplice e amante de todas as horas.

À minha filha, Anne, pela incontestável capacidade de revitalizar minhas forças, de me acalantar e me dar alegria, mostrando-me a cada momento que Deus existe e vela por nós sempre. Ela é sem dúvida o traço mais forte da existência divina em minha vida.

Aos meus sobrinhos André, Gustavo, Isabela e Débora, pessoas que vi crescer e hoje estão começando a traçar seus próprios destinos, aos quais desejo sorte e sucesso em suas trajetórias.

A Nelsa, uma pessoa com quem pude contar durante esse período e que muito me ajudou.

Ao meu irmão Zezé, uma pessoa muito especial e que muito me ensinou.

As minhas amigas Thalyta e Teânia, duas figuras incansáveis e igualmente aceleradas, mas maravilhosas e pelas quais tenho um carinho muito especial.

Aos meus amigos empreendedores de Economia Solidária, Maria José, Mônica, Leonila, Fátima, D. Terezinha, D. Socorro, Luizinho, pessoas com quem aprendi uma lição fundamental: a de que é possível viver com pouco e ainda assim dividir com os outros. Pessoas que me ensinaram que a solidariedade não é dar aquilo

que para nos é excedente, mas ser capaz de partilhar o pouco que se tem, acreditando que se pode viver assim.

Enfim, a todos aqueles que eu tive a oportunidade de conhecer ao longo dessa jornada que não termina aqui, mas espero que seja apenas o início de uma nova história, onde eu possa contribuir com o pouco que aprendi no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e talvez, assim, possa repensar um velho questionamento que a muito me acompanha: “Para que se formam sociólogos”?

Por fim, aos funcionários e professores do DCS e PPGS, pelo convívio de mais essa jornada na Academia.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo realizar uma discussão acerca da Economia Solidária como uma prerrogativa de organização da sociedade civil, tanto na geração alternativa de trabalho e renda como num processo de inclusão social, em virtude das distintas minorias que dele fazem parte, isto é, uma nova estratégia de desenvolvimento possível. Neste sentido, busca, também, realizar um breve balanço do acúmulo referente ao movimento, tomando-se como referência o ano de 2003, momento em que a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada, ressaltando suas principais ações realizadas, em particular o mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, ou seja, é uma tentativa de compreender como os movimentos sociais fazem do modelo de produção, com base na Economia Solidária, um caminho para fortalecer o diálogo entre diferentes grupos de produtores que conseguiram ampliar o reconhecimento desse modelo solidário na esfera institucional. Assim, a hipótese central do presente trabalho é a de que a Economia Solidária é uma estratégia política de desenvolvimento, em contraponto ao modelo excludente do capitalismo vigente. Para tanto, metodologicamente, realizamos um estudo descritivo de natureza quali-quantitativa, com a utilização dos seguintes instrumentos na coleta de dados: observação participante, entrevistas semi-estruturadas, aplicação de diagnóstico e revisão bibliográfica. As conclusões apontam a Economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento, sobretudo com a viabilização do círculo virtuoso estabelecido pelas categorias capital social, redes e solidariedade. Constatou-se, na Economia Solidária, uma ferramenta de inclusão social, de geração de trabalho e renda, resultando no trabalho produzido como fonte de valor humanístico, solidário, com maior qualidade de vida e bem-estar dos atores envolvidos.

Palavras-chave: economia solidária, inclusão social, capitalismo, identidade, autogestão, desenvolvimento, emancipação, capital social e redes.

ABSTRACT

The present thesis has as objective to carry through a quarrel concerning the Solidary Economy while a prerogative of organization of the civil society in such a way in the alternative generation of work and income as a process of social inclusion in virtue of the distinct minorities that of it are part, that is, a new strategy of possible development. In this direction, it also searches, to carry through a brief rocking of the referring accumulation to the movement, being been overcome as reference the year of 2003, moment where the National Secretariat of Solidary Economy was servant, standing out its main carried through action, in particular the mapping of the Solidary Economic Enterprises - EES, that is, is an attempt to understand as the social movements make of the production model, on the basis of the solidary economy, a way to fortify the dialogue between different groups of producers and had obtained to extend the recognition of this solidary model in the institucional sphere. Thus, the central hypothesis of the present work is of that the solidary economy is a strategy development politics, in counterpoint to the exculpatory model of the effective capitalism. For in such a way, metodologicamente, we carry through a descriptive study of quali-quantitative nature, with the use of the following instruments in the collection of data: participant comment, half-structuralized interviews, application of diagnosis and bibliographical revision. The conclusions point the solidary economy while development strategy, over all, with the viabilização of the virtuous circle established by the categories capital stock, nets and solidarity. A tool of social inclusion, generation of work and income was evidenced in the solidary economy, resulting in the produced work as source of humanistic, solidary value, with bigger quality of life and well-being of the involved actors.

Keys Word: solidary economy, social inclusion, capitalism, identity, self management, development, emancipation, capital stock and nets.

RESUME

Présente thèse a comme objectif réaliser une discussion concernant l'Économie Solidaire comme une prérogative d'organisation de la société civile tant dans la génération alternative de travail et de revenu qu'une procédure d'inclusion sociale en vertu des distinctes minorités qui de lui font partie, ceci est, une nouvelle stratégie de développement possible. Dans ce sens, il cherche aussi, réaliser un bref équilibre de l'accumulation afférente au mouvement, en se prenant comme référence l'année de 2003, le moment où Secretaria Nacional d'Économie Solidaire a été domestiquée, en rejaillissant leurs principales actions réalisées, en particulier la cartographie des Entreprises Économiques Solidaires - EES, c'est-à-dire, est une tentative de comprendre comme les mouvements sociaux font du modèle de production, sur base de l'économie solidaire, un chemin pour fortifier le dialogue entre de différents groupes de producteurs et ont réussi à élargir la reconnaissance de ce modèle solidaire dans la sphère institutionnelle. Ainsi, l'hypothèse centrale du présent travail est ce dont l'économie solidaire est une stratégie politique de développement, en contrepoint au modèle justificatif du capitalisme efficace. Pour de telle façon, méthodologiquement, nous réalisons une étude descriptive de nature quali-quantitative, avec l'utilisation des suivants instruments dans rassemble de données : commentaire participant, entrevues semi-estructuradas, application de diagnostic et révision bibliographique. Les conclusions indiquent l'économie solidaire tant que stratégie de développement, surtout, avec la viabilisation du cercle vertueux établi par les catégories capital social, filets et solidarité. S'est constaté dans l'économie solidaire un outil d'inclusion sociale, de génération de travail et de revenu, en résultant dans le travail produit comme source de valeur humanistique, solidaire, avec plus grande qualité de vie et de bien-être des acteurs engagés.

Mots clé: économie solidaire, inclusion sociale, capitalisme, identité, autogestion, développement, émancipation, capital social et filets.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
2. Uma visão geral sobre Economia Solidária	32
2.1. Os caminhos diversos da Economia Solidária na Europa	35
2.2. Um pouco de Economia Solidária na América Latina.....	40
2.3. A Economia Solidária no Brasil.....	43
3. Organização da Economia Solidária.....	53
3.1. Os principais eixos da Plataforma da Economia Solidária.....	55
3.2. Participação e controle social.....	59
4. O momento da institucionalização: a criação da SENAES	64
4.1. O mapeamento nacional da Economia Solidária	66
4.2. Alguns resultados concretos sobre ECOSOL.....	75
4.3. Algumas percepções acerca da criação da SENAES.....	92
5. Trabalho e Economia Solidária.....	95
5.1. Trabalho e as relações de trabalho no capitalismo.....	97
5.1.1. O Taylorismo.....	107
5.1.2. O Fordismo.....	111
5.1.3. Acumulação Flexível.....	116
5.2. Uma forma alternativa à crise da flexibilização: Economia Solidária.....	121
6. Princípios da Economia Solidária.....	147
6.1 O princípio da auto-gestão: o maior dos desafios	147
6.2. Outros princípios da Economia Solidária.....	155
6.3. Alguns desafios ainda a serem enfrentados.....	156
6.3.1. Algumas experiências de Economia Solidária na Paraíba.....	156
7. Uma nova perspectiva de Desenvolvimento	168
7.1. Políticas Públicas de Ecosol.....	183
Considerações Finais	188
Referências	199
Anexos	209
Anexo I: Carta de Princípios ao Governo Lula	
Anexo II: Roteiro de entrevista	
Anexo III: Diagnóstico de Economia Solidária	
Anexo IV: Perfil dos Entrevistados	

LISTA DE SIGLAS

Sigla	Significado
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PACS	Projetos Alternativos do Cone Sul
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão
UNISOL	União e solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
SENAES	Secretaria Nacional de Economia solidária
SRTE/PB	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba
DRT	Delegacia Regional do Trabalho e Emprego
RIPESS	Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária
SDTS	Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ITCPS/INCUBES	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
CONCRAB/MST	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário
ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
MEC	Ministério da Educação e do Desporto
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EAF	Entidade de Apoio e Fomento
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
PPDLES	Programa de Desenvolvimento Local
EGE	Equipe Gestora Estadual
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONINC	Programa Nacional de Incubadora de Cooperativas

1. INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objetivo realizar um estudo sobre as condições de funcionamento, no Brasil, do que se convencionou chamar nova economia solidária que, de acordo com muitos movimentos sociais, pode vir a se tornar uma alternativa ao paradigma dominante da economia globalizada.

A Economia Solidária é apresentada sob outras nomenclaturas, tais como: Economia Social, Economia Popular, Sócio Economia Solidária, Humanoeconomia, Economia Popular e Solidária, Economia de Proximidade, Economia de Comunhão. Contudo, nesta tese optou-se por utilizar a denominação Economia Solidária, uma vez que o foco desta pesquisa bibliográfica está na dimensão das políticas públicas do Governo Federal e a Secretaria Nacional de Economia Solidária delimita o já referido termo como palavra-chave para a discussão desta outra economia.

O que vem a ser Economia Solidária? A partir de diversos autores que vêm trabalhando sobre o tema, poderíamos dizer que o termo sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico, baseadas em novas e antigas formas de solidariedade; seja em uma perspectiva de busca de alternativa de emprego, ou para a falta dele, seja em uma perspectiva de construção de um modelo alternativo e diferenciado do capitalismo, ou simplesmente, enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de valores relacionados com o modo de ser cuidado. (FRANÇA FILHO 2004, SINGER 2000, VAINER 2000, ARRUDA e BOFF 2000, ARRUDA 1996, CORAGGIO 2000, RAZETO 1997).

Segundo Roberto Marinho, a Economia Solidária é:

um conjunto de atividades econômicas – de produção, comercialização, consumo, serviços e finanças – realizadas e organizadas coletivamente

por trabalhadores/as. Inspiradas em valores da solidariedade, da cooperação e da autogestão, essas iniciativas solidárias visam à geração de renda e oportunidades de trabalho associado por meio da viabilidade econômica dos empreendimentos. (Entrevista realizada em fevereiro de 2007).

Diante dessa premissa, pretende-se promover uma incursão teórica e cronológica em duas fases distintas da evolução desse fenômeno social, no Brasil, que se apresenta como um sistema ou modalidade de organização do trabalho ou da produção e distribuição da riqueza que poderá gerar formas de organização social. A primeira fase é representada pela tentativa de alguns movimentos sociais de viabilizarem uma alternativa de organização do processo produtivo e uma segunda é marcada pelo reconhecimento dessa proposta como uma política de governo através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Verifica-se, no decorrer da história, que o mundo se depara com o debate acerca de como se encontrar maneiras de melhor equacionar o relacionamento entre as esferas Estado, sociedade e mercado. De um modo geral, busca-se, em mínima instância, a possibilidade de se respeitar as diversidades e chegar à equidade social.

Desde, por exemplo, as sugestões de Maquiavel para a sustentação de principados, de Robert Owen¹ para o governo da Grã Bretanha, de Vladimir Lênin para

¹ **Robert Owen** foi um rico industrial inglês nascido em Newtown, Montgomeryshire, País de Gales, que se transformou em um dos mais importantes *socialistas utópicos* mediante a criação de várias comunidades industriais. Autodidata, começou a trabalhar aos dez anos, como auxiliar de alfaiate, e sua contribuição nasceu da própria experiência em uma fábrica de fios de sua propriedade em New Lanark, Lanarkshire, Escócia, onde observou que a maioria das pessoas trabalhava e vivia em péssimas condições de higiene e moradia. Tornou-se sócio da empresa (1800) e ali instalou uma comunidade inspirada nos ideais utópicos: melhorou as casas, criou um armazém em que se podiam comprar mercadorias a preço módico, promoveu o estrito controle das bebidas alcoólicas reduzindo o vício e o crime e fundou a primeira escola maternal britânica (1816). Montou uma fiação no centro de uma comunidade operária (1817), com **Jeremy Bentham** e o *quacre* **William Allen**, e promoveu a organização de serviços comunitários de educação, saúde e assistência social. A comunidade passou, então, a se autogerir com todos os integrantes pertencendo à mesma classe. No lugar de dinheiro circulavam vales correspondentes ao número de horas trabalhadas. Rico e influente, empenhou-se junto aos poderes públicos para melhorar as condições de trabalho, reduzir a jornada e regulamentar o trabalho de menores. Pregou a formação de cidades-cooperativas, ou comunidades autônomas de trabalhadores, como solução para a questão social.

a URSS² e de Keynes³ para os EUA, foram formuladas e apresentadas sugestões que significaram propostas de políticas, cujos objetivos vislumbraram o desenvolvimento de países ou regiões.

Dos pensadores acima relacionados, destacamos Owen, em virtude de sua importância para o trabalho associativo.

A repercussão de sua obra ultrapassou as fronteiras do país, e chamaram a atenção, sobretudo suas inovações pedagógicas: jardim de infância, escola ativa e cursos noturnos. Fundou outras comunidades como as de Orbiston, perto de Glasgow e transferiu-se para os Estados Unidos (1824) a fim de pôr à prova suas idéias, fundando a efêmera comunidade de New Harmony, Indiana, na qual não obteve sucesso e ainda praticamente perdeu toda sua fortuna. Voltou ao Reino Unido (1829) onde organizou uma rede de cooperativas e um sistema de bolsas de trabalho e promoveu uma vasta união sindical (1834). Tornou-se espiritualista (1852) e morreu em sua cidade natal. Seu livro mais importante foi *The New Moral World* (1834-1845) e foi o primeiro a usar a palavra *socialismo*, para denominar sua doutrina.

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/RoberOwe.html>. Acessado em 19/04/2009.

² **Vladimir Lenin** foi um revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista, e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada Leninismo. A originalidade de Lenin manifestar-se-ia na discussão sobre os estatutos do Partido Operário Social Democrata Russo, em **1903**, quando do segundo congresso deste partido, no qual Lenin argumentou pela constituição de um partido centralizado e dirigido por intelectuais com intensa formação teórica marxista, em oposição à tese de um partido organizacionalmente fraco, que se limitasse a se enquadrar à atividade sindical do movimento operário. Para Lenin, a mera agitação sindical, desprovida de uma base doutrinária voltada para o socialismo, acabava por reduzir-se a reivindicações parcelárias por maiores salários e menos horas de trabalho, que aceitavam a exploração capitalista enquanto tal, visando apenas minorá-la. Para que tal agitação levasse à refundação socialista da sociedade burguesa, seria necessário a existência de marcos teóricos claros, associados não apenas aos interesses específicos da classe operária, mas de todas as questões sociais, políticas, culturais, religiosas etc., referentes à situação concreta da sociedade como um todo. Neste sentido, a consciência socialista, que os sindicalistas supunham ser um traço ontológico da classe operária, para Lenin só poderia chegar à mesma classe operária 'de fora' dela mesma, mediante o trabalho teórico e de agitação de intelectuais de classe média. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Vladimir_Ilich_Ulianov). Acessado em 22/04/2009.

³ **Keynes** defendeu o papel regulatório do **Estado** na economia, através de medidas de **política monetária** e fiscal, para mitigar os efeitos adversos dos **ciclos econômicos** - **recessão**, **depressão** e **booms** econômicos. Keynes é considerado um dos pais da moderna **teoria macroeconômica**. O objetivo de Keynes, ao defender a **intervenção do Estado** na economia não é, de modo algum, destruir o **sistema capitalista** de produção. Muito pelo contrário, segundo o autor, o capitalismo é o sistema mais eficiente que a humanidade já conheceu (incluindo aí o **socialismo**). O objetivo é o aperfeiçoamento do sistema, de modo que se una o altruísmo social (através do Estado) com os instintos do ganho individual (através da livre iniciativa privada). Segundo o autor, a intervenção estatal na economia é necessária porque essa união não ocorre por vias naturais, graças a problemas do livre mercado (desproporcionalidade entre a poupança e o investimento e o "Estado de Ânimo" ou, como se diz no Brasil, o "Espírito Animal", dos empresários). (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Keynes>). Acessado em 22/04/2009.

Segundo Chaves e Jesus Pinto (2007, p. 61), Owen testou suas proposições, inicialmente, em sua grande indústria têxtil inglesa de New Lanark, limitando a jornada de trabalho e não empregando crianças. Com esta prática, atestou que os níveis de produtividade da fábrica aumentaram significativamente, partindo para outras experiências como a Colônia Cooperativa de New Harmony, nos Estados Unidos e outras Aldeias Cooperativas no mesmo país e na Irlanda, que propunham uma reformulação da sociedade. Criou ainda o Labour Exchange, uma espécie de Clube de Trocas, no qual o parâmetro de medida para as transações eram as horas trabalhadas para produção de um determinado bem, as notas de trabalho.

Na verdade, o que esses pensadores/estudiosos pretendiam com suas formulações era apresentar princípios universais para o funcionamento da sociedade. O relacionamento entre Estado, sociedade e mercado, portanto, se constitui no problema central da sociedade e das teses sobre este relacionamento, de modo a atender às necessidades e interesses reais de cada segmento. Por isto, todos os programas de governos ou de Estado têm, no conceito de desenvolvimento, seus principais discursos. Neste sentido, esta tese apresenta a Economia Solidária como proposta que busca mediar os interesses das esferas em relações na sociedade moderna. Com este entendimento, seria a ECOSOL (Economia Solidária) uma proposta alternativa para um novo modelo de desenvolvimento social e econômico, situação que será mais bem explicitada em capítulo próprio.

Para Oliveira e Verardo (2007), o enfoque central dos estudos que analisam os processos de desenvolvimento foi sempre o de enfatizar o crescimento econômico como a única prerrogativa que atenderia a todas as necessidades da humanidade, sem levar em conta a diversidade social e cultural dos povos. Para estes

autores/pesquisadores/estudiosos/teóricos, desenvolvimento, conceitualmente apresenta a seguinte conotação:

fala-se em desenvolvimento quando se está referindo ao crescimento econômico. Crescimento não tem compromisso com justiça social, diminuição de desigualdade e tampouco considera qualidade de vida porque tem como ponto central o acúmulo de riquezas. Para o desenvolvimento não se trata de aferir lucro de qualquer maneira. O desenvolvimento considera a geração de riqueza relacionada com a distribuição, melhoria da qualidade de vida de todos e leva em conta a questão sócio-ambiental. Que crescimento é esse que endivida o futuro deixando uma conta que poderá ser impagável para as próximas gerações? Que evolução é essa que para crescer apenas uma área (por exemplo, a econômica e financeira) faz regredir outras? Ou para crescer uma região ou uma determinada cultura deve vampirizar outras regiões e outras culturas? Que evolução é essa em que apenas poucas famílias se apropriam das conquistas promovidas pela história da humanidade (tecnologia) para continuar apropriando-se da energia da humanidade e das riquezas da natureza presente?

E ainda segundo esses autores, uma nova formulação é possível:

[...] por conta disso, é fundamental repensar o desenvolvimento que se contraponha a essa visão e que sirva de alternativa à concepção dominante de progresso, evolução e do denominado 'desenvolvimento'.

Esses questionamentos serão mais aprofundados em capítulo próprio para discussão pormenorizada deste item, proposta central da tese em questão, ou seja, discutir a Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento.

No decorrer deste trabalho, busca-se apresentar uma perspectiva de “desenvolvimento” com base nos pressupostos da Economia Solidária, onde o exercício da democracia possa estar baseado num projeto de respeito à diversidade e promova a complementaridade das diferenças, proporcionando aos atores envolvidos o reconhecimento de diferentes capacidades produtivas, exercício das liberdades, de vivência plena da democracia, tudo isto articulado visando uma possível equidade

social, cultural e econômica, pilares mais amplos dessa nova proposta de desenvolvimento. Nesse sentido, tem-se como horizonte:

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. (SINGER, 2002, p.10)

Entretanto, Singer parece equivocado ao definir a solidariedade e a igualdade como valores que são naturais ao indivíduo quando, na verdade, são valores culturais e, portanto, construídos, aprendidos e, por decorrência, assumidos. São formulados nas relações sociais, de caráter dialógico, estabelecidas entre os indivíduos em ação.

Neste sentido, Arruda salienta a necessidade de reconhecimento desses valores como estratégia de efetividade para os mesmos. Arruda (2002, p. 2) considera que

a solidariedade consciente envolve o reconhecimento, o acolhimento e o respeito pelo outro como parte intrínseca do mundo de cada indivíduo. Em conseqüência convoca à responsabilidade de cada um pelo todo... a solidariedade consciente vai muito além do mero cumprimento dos deveres com o outro, a comunidade e a sociedade. Ela refere-se à postura ativa daquele que acolhe o outro porque é diferente, e portanto, complementar a si próprio. O princípio da solidariedade impulsiona valores como a partilha, a reciprocidade e a comunicação dialógica para a construção de unanimidades que respeitem a diversidade.

A Economia Solidária é uma prática cujas relações sociais são regidas pelos valores de autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, à questão de gênero, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável, global e coletivo. Também é entendida como uma estratégia de enfrentamento da exclusão social e da precarização

do trabalho, sustentada em formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda.

Quais seriam então os principais elementos constitutivos da ECOSOL?

Para Singer e Souza (2000:323), os elementos-chave da Economia Solidária são:

- a) autogestão para a solidariedade;
- b) fortalecimento das iniciativas econômicas cooperativadas e associativas;
- c) desenvolvimento de redes de apoio mútuo, de intercâmbios diversos;
- d) criação de formas alternativas de crédito e poupança;
- e) desenvolvimento de capacidades técnicas e científicas por meio de pesquisas e técnicas cada vez mais adequadas à satisfação das necessidades e aspirações humanas;
- f) desenvolvimento da capacidade de identificação dos potenciais e dos limites da natureza e o condicionamento do crescimento econômico a tais limites;
- g) criação de novos espaços sociais através da constituição de Conselhos, Assembléias e Fóruns permanentes.

Já Arruda (2000, *apud* BERTUCCI e SILVA, 2003, pp.67-68) utiliza o termo Sócio-Economia Solidária para se referir a

um movimento que transcende as iniciativas restritas ao econômico. Além das transformações institucionais na esfera sócio-econômica, implica mudanças profundas no nível das relações sociais e culturais: envolve mudanças na visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos.

Segundo Paul Singer, as iniciativas de Economia Solidária têm sido interpretadas como expressão econômica de processos muito recentes de organização social sob a forma associativa, que vêm questionando a capacidade do Estado para

remediar os efeitos do mercado e propõem o fortalecimento da sociedade organizada como forma de promover desenvolvimento e democracia.

Diferentemente dos autores anteriores, Carlos Vainer (2000, citado por LIMA, 2003) discorda do posicionamento da Economia Solidária, uma vez que acredita tratar-se de uma contradição juntar economia e solidariedade. Acredita que o capitalismo não permite espaços à solidariedade e que a proposta da Economia Solidária não constitui um modelo alternativo de organização social. Em suas palavras:

uma coisa é uma organização cooperativa, outra coisa é um projeto ideológico que promete instalar um território liberado do capital dentro do capitalismo. [...] O cooperativismo não é alternativa e pode ser, simplesmente, estratégia de controle [político de populações desesperadas]. Pode também, entretanto, em certas circunstâncias, oferecer a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser um outro mundo. (VAINER, 2000, p.10 *apud* LIMA, 2003).

Entretanto, para Razeto, a Economia Solidária visa o desenvolvimento, a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa. Razeto (2001, p.40, *apud* GADOTTI, 2001) a conceitua como:

formação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. – que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial diferente de outras racionalidades econômicas.

Na economia capitalista, as etapas de produção apresentam como fatores econômicos: capital (K) e trabalho (L). No modelo da Economia Solidária, Razeto (2001) destaca um novo fator (C) composto por cooperação, coletividade, colaboração e coordenação. Este novo componente se manifesta na forma de

cooperação de trabalho, que acrescenta a eficiência da força de trabalho; no uso compartilhado de conhecimentos e informações, que dá lugar a um importante elemento de criatividade social; na adoção coletiva das decisões; na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa, reduz a “conflitualidade” e os custos que deles derivam; na satisfação de necessidades de convivência e participação que implicam que a operação da empresa proporcione a seus integrantes uma série de benefícios adicionais não contabilizados monetariamente, mas reais e efetivos; no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos nas empresas, derivados da comunicação e mudança entre personalidades diferentes etc. (RAZETO, 2001, p.41)

Para Lisboa (2005, p.109), a expressão economia solidária designa inúmeras experiências que incluem formas diversas de

agricultura familiar; assentamentos do MST; empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão; cooperativas, redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares, inúmeras experiências de finanças solidárias; clubes de trocas e as economias indígenas e dos quilombos.

Analisando essas experiências de Economia Solidária, Lisboa considera que

não estamos nos referindo a um setor não mercantil e não monetário, como a economia da dádiva. Também não estamos falando dum setor não lucrativo, como o terceiro setor. O aspecto central da economia solidária não é a sua não-lucratividade, até porque a dimensão do lucro - ainda que renomeado como resultado, sobras ou excedente - está presente nas suas expressões mercantis... é preciso realçar que uma das originalidades da economia solidária é estar no mercado sem se submeter à busca do lucro máximo, como se evidência pela prática do preço justo pelos seus empreendimentos...abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função duma perspectiva social e ecológica. (LISBOA, 2005, p.109).

A ECOSOL é vista sob diversos olhares e, apesar de não representar a solução para os problemas levantados pelo capitalismo, serve como uma referência, “limitada no tempo e na qualidade, do que poderia ser outro mundo” (LIMA, 2003), uma utopia experimental.

Assim, o tema não é novo no pensamento político: em *A democracia na América* (1835), Alexis de Tocqueville já enfatizava a importância das associações civis para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Nas primeiras décadas do

século XX, Antonio Gramsci desenvolveu o conceito de sociedade civil dentro da perspectiva marxista, distinguindo-o do conceito de sociedade política. Já foi feita também sua contraposição em relação mercado, o que se deveu em grande parte às formulações teóricas de Jürgen Habermas (1984). Os chamados novos movimentos sociais, que surgiram no final dos anos 1960 e desde então têm motivado ampla literatura, partiram da ênfase na sociedade civil como esfera potencialmente emancipatória para questionar a capacidade do Estado de remediar os efeitos do mercado e nesse contexto se insere também a Economia Solidária.

No Brasil, a Economia Solidária é um movimento em crescimento na atualidade, cujas raízes históricas se encontram nas ações primordiais ou nas lutas de organizações de trabalhadores, de movimentos populares, de grupos engajados nas universidades e nas igrejas. Um movimento vivo, dinâmico, que se fortalece e se organiza cada vez mais e que começa a contar também com o apoio de governos.

A Economia Solidária surge no cenário de crise do capitalismo, momento em que o desemprego se consolida com índices altos e de forte exclusão do mercado de trabalho, situação que impulsiona os trabalhadores, em face desse processo de exclusão⁴ acirrada e crescente, a buscarem formas alternativas de produção, trabalho e, conseqüentemente, de geração de renda.

Nesse contexto,

se a taxa de desemprego é tão alta hoje, não é só por causa da insuficiência de criação de novos empregos. É também porque o número de pessoas que concorrem no mercado de trabalho é maior, já que os chefes de família têm mais dificuldade para encontrar trabalho

⁴ Hoje, a exclusão do trabalho aparece como fenômeno que caracteriza a questão social gerada pela reestruturação capitalista. Mas, ainda que existisse trabalho, não há como negar uma história evidente de acumulação dos mais diversos tipos de exclusão de amplos setores da população, tanto rurais como, e cada vez mais, urbanos. Para mencionar apenas a exclusão com respeito a três das condições essenciais para a vida em sociedade: a exclusão do acesso a um *habitat* e aos serviços de saúde e educação adequados. (CORAGGIO, 2000, p. 94)

do que as mulheres. Como também pelos tipos de empregos disponíveis e pelas políticas de contratação das empresas, que visam minimizar seus custos salariais. Os jovens e, em muitos casos, as crianças, saem das escolas para conseguirem um emprego. A presença de crianças e adolescentes em escolas noturnas está ficando cada vez mais freqüente, já que, de fato, a escola formal está vedada para eles. (CORAGGIO, 2000, p. 92)

Aliado a esses fatores, também se inclui um momento em que se acirra a preocupação com o meio ambiente e a renovação dos recursos naturais, ou seja, a preservação de ecossistemas, articulando novas formas de produzir e comercializar para assegurar a sobrevivência de milhares de trabalhadores. Enfim, há uma crise que vai além dos ditames econômicos, da falta de emprego, da preservação dos recursos naturais, da perda dos valores, da efemeridade do indivíduo: vive-se uma era do vazio, que se espelha nos múltiplos papéis desempenhados pelo indivíduo. Assim, como dentro do caos repousa a semente de uma nova ordem, é nessa premissa que apresentamos a ECOSOL que, a partir de seus valores, busca conduzir ao indivíduo à retomada de sua vivência coletiva, em comunidade, como forma de melhor viver.

Em termos sociológicos, o comunitarismo é uma reação esperável à acelerada liquefação da vida moderna, uma reação antes e acima de tudo ao aspecto da vida sentido como a mais aborrecida e incômoda entre suas numerosas conseqüências penosas – o crescente desequilíbrio entre a liberdade e as garantias individuais (BAUMAN, 2000, p.195)

Nesse sentido, temos na Economia Solidária uma nova possibilidade que emerge do seguinte contexto:

a economia solidária surge como uma reação à crise, na forma de numerosas iniciativas locais: a Cáritas cria (já a partir dos 1980) milhares de Projetos Alternativos Comunitários – PACs, sob o lema ‘a solidariedade liberta’; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST passa, desde o fim de 1980, a construir cooperativas agropecuárias nos assentamentos de reforma agrária; da Ação da

Cidadania contra a Fome e a Miséria – o maior movimento de massas da história recente do Brasil – surgem em meados dos 1990, as Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares; da transformação de empresas em crise falimentar em cooperativas pelos seus próprios empregados surge, mais ou menos na mesma época, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG, e alguns anos mais tarde, a União e Solidariedade das Cooperativas – UNISOL. Cabe mencionar ainda a expansão da Fundação UNITRABALHO (que congrega mais de 80 universidades), a multiplicação de diversas redes de cooperativas de crédito, a fundação da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES (com cerca de 700 cooperativas), do Banco Palmas de Fortaleza e numerosas outras iniciativas de desenvolvimento local nos bolsões de pobreza. (SINGER, 2006, p.201)

Na verdade, muitas comunidades locais estão se unindo para encontrarem uma alternativa nos moldes da economia solidária, que possa se contrapor aos resultados do modelo hegemônico que tem gerado desemprego em larga escala.

A Economia Solidária já está acontecendo hoje e está crescendo rapidamente, se espalhando pelo país inteiro, em milhares de empreendimentos econômicos, conforme teremos a oportunidade de constatar por meio de uma pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE, denominada Mapeamento Nacional de Economia Solidária, cuja finalidade primordial é identificar os empreendimentos com características de ECOSOL ou que potencialmente podem vir a se tornar um, ou seja, promover um diagnóstico em âmbito nacional para relacionar os empreendimentos econômicos solidários existentes ou que, eventualmente, apresentassem características que poderiam tornar-se parte da Economia Solidária.

Tomando-se como parâmetro esta pesquisa acima relacionada, bem como uma tipologia definida por Gaiger (empreendimento econômico solidário), a Economia Solidária pode ser identificada nos seguintes tipos de empreendimentos:

- associações, cooperativas, clubes de troca, redes, complexos cooperativos;

- agricultores que se juntam, trocam idéias e crescem, passando a produzir mais e melhor;
- grupos de costureiras, bordadeiras, doceiras, que produzem com capricho suas próprias criações;
- cooperativas de catadores, que se juntam para coletar, reciclar e transformar o lixo;
- trabalhadores de fábricas falidas, que formam novas empresas solidárias e, juntos, em igualdade de condições, são responsáveis pela recuperação e funcionamento dessas empresas renovadas, como é o caso da “Usina Catende”, em Pernambuco;
- amigos, vizinhos, colegas de trabalho, que se organizam para fazer compras solidárias, que beneficiam tanto quem consome quanto quem produz;
- comunidades que usam moeda social em seus clubes de trocas; bancos solidários, emprestando dinheiro sem juros, ou a juros baixíssimos, para financiar outros empreendimentos solidários, como podemos citar o exemplo do Banco Palmas, no Ceará;
- cadeias de produção solidária, em que um grupo que coopera produzindo vende para outro grupo, que coopera comprando.

São milhares de empreendimentos como esses, em todo o país, produzindo, comprando solidariamente, gerando trabalho e renda, mas com muitos desafios ainda pela frente.

Assim, a delimitação deste tema tem sua justificativa centrada na busca de compreensão de como os movimentos sociais, ao utilizarem um modelo de produção cujo enfoque são os princípios da Economia Solidária, o tornam uma nova estratégia de

desenvolvimento possível, contrapondo-se inclusive ao modelo vigente, o capitalismo, cujas bases têm ampliado a desigualdade social cada vez mais.

A integração mundial, por meio da globalização, gera efeitos paradoxais, tais como exclusão social, protecionismo, ações em rede anti-hegemônicas e fortalecimento local. Com a emergência de experiências efetivas de desenvolvimento social a partir do ‘empoderamento comunitário’ e com base nas redes sociais locais, o sistema capitalista pós-industrial está passando por mudanças em sua estrutura. Têm-se os arranjos produtivos autogestionários: um exemplo disso é a Economia Solidária, cujos princípios baseiam-se na cooperação, na concepção de mercado justo e na formação de redes associativas para desenvolvimento local, integrado e sustentável, sinalizando que o movimento de ECOSOL se configura como uma terceira via, na verdade um contraponto ao sistema econômico neoliberal vigente.

Na busca de compreender esse cenário e a Economia Solidária como fenômeno social, este trabalho teve início ao participarmos do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego que, no Estado da Paraíba, funciona sob a coordenação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, antiga DRT.

Em princípio, ao acompanharmos a implantação do Programa na Paraíba, participamos do desenvolvimento de várias de suas ações, dentre elas o mapeamento dos empreendimentos, uma das primeiras estratégias utilizadas pela SENAES, que se tratava de um diagnóstico realizado em âmbito nacional para identificação e catalogação dos empreendimentos de Economia Solidária, já existentes ou cujas características apresentavam potencial para tornar-se parte integrante deste novo modelo.

Outra ação que permitiu uma aproximação metodológica maior com o tema aqui proposto foi participarmos, na qualidade de gestor público, do Fórum Estadual de Economia Solidária, uma rede de articulação dos movimentos sociais destinada a promover ações de Economia Solidária seja no seio dos próprios atores ou promovendo articulação com entes do Governo nas três esferas (municipal, estadual ou federal), com foco no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas que viessem a consolidar a Economia Solidária não apenas como prática de alguns grupos isolados, mas como uma política de Estado fundamentada e com infra-estrutura adequada.

Metodologicamente, este estudo recorreu à observação participante, que proporcionou a oportunidade de acompanhar algumas lideranças do movimento, o gradativo desenvolvimento dos grupos e da pesquisa propriamente dita, a ampliação dos membros participantes e a evolução na construção do pensamento social do movimento que, no início, apresentava atores voltados apenas para a geração de trabalho e renda e, após seriadas formações e eventos promovidos, passou a buscar uma outra perspectiva de desenvolvimento ampliando, assim, a concepção inicialmente abordada para outros setores além da economia, tais como novas formas de produzir, gerir e vender, convívio de diferenças e busca de uma rede de articulações para além do Estado.

Além da observação participante já mencionada, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e a aplicação de um diagnóstico, os quais têm seus modelos anexos a este trabalho, somando-se ainda a análise dos dados coletados na pesquisa realizada pelo Governo Federal, bem como uma vasta revisão bibliográfica para subsidiar a temática proposta.

Em síntese, esta é uma pesquisa em que ao mesmo tempo em que delimitamos o nosso tema, definimos a nossa hipótese central, também estamos inseridos na problematização do assunto, na medida em que atuamos em determinados momentos do

Programa e interagimos com diversos empreendedores na construção dos resultados que aqui serão apresentados, os quais podem configurar-se numa pesquisa-ação, contribuindo de forma direta para a realidade dos atores envolvidos. Também é importante relatar que a pesquisa é descritiva e de natureza quali-quantitativa, pois se busca a compreensão do movimento de ECOSOL e a análise deste fenômeno como estratégia política de desenvolvimento, somando-se os aspectos de compreensão do fenômeno, aliado a alguns dados estatísticos fundamentais para a construção deste estudo.

Saliente-se ainda que, como parte integrante da metodologia utilizada, foram realizadas entrevistas com dirigentes públicos, membros de outros movimentos sociais, professores, pesquisadores da área, entre outros atores que melhor encontram-se descritos nos anexos desta tese.

Este trabalho encontra-se dividido nos seguintes capítulos, que sucedem a este introdutório:

- 2) Uma visão geral sobre Economia Solidária;**
- 3) A organização da Economia Solidária;**
- 4) O momento da institucionalização: a criação da SENAES;**
- 5) Trabalho e Economia Solidária;**
- 6) Princípios da Economia Solidária;**
- 7) Uma nova perspectiva de desenvolvimento.**

No segundo capítulo, inicialmente, busca-se apresentar o balanço teórico-metodológico que norteou a pesquisa, discutindo algumas categorias sociais como Economia Solidária, exclusão e emancipação, destacando-se a trajetória histórica do movimento na Europa e, em linhas mais gerais, na América Latina e no Brasil.

No terceiro capítulo tem-se uma abordagem sobre a plataforma atual da Economia Solidária, a criação do fórum nacional e fóruns estaduais, assim como sobre algumas formas de articulação que se encontram em andamento, configurando um esboço da organização da Economia Solidária na atualidade.

Na constituição do quarto capítulo encontra-se um resgate do momento de transição vivido pela Economia Solidária, momento este em que a mesma passa a ser uma temática institucionalizada por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, ganhando assim o caráter de uma política de Estado. Trata-se de um recorte temporal a partir de 2003, momento da institucionalização, até os dias atuais, contendo um breve histórico das principais ações promovidas e a avaliação de alguns atores da ECOSOL diante deste cenário.

No quinto capítulo promove-se uma discussão acerca de conceitos centrais como globalização, flexibilização e precarização como elementos fundantes das diversas transformações ocorridas nas relações entre capital e trabalho, abordando passagens importantes na história destas relações, tais como taylorismo, fordismo, e acumulação flexível, chegando-se até a Economia Solidária como nova proposta.

O sexto capítulo trata dos princípios da Economia Solidária fazendo uma incursão mais centrada na autogestão, por entender a complexidade envolvida neste tema e traz, de forma complementar, uma abordagem acerca dos demais princípios que norteiam essa nova forma de produzir.

No sétimo capítulo, efetua-se uma discussão confrontando o modelo de desenvolvimento vigente e a proposta da Economia Solidária como um novo modelo estratégico de desenvolvimento sustentável, além de desenvolver-se uma discussão geral sobre a criação de políticas públicas de Economia Solidária. Também é abordada,

neste capítulo, a ECOSOL na visão dos diversos atores que a compõem, sejam empreendedores, assessoria de fomento, gestores públicos ou militantes.

Por último, apresentam-se as Considerações Finais, momento em que são delineadas as percepções sobre a pesquisa realizada.

2. UMA VISÃO GERAL SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A expressão economia solidária designa, antes de tudo, várias experiências abrangendo formas de agricultura familiar, assentamentos do MST, empresas industriais ou rurais recuperadas através da autogestão, cooperativas, redes de catadores e recicladores, redes nacionais e internacionais de comércio justo, de incubadoras de cooperativas, inúmeras experiências de finanças solidárias, clubes de trocas, as economias indígenas, dos quilombolas, entre outras.

Como vemos, esta outra economia se configura num vasto campo que possui uma grande diversidade. Estas práticas já existiam; entretanto, encontravam-se dispersas e fragmentadas. A partir do momento em que o conceito de Economia Solidária surge e se impõe na última década, o mesmo se torna um conceito aglutinador de todo um amplo campo de atividades, possibilitando articular esta e outras experiências em torno de um movimento mais amplo, constituído a partir de outros, que passa a ser denominado movimento de ECOSOL.

Trata-se de um movimento que será marcado pelo cenário de exclusão gerado pelo capitalismo e pela luta dos trabalhadores no enfrentamento desta exclusão, consolidando-se na busca de alternativas para mitigar a pobreza gerada. Grosso modo, buscou-se compreender o funcionamento deste fenômeno à luz da ciência.

Segundo Pierre Bourdieu, para não sermos objeto dos problemas que escolhemos como objeto de estudo,

é preciso fazer a história social da emergência desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – freqüentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como problemas legítimos, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais (BOURDIEU, 2002, p.37).

O autor nos alerta, também, sobre o perigo que o sociólogo corre de ser apenas “instrumento do que ele quer pensar” (*idem*, p. 36) e propõe, como remédio, como instrumento para romper com essa situação, fazer a história “do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social” (*ibidem*). Ou seja, trata-se de especificar quais são os pressupostos, o quadro conceitual e teórico, como se está construindo os conceitos de Economia Solidária nesse caso em particular dentre outros.

Assim, para iniciar uma análise sobre a ECOSOL como fenômeno social, um dos aportes teóricos preliminares é Bourdieu, a partir do recorte acima apresentado. Em outras palavras, antes de qualquer conclusão, busca-se compreender a Economia Solidária, suas características, limitações e os desafios desse movimento cujos princípios são tão antigos quanto o capitalismo, mas que emergiram nessas duas últimas décadas de modo mais assertivo, sendo palco de estudos acadêmicos, de repercussão social, consolidando-se inclusive como política pública no atual Governo.

Desse modo, na elaboração desta tese busca-se compreender como o movimento de ECOSOL faz deste sistema de produção, com base nos princípios da Economia Solidária como um caminho para fortalecer o diálogo entre diferentes grupos de produtores, conseguindo ampliar o reconhecimento desse modelo solidário na esfera institucional. Assim, a hipótese central do presente trabalho é a de que, ao se apropriar deste sistema de produção com base nos pressupostos da Economia Solidária, o movimento de ECOSOL o toma como uma estratégia de desenvolvimento social possível, em contraponto ao modelo excludente do capitalismo vigente, ou seja, é possível vislumbrar a Economia Solidária como uma estratégia alternativa de desenvolvimento.

Tomando-se como parâmetro a leitura da ação do movimento de ECOSOL, procura-se mostrar como os diversos atores envolvidos buscam aplicar, em suas

práticas, os pressupostos do modelo da Economia Solidária, seus principais desafios e limitações.

Vale ressaltar que, mesmo com características próprias, a Economia Solidária, assim como o capitalismo, precisa conviver e disputar espaços de mercado, momento em que empresas privadas e empreendimentos econômicos solidários convivem juntos na procura de afirmar seus propósitos e na delimitação de território, cujos resultados serão consolidados de forma distinta: no capitalismo, uma ávida e incessante busca pelo lucro e, na Economia Solidária, além da sobrevivência econômica, o desenvolvimento de outras esferas da vida humana, porém com limitações, seja na esfera da formação, capacitação, seja no conhecimento de práticas comerciais de viabilidade econômica. Essas limitações se constituem em alguns dos entraves vividos pela Economia Solidária frente ao modelo dominante na economia neoliberal, o capitalismo. Neste sentido,

capitalistas visam o lucro máximo de seus investimentos, famílias visam à sua própria reprodução com boa qualidade de vida e os empreendimentos solidários visam alcançar viabilidade econômica e mudança social pela solidariedade. Mas esses empreendimentos precisam competir no mercado, vendendo pelos preços dos demais vendedores e comprando insumos que usam pelos preços vigentes para todos. Portanto, se os empreendimentos solidários querem viabilizar-se são obrigados a alcançar uma relação de custos/benefícios não muito diferentes dos demais competidores. (SINGER, 2003, p.06).

Contudo, para confrontar o capitalismo cuja formulação teórica encontra-se consolidada e tão difundida e esse novo sistema de produção alternativo, faz-se necessário, inicialmente, traçar um recorte histórico acerca da Economia Solidária na Europa, seus pensadores e, posteriormente, o desenvolvimento deste sistema de economia alternativa no Brasil, com suas articulações, atores e as interfaces já estabelecidas entre a sociedade civil e o Estado como promotor de uma política pública específica para este fim.

2.1. Os diversos caminhos da Economia Solidária na Europa

Na Europa, os primeiros idealizadores do que Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos. Segundo Martin Buber, esses lutavam “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade” (BUBER, 1945, p.27). Buber apresenta três pares de pensadores divididos em gerações históricas: o primeiro, Saint-Simon e Fourier, que nasceram antes da Revolução Francesa e faleceram antes de 1848; o segundo, Owen e Proudhon, que morreram entre 1848 e 1870 e, finalmente, Kropotkin e Landauer, nascidos após 1870 e falecidos pouco depois da Primeira Guerra Mundial. Para Buber, na primeira fase, cada pensador contribuiu com um único pensamento construtivo; Proudhon e seus sucessores realizaram a ampla síntese, focada no mutualismo.

Neste sentido, o trecho abaixo estabelece um comparativo entre o mutualismo e a solidariedade que é o eixo da proposta de ECOSOL:

a Solidariedade e o Mutualismo têm a sua história de vida intimamente ligada ao desenvolvimento sócio-cultural da composição e recomposição das formas de solidariedade que circunscrevem o lado inorgânico, exterior e formal do sistema de dominação, sem limitarem a liberdade da consciência social, princípio das restantes liberdades onde se fundamentam as idéias panteístas e não panteístas sobre a ética sócio-moral da solidariedade. Os seus percursos desfazem certos sofismas acerca da dinâmica do pluralismo da vida coletiva, e superlativa os tons ideológicos que singularizam as relações do indivíduo com a sociedade, e da sociedade com o indivíduo. Apesar de a solidariedade e o mutualismo partilharem o mesmo espaço social, a solidariedade dualizou-se como um valor cívico e um instrumento de gestão das desigualdades sociais, enquanto que o mutualismo se afirmou na memória social como um processo de luta contra o sentimento de vitimização que legitima os estados de anomia social. (Disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090714065623AAV0A84>. Acesso em 23/03/2010).

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas não conseguiram manter-se por mais de alguns anos. As numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo.

A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale⁵, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação em nível mundial. Não será abordado, aqui, este passado histórico do qual há muitas lições a se tirar. Há livros sobre este assunto e a recente publicação de Paul Singer, *Introdução à economia solidária*, vai neste sentido. Entretanto, um fato que merece destaque é o de que os empreendimentos de economia social surgem geralmente em cachos, sob o impulso de uma dinâmica sócio-econômica fruto de uma grande crise econômica (LÉVESQUE, MALO e GIRARD, *apud* NOELE, 2002).

Como as crises não são idênticas e os atores e promotores também diferem de uma geração para outra, as diversas ondas de economia social têm personalidades diversas. Na antiga economia social européia destacam-se três momentos, quais sejam:

⁵ Segundo Melo Neto (2005, p. 15) foi em Rochdale, cidade industrial perto de Manchester, na Inglaterra, que surgiu a sociedade cooperativa denominada Society of Equitable Pioneers, decorrente da realização de uma greve derrotada de tecelões. Esses pioneiros marcariam todo um movimento de lutas e confrontos e, também, de adaptação aos processos de capitalismo. Importante para a organização dos operários parece ter sido a definição dos objetivos dessa cooperativa, voltada à construção de armazéns para o abastecimento de seus sócios, de casas para aqueles que ainda não as possuíam e produção coletiva de artigos, ocupando os desempregados. Dessa forma, criava-se uma entidade em condição de auto-sustentabilidade de seus membros, mas mantendo o ideário socialista. Eis as regras dessa cooperativa: a sociedade seria administrada democraticamente, onde cada sócio teria um voto; estaria aberta a qualquer um que desejasse ser sócio, desde que integrasse uma quota que era igual para todos; a divisão do excedente teria regras próprias para repartição, mas ao capital investido seria assegurada uma taxa fixa de juros de 10%, incentivando-se inclusive as compras na própria cooperativa; a venda realizada pela sociedade seria apenas à vista; estaria assegurada a venda de produtos de boa qualidade; a sociedade se manteria neutra em relação à política e a religião.

As décadas de 30 e 40⁶ do século XIX, marcadas por um novo tipo de regulação do trabalho que, de corporativo⁷, transformou-se em concorrencial, viram nascer sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. Criadas por operários ou por artesãos que se negavam a tornarem-se proletários, essas iniciativas tentavam amenizar os sofrimentos trazidos pelos acidentes, pelas doenças e pela morte. A partir de 1848, no entanto, a repressão se abateu sobre estas associações.

A grande crise dos anos 1873-1895 leva à modernização e a investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais. As cooperativas agrícolas e de poupança foram os mecanismos de sobrevivência encontrados pelos pequenos produtores. Na França, as associações foram reconhecidas pela lei de 1901⁸, mas foram restritas a trocas não-monetárias, a menos que estivessem ligadas à ação dos poderes públicos (LAVILLE, ROUSTANG, 1999, *apud* NOELLE, 2002).

A depressão econômica dos anos 1929-32, provocada por uma crise da regulação concorrencial, após a segunda guerra mundial, levou a uma intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais. Mas, antes disto, as cooperativas de consumo e de habitação se constituíram numa das soluções trazidas pelos operários.

Após a segunda guerra mundial, a economia não-monetária (doméstica e de reciprocidade) tinha ficado marginalizada pela expansão do mercado e pela estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Segundo Laville e Roustang, houve separação entre o social, o econômico e o político. A reação contra os efeitos nefastos do capitalismo só pôde acontecer dentro de subconjuntos distintos, uns pertencentes à

⁶ Para Lévesque, Malo e Girard, trata-se dos anos 1840-1850.

⁷ Na França, a lei Le Chapelier, de 1791, destruiu as antigas corporações.

⁸ No ano de 2001, celebrou-se com muita pompa em toda França o centenário do nascimento das associações com fins não-lucrativos.

economia de mercado e outros à economia de não-mercado, situação que já apresentava características dos dias atuais.

Contudo, esse cenário mudou a partir da segunda metade da década de 70 do século XX. Uma nova crise do sistema capitalista trouxe, por consequência, o desemprego e o fechamento de empresas, e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora. Floresceu, então, a partir de 1977 e até 1984, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores – e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 1985, foram criadas, em massa, cooperativas de trabalhadores em toda a Europa (DEFOURNY, 2001, *apud* NOELLE, 2002).

Por outro lado, os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente. Novas relações são estabelecidas entre o indivíduo, o trabalho, a política e emerge a preocupação mundial com a preservação ecológica, ou seja, buscam-se novas técnicas voltadas ao desenvolvimento local e sustentável como forma de responder à feroz crise que assola o mundo e o país, naquele momento, vítima do desemprego estrutural em massa. A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas utopias compostas por comunitarismo, ecologismo, solidariedade e voluntarismo, outras bandeiras que florescem na sociedade.

A partir dessa nova onda de economia social surgiu, nos anos 1980, uma “nova literatura”⁹ a seu respeito na Europa e na América do Norte; mas também na

⁹ A este respeito ler Boudet que, em 1985, publicou um balanço das pesquisas sobre a vida associativa na revista *RECMA (Revue des études coopératives, mutualistes et associatives)*, fundada em 1921 e que tem por subtítulo: *Revue internationale de l'économie sociale*); Guélin, 1998; Lévesque e outros, 1997.

América Latina e, em particular, no Chile, onde se desenvolveu sobretudo graças a Luís Razeto¹⁰.

Vários pesquisadores, principalmente economistas e sociólogos, entusiasmados com esta realidade, produziram novas teorias para estudar estes fenômenos. Uma série de economistas passou pela escola de Cornell, nos Estados Unidos; e, para alguns, foi lá que tudo começou. Nesta escola, Yaroslav Vaneck, um pensador tcheco imigrado nos Estados Unidos, tinha desenvolvido uma teoria econômica da autogestão. Vindo da Universidade de Harvard, ele tinha muito crédito e fez escola. Ao longo da década de 1970, uma série de economistas norte americanos, mas também do mundo inteiro, passou por lá. Esses economistas ficaram entusiasmados não somente pelo movimento operário que transformava as empresas falidas em empresas autogeridas, mas também pela formação de inúmeras cooperativas de trabalho. No entanto, segundo Defourny (2001),

quando esse movimento começou a decrescer, realizou-se em toda a Europa, mais ou menos ao mesmo tempo, que mesmo se esta realidade é muito importante, ela fica quantitativamente restrita. Então, uma série de pesquisadores pensou em alargar seu campo de estudo ao associacionismo. Pois havia muita coisa em comum entre as cooperativas de trabalho autogestionadas e as associações. Então estes economistas descobrem que as associações não pertencem unicamente à esfera sócio-cultural, mas fazem também parte da economia de não-mercado. E para unir essas duas realidades, o termo economia social era muito apropriado.

¹⁰ Luiz Razeto, em 1986, identificava o que se denominavam organizações econômicas populares como um fenômeno social e organizativo que constituía uma identidade. Razeto, Luis – Economia Popular de Solidaridad: identidad y proyecto em uma visión integradora – Área Pastoral Social da Conferência Episcopal de Chile, Santiago, 1996 (<http://www.fpabramo.org.br/conteudo/economia-economia-solidaria-ampliando-o-debate>). Acesso em 18/04/2010).

2.2. Um pouco de Economia Solidária na América Latina

Para melhor contextualizar o cenário em que a Economia Solidária está inserida no momento atual, observemos, adiante, uma síntese realizada por Euclides Mance de alguns eventos importantes na história da Economia Solidária recente na América Latina e na sua articulação internacional, quais sejam:

O I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária (agosto de 2004) reuniu, em Brasília, 2.300 participantes de todos os segmentos da Economia Solidária, de todos os estados brasileiros em que há Fóruns Estaduais de Economia Solidária ou comissões pró-fóruns estaduais. Neste encontro, a Plataforma da Economia Solidária foi debatida e aprofundada, momento de grande repercussão, sobretudo, para a construção daquilo que seria o eixo definidor da Economia Solidária, segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Outro momento de grande relevância foi no Fórum Social de 2005, quando a Economia Solidária assumiu uma projeção ainda maior que nas edições anteriores, desdobrando proposições relacionadas ao eixo das Economias Soberanas, afirmando-se não apenas que um outro mundo é possível, mas que uma outra economia acontece!

Como mecanismo de articulação e propagação do eixo definido no FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária - têm sido realizados Encontros Regionais de Economia Solidária, nas cinco regiões do país. O objetivo desses encontros foi fortalecer os fóruns estaduais a partir da troca de experiências na gestão, sustentabilidade e articulação política.

Um dos marcos fundamentais reside no Mapeamento Nacional de Economia Solidária, realizado pela SENAES, que alcançou mais de 20 mil empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, visando a sua identificação e visibilidade. Foi a primeira pesquisa de caráter nacional realizada com esta finalidade de traçar um mapa da

Economia Solidária em todo o país e não em regiões isoladas, como se concentravam boa parte das pesquisas realizadas até então. Esta iniciativa representa um marco histórico como instrumento possível de utilização concreta na formulação de políticas públicas de Economia Solidária, repercutindo nos dias atuais em políticas integradas entre o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário, que realizam ações conjuntas para promoção de microcrédito, formação e possibilidade de produção e comercialização integradas criando, assim, um mercado para os produtores de Economia Solidária. Como exemplo, podemos citar a aquisição de merenda escolar, produção de uniformes entre outros itens produzidos por cooperativas de ECOSOL e adquiridos inclusive por governos estaduais e municipais por meio de políticas públicas integradas promovidas pelo Governo Federal.

I Feira de Economia Solidária do MERCOSUL, realizada em Santa Maria/RS, em julho de 2005, com intensa participação de empreendimentos solidários no Brasil e em outros países da América Latina. Esta feira vem sendo repetida anualmente, proporcionando não apenas a divulgação de experiências nacionais, mas também dos países do MERCOSUL, gerando interação e intercâmbio de produtos, técnicas e experiências.

O Encontro da RIPESS – Rede Intercontinental de promoção da Economia Social Solidária, em Dakar/Senegal (novembro de 2005), contribuiu igualmente para reforçar o bloco da América Latina, com a integração de novos países.

O Encontro para a Integração de Cooperativas Ibero-americanas, em Caracas/Venezuela (nov/dez/2005), que teve o objetivo geral de articular mecanismos de cooperação entre atores da Economia Popular em nível nacional e internacional, para

criação de uma grande rede de experiências associativas autogestionárias, um dos maiores desafios da Economia Solidária como nova prática organizativa.

Realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária (junho de 2006), consolidando a articulação iniciada nas Conferências Estaduais e Regionais, para a elaboração de Políticas Públicas de Economia Solidária. A realização da Conferência Nacional de Economia Solidária se constituiu em um momento de grande relevância para o fortalecimento do movimento de ECOSOL, pois foi entre as discussões estabelecidas que teve destaque dentre outros temas a questão de criação de um Marco Legal da ECOSOL, dos seus principais desafios, das características dos atores envolvidos, da repercussão do movimento nos diversos Estados da federação e até da possibilidade de criação de um Ministério próprio da Economia Solidária.

Entre as discussões realizadas, ganhou destaque a articulação e desenvolvimento de parcerias entre os Ministérios MDA, MTE e MDS para institucionalização de projetos desenvolvidos em conjunto na implantação de políticas públicas de Economia Solidária, tais como o PRONAF, Fome Zero e outros (triênio 2006/2007/2008), sendo promovida inclusive a interface dos diversos Ministérios na organização de ações com este fim.

Complementando os dados acima relatados, podemos citar a realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária, em junho de 2010, cujo tema principal foi *“Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”*, que comprova o fato de que o movimento vem gradativamente se consolidando, tanto no seio do próprio movimento, quanto na gestão de políticas públicas, uma vez que quatro anos depois de realizada a primeira Conferência, essa política de Estado perdura, buscando um momento mais amadurecido, o avançar de uma nova fase com a promoção

deste novo momento, quatro anos depois, ou seja, uma nova construção se consolida para efetivar a ECOSOL como política de estado.

O tema da II CONAES refere-se a uma questão fundamental para fortalecer e viabilizar a economia solidária no Brasil: o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento.

Assim sendo, de um modo geral, percebe-se que aumentou a articulação do movimento de Economia Solidária em diversas sociedades e países, mesmo com nomenclaturas distintas, seja economia popular solidária, economia de comunhão, sócio-economia ou Economia Solidária propriamente dita, diferenciando-se por vezes nos atores que a promovem, sejam trabalhadores excluídos, a igreja ou outras instituições de apoio e fomento. Verifica-se que o movimento vem crescendo em virtude da busca de promover a articulação dessas distintas interfaces da Economia Solidária, por meio da fomentação de redes, contribuindo, desta forma, para o fortalecimento do movimento como um todo.

No debate internacional as expressões economia solidária, economia social e economia popular frequentemente aparecem juntas, mas têm significados distintos no contexto de cada país e continente. Os esforços de aprofundar relações com vistas a constituições de redes internacionais está articulado a um importante debate sobre o caráter da Economia Solidária, Popular e Social, com o surgimento de documentos de referência servindo de base para a consolidação dessas relações internacionais (MANCE, 2006-Conferência Nacional de Economia Solidária).

2.3. A Economia Solidária no Brasil

Embora esse fenômeno seja recente no país, a Economia Solidária tem se constituído em um processo de organização social e econômica dos/as trabalhadores/as na geração de trabalho, renda e inclusão social, bem como de desenvolvimento local por

meio da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação.

A Economia Solidária começa a desenvolver-se, no Brasil, a partir da última década do século passado. Está em sua origem o renascimento dos movimentos sociais, no ocaso do regime militar, que se prolongou até 1985. Estes movimentos foram colhidos pela imensa crise social, desencadeada por políticas neoliberais de abertura do mercado interno às importações, de juros elevados e ausência de desenvolvimento, este último sacrificado no altar da estabilidade dos preços (SINGER, 2006, p. 201).

Segundo Araújo (*apud* MELLO in KRUPPA, 2005), a Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, na medida em que se apresenta como uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos. Sua proposta é minimizar ou até mesmo eliminar as desigualdades materiais, difundir seus valores humanos, incitar o desenvolvimento sustentável e socialmente justo. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a obtenção do lucro, ou seja, há uma supremacia do humano em relação à lógica de mercado.

Mello (*apud* KRUPPA, 2005) afirma que nunca houve no Brasil a experiência de pleno emprego para a população mais pobre. Assim sendo, o sistema capitalista, embora seja hegemônico, não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, uma vez que ele é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa - PEA. A Economia Solidária, por sua vez, cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona, periodicamente, em cada país. Entretanto, a condição *sine qua non* para que ela seja uma alternativa real e viável ao capitalismo é que a sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientize de que é

imprescindível lutar para que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam e, então, gere o produto social.

Como se pode então caracterizar o cenário de crises decorrentes do modelo hegemônico? Vejamos:

a precarização do emprego e o aumento do desemprego são, sem dúvida, a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Trabalhadores que ‘estão envelhecendo’ (mas freqüentemente têm cinquenta anos ou menos) e que não têm mais lugar no processo produtivo, mas que também não o têm alhures; jovens à procura de um primeiro emprego e que vagam de estágio em estágio e de um pequeno serviço a um outro; desempregados de há muito tempo que passam, até a exaustão e sem grande sucesso, por requalificações ou motivações: tudo se passa como se nosso tipo de sociedade redescobrisse, com surpresa, a presença em seu seio de um perfil de populações que se acreditava desaparecido, ‘inúteis para o mundo’, que nele estão sem verdadeiramente lhe pertencer. Essa inutilidade social desqualifica-os também no plano cívico e político. (CASTEL, 1998, *apud* MELLO in KRUPPA, 2005, p. 48).

A Economia Solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número que só consegue compartilhar a miséria e a desesperança. Na ECOSOL os empreendedores são proprietários do empreendimento e têm poder igualitário de decisão. As sobras são divididas e distribuídas de acordo com a decisão coletiva.

Segundo Paul Singer (200, p.05), a Economia Solidária é uma possibilidade de

[...] emancipação dos participantes da pobreza em que estavam mergulhados bem como a sua emancipação política e espiritual pelo engajamento nas lutas por uma sociedade mais justa e menos desigual.

No Brasil, uma das experiências de Economia Solidária que merece destaque são os Projetos Alternativos Comunitários (PACs)¹¹, cuja ênfase maior se deu entre o

¹¹ Segundo Paul Singer (2002), ainda nos anos 1980, a Cáritas, entidade ligada à conferência Nacional dos Bispos (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs, Projetos Alternativos

período compreendido entre 1995 a 2000, embora o seu surgimento tenha se dado na década de 1980, com o objetivo de apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade.

Os PACs têm sua história ligada à busca de alternativa de sobrevivência a partir de atividades produtivas de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem a autonomia e dignidade e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo. No Nordeste, os PACs surgem como alternativas diante da problemática vivenciada pela maioria da população rural, ocasionada pelos efeitos da grande seca que assolara a região no início dos anos 80. Nesse período ficou constatado, mais uma vez, que as políticas governamentais voltadas para os problemas da seca reiteravam velhas práticas clientelistas, favorecendo grupos dominantes (BERTUCCI e MARINHO, 2003, p.13).

Segundo a Sistematização do Relatório da Cáritas – Piauí, dentre as características dos PACs, poderíamos destacar como mais relevante o fortalecimento de iniciativas comunitárias, voltadas para o campo de produção, comercialização de produtos agrícolas, criação de pequenos animais, captação de água e formação sócio-política e cultural das comunidades.

Comunitários. Uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país. Uma boa parte dos PACs acabou se transformando em unidades de Economia Solidária, alguns dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades de fiéis, outros conseguindo se consolidar economicamente mediante a venda de sua produção no mercado. Há PACs em assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), confluindo com o cooperativismo agrícola criado pelos trabalhadores sem-terra.

Segundo Bertucci e Marinho (2003), os PACs, porém, não são uma iniciativa exclusiva da Cáritas e nem da ação social da Igreja. Eles fazem parte de um contexto mais amplo de reorganização da sociedade no início dos anos 1980, na luta contra o regime militar, quando se fortaleceram os movimentos populares como alternativas organizativas, valorizando os espaços da vida cotidiana e da política. A década de 1980 também foi marcada pela recessão econômica acompanhada de inflação descontrolada, o que repercutiu diretamente no mercado de trabalho, diminuindo o crescimento dos empregos formais e aumentando o número de trabalhadores sem contrato de trabalho e de trabalhadores por conta própria. Foi nesse contexto de fálência do “milagre econômico” e de aumento da crise social que surgiram alternativas sócio-econômicas de produção, consumo, saúde etc. O apoio e a disseminação dessas iniciativas foram conduzidos principalmente por entidades não governamentais, contando com a orientação e o apoio de diferentes entidades internacionais (além da Cooperação Internacional ligada às Igrejas e Organizações Não-Governamentais, os fundos e programas eram bastante incentivados e financiados por organismos multilaterais como o Banco Mundial, o UNICEF e a FAO).

Há uma sinalização embrionária da Economia Solidária nos PACs, partindo inclusive da análise de seus objetivos, segundo a reflexão abaixo:

além das características alternativas acima sublinhadas, conforme reflexão de Manfredo Oliveira, o caráter alternativo dos PACs dizia respeito principalmente à sua intenção organizativa e libertadora: os projetos são considerados alternativos na medida em que são diferentes. Diferentes nos objetivos e na forma. Seus objetivos buscam o fortalecimento dos setores populares, das mudanças sociais e que contribuam na construção de um novo modelo de desenvolvimento. Quanto à forma, os projetos se sobressaem por enfatizar a **participação, a autonomia, a geração de novas relações sociais** (BERTUCCI e MARINHO, 2003, p.15).

Mesmo diante desta proximidade com a Economia Solidária, cabe salientiar que os PAC's tinham como objetivo assegurar o bem estar da família em sua particularidade e não no sentido coletivo – sobretudo, segurança alimentar das famílias, mediante fomento de insumos e semoventes em períodos de estiagem ou situação de perda da produção. Contudo, não havia a intenção de estruturar um sistema alternativo ao capitalismo.

O termo alternativo empregado pelos PACs era no sentido de alternativa à condição real, imediata, do trabalhador; não havia relação com a idéia de futuro. Futuro, enquanto transformação social. A conotação comunitária não fora no sentido de busca de políticas específicas ao setor, mas sim, para o atendimento de uma ponte ou passagem molhada, das festas de padroeiros, construção da igreja etc. Mudanças da ordem e do contexto político não consistiam em enfoques centrais do projeto. As mudanças eram na esfera de não deixar o produtor passar fome. Daí a um projeto de mudança social como pretende a ECOSOL há uma diferença muito grande. Nesse sentido, torna-se necessário delinear um pouco mais as interfaces dos PACs com a Economia Solidária.

Bertucci e Silva (2003, p. 70) fazem uma comparação e delimitam as seguintes características para cada uma das experiências econômicas:

Quadro 1 – Comparação entre economia capitalista, PACs e EPS:

<u>Aspectos</u>	<u>Empresa Capitalista</u>	<u>Proj. Alternativo Comunitário</u>	<u>Empreendimento Solidário</u>
Lógica	Acumulação/Lucro	Auto-sustentação Comunitária	Ampliação da Qualidade de Vida
Relações Internas	Patrão X Empregado	Distribuição Comunitária de Tarefas	Autogestão Cooperativa
Protagonismo	Representações Empresariais	Representações Comunitárias	Organizações do Movimento da Economia Solidária
Educação	Para a Competitividade Individualista	Para a Solidariedade Comunitária	Para a Solidariedade em Rede
Projeto de Desenvolvimento	Monopolista Predatório do Meio-Ambiente e das Pessoas	Promoção Humana Local	Desenvolvimento Sustentável
Políticas	Excludentes e Compensatórias	Relações Comunitárias	Fortalecimento de Redes e de suas Representações
Cadeia Produtiva	Rede de Competição e Exploração Monopolística	Subsistência sem Articulação	Rede de Complementaridade Solidária

Ao retomar a proposta central deste trabalho e analisando o quadro acima, constata-se a evolução da preocupação com o fator social presente nos empreendimentos solidários, uma marca diferenciada que repercute não apenas na produção, comercialização, ou até mesmo na formação, mas, sobretudo, na qualidade de vida dos atores envolvidos. Desse modo, a Economia Solidária transcende o individualismo, a competitividade, a depredação do meio-ambiente e dos seres humanos, a exclusão social, a valorização exacerbada do capital e o massacre da

relação patrão empregado característicos do capitalismo. Há um novo pensamento social em construção.

Como Weber (1979) vislumbrou, o crescente processo de racionalização (de cálculo e da racionalidade instrumental) e de desencantamento engendrou um *ethos* próprio ao capitalismo, ou seja, o espírito que dá vida ao capitalismo: a ética produtivista e consumista. Do mesmo modo, hoje também podemos dizer que tanto a Economia Solidária faz parte duma revolução paradigmática que está trazendo um novo estilo de vida, quanto também ela está a gestar um novo espírito adequado a uma nova civilização. O emergir da economia solidária entrelaça-se com o feminismo (há uma maioria de mulheres na Economia Solidária), com o despertar da agroecologia, o revigoramento das formas familiares de produção agrícola, expressões do contramovimento de defesa da sociedade diante do fundamentalismo de mercado, partes duma transição paradigmática e civilizacional.

A economia solidária é sinal dum outro paradigma produtivo, estando bem sintonizada com as novas possibilidades organizacionais e portadora duma outra visão sobre o progresso, de novas formas de viver e se relacionar, sobre o político e sobre a aliança da humanidade com a natureza, na direção duma outra sociedade ambientalmente mais sadia e socialmente mais justa.

No Brasil, ao buscarmos outras experiências coletivas dessa natureza, podemos verificar, segundo Melo (2005), que o cooperativismo surge desses ideários dos tecelões de Rochdale, por volta do final do século XIX, na cidade paulista de Limeira, com a então denominada Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Sua expansão, contudo, só viria a ocorrer nas décadas de 1950 a 1960, a partir do Rio Grande do Sul. Para Benato (1998, *apud* Melo, 2005), o modelo que foi sendo instalado não teve como referência a idéia de uma sociedade voltada às

peessoas, com a intenção de promover bens e serviços dos quais necessitavam. Consolidou-se, na verdade, um modelo conservador de Rochdale, onde o interesse das cooperativas era oriundo das elites que estavam preocupadas com a possibilidade da organização dos pobres.

Mas, quais são os princípios doutrinários para que uma cooperativa seja instalada sem adotar um modelo conservador? Para o referido autor, são os fundamentos doutrinários do cooperativismo que, com essa perspectiva, definem-se por sua busca humanista de liberdade, igualdade e de solidariedade, pautando-se racionalmente nessa luta, ou seja, estamos aqui diante de alguns dos princípios básicos da Economia Solidária.

Tomando-se os princípios acima como referência, percebemos que a Economia Solidária vem se ramificando em diversos pontos do país com experiências inovadoras na busca de geração de trabalho e renda, mas, sobretudo, de inclusão social. Poderíamos citar como exemplo as prefeituras de São Paulo, Porto Alegre, Recife, entre outras. Então, vejamos:

Um dos exemplos que merece destaque na prefeitura de São Paulo é o **Programa Oportunidade Solidária**, o qual, segundo Márcio Pochmann (2002), é uma estratégia paulistana de inclusão social, protagonizada pelo Governo municipal por meio da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), onde todos os envolvidos na sua implantação são desafiados a encontrar caminhos para resgatar, recriar e amplificar a escala de práticas sociais e de governo que contribuam noutra direção que não o assistencialismo ou a institucionalização da pobreza.

Dentre os objetivos do Programa há uma estratégia voltada para a inclusão socioeconômica, cujo desafio maior é desenvolver políticas públicas que estimulem alternativas autônomas e em autogestão popular para a gestão de renda e ocupação, que

possibilite as comunidades mais carentes o acesso a instrumentos que fortaleçam a prática da cidadania e os possibilitem, inclusive, serem mais ativos, momento em que se percebe a interface deste Programa com os princípios de Economia Solidária já apontados ao longo desta discussão. Uma das conseqüências esperadas é que a prefeitura gere políticas que promovam a universalização dos direitos e das oportunidades, mas também do desenvolvimento de responsabilidades e compromentimentos, por parte da população, com a construção de programas dessa natureza aos quais estão tendo acesso e sendo atores de sua construção.

O Programa Oportunidade Solidária (POS) é parte desta estratégia de inclusão socioeconômica. Suas ações estão voltadas para o estímulo à autogestão popular (micro e pequenos negócios), ou coletivas, cuja expressão principal tem surgido nas formas variadas da chamada economia solidária (associações, cooperativas, redes de comércio solidário, clubes de troca, empresas em autogestão etc.) (POCHMANN, 2002, p.141).

Assim, ainda segundo o autor, mais que dar uma resposta à crise do emprego no capitalismo, as práticas de Economia Solidária resgatam estratégias comunitárias e da cultura popular que podem recriar relacionamentos sociais mais sustentáveis em todas as dimensões do convívio humano. Investimentos dessa natureza numa cidade como São Paulo podem trazer à população carente local não apenas possibilidade de trabalho e renda, mas espaços voltados à integração das pessoas, para desenvolvimento de sociabilidade e práticas de cidadania. Assim:

neste cenário sob diversos títulos – economia solidária – economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular, economia de proximidade etc., têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas em diferentes partes do mundo. Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em

geral e de capital em particular. As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se. Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade parecem pontos de convergência”. (Fórum Social Mundial, GT De Economia Solidária. Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora. Dezembro de 2001 (WWW.forumsocialmundial.org.br))

Por sua vez, Gaiger observou que as experiências de economia popular solidária têm sido

[...] respostas emergenciais necessárias e também forma de inclusão social; meio para reconstituição progressiva da vida individual e coletiva; contexto gerador de cidadania popular; base, em pequena escala (micro), para ações propositivas de maior alcance (macro); ação de fronteira, criadora de alternativas de vida econômica e social. (GAIGER, L. In: Encontro de Economia Solidária e Bancos Populares. Belo Horizonte, dezembro de 2001 (Org. Movimento Graal no Brasil e outros))

Assim, segundo Gabriel Kraychete (2000, p. 35), a racionalidade dessa economia dos setores populares não está ancorada na geração de renda destinada a prover e repor os meios de vida e sim na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho e não de inversão de capital. Ou seja, baseia-se na lógica da necessidade, expressando o reverso da lógica de capital, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho.

3. A ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária no Brasil vive o processo de maior mobilização nacional de sua história. A realização do I Fórum Social Mundial em Porto Alegre – 2001 demandou uma articulação nacional dos atores da Economia Solidária, na medida em que o contato com a Economia Solidária dos outros países exigia do Brasil uma ação mais articulada. Assim, foi criado o *Grupo de Trabalho* composto por 12 entidades da sociedade civil¹². Até então, a Economia Solidária no Brasil estava restrita a ações fragmentadas.

Segundo Oliveira (2006), na III Plenária Nacional de Economia Solidária realizada em Porto Alegre - 2003, com mais de 800 representantes, delegados de 18 Plenárias Estaduais, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária com a missão de mobilizar as ações de Economia Solidária no Brasil em torno da *Carta de Princípios*¹³ e da *Plataforma Política* ali aprovada e de fazer também a interlocução entre o Movimento Nacional de Economia Solidária e o Governo Federal.

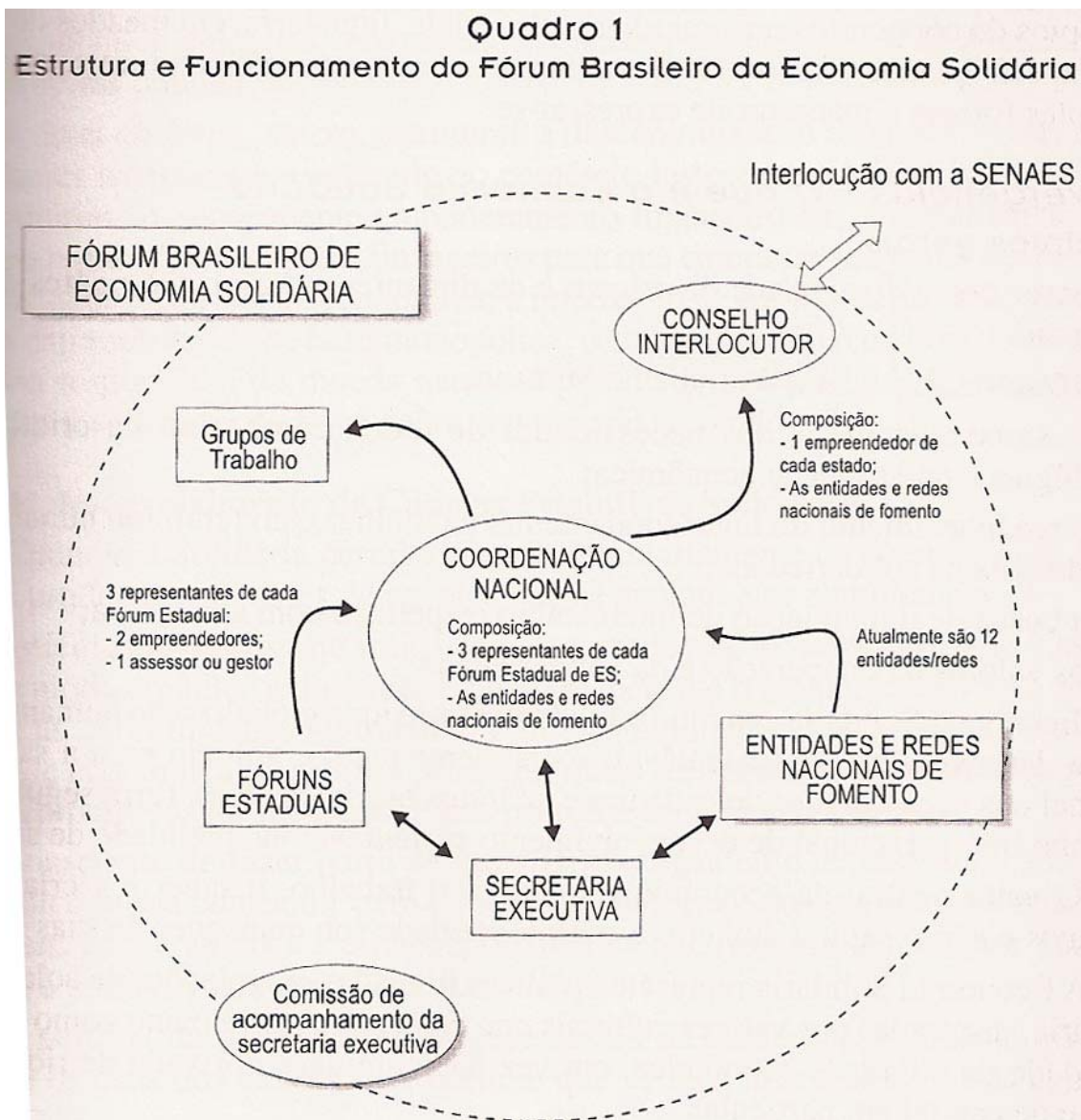
Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, a construção da Plataforma da Economia Solidária foi iniciada na I Plenária Nacional (em dezembro de 2002, em São Paulo), até chegar à versão que apresentamos abaixo, em sete eixos, que é resultado da III Plenária Nacional de Economia Solidária, a mesma que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários, ocorrido em agosto de 2004, enriqueceu e aprofundou aspectos dessa

¹² Cáritas Brasileira, Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão - ANTEAG, CONCRAB/MST Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPS/INCUBES, Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS/CUT, UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito - ABICRED, Projetos Alternativos do Cone Sul - PACS, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, Rede Brasileira de Economia Solidária – RBES (<http://www.fbs.org.br>).

¹³ Considerando a importância histórica desse documento para a Economia Solidária no Brasil e para melhor subsidiar o leitor que tenha interesse em conhecê-la de forma mais minuciosa, a Carta de Princípios encontra-se como parte integrante dos anexos deste trabalho.

Plataforma, que está disponível nos Fóruns Estaduais e na Secretaria Executiva Nacional.

Vejamos a seguir:



Fonte: Ação Pública e Economia Solidária (p. 77)

3.1. Os principais eixos da Plataforma da Economia Solidária

A construção da Plataforma da Economia Solidária que foi iniciada na I Plenária Nacional (em dezembro de 2002, em São Paulo) apresenta, em sua versão atual, sete eixos, resultado da III Plenária Nacional de Economia Solidária, responsável pela criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Desse modo, vejamos quais são os principais eixos e alguns de seus objetivos:

No tocante às **Finanças Solidárias**, a proposta é a criação, pelo Estado, no âmbito de suas políticas públicas, de um fundo nacional para o fortalecimento e apoio dos empreendimentos da Economia Solidária, tomando como parâmetros uma gestão descentralizada, participação popular, respeito às diferenças regionais e sob controle social. O Fundo deve ser constituído por fontes diversas: local, regional, nacional e internacional, com recursos públicos e privados.

Para o **Marco Legal**, reivindica-se que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária articule, junto ao Governo e à sociedade civil, políticas de interesse do movimento da Economia Solidária nas diversas reformas que se seguirão, a Tributária, Previdenciária, Trabalhista, Fiscal etc., criando e/ou atualizando leis específicas nestas áreas.

Trata-se de reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de Economia Solidária, tais como compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo etc.

A **educação**, que também tem papel preponderante na Plataforma, busca promover o ensino e a formação de novas gerações através da incorporação de Programas sobre a Economia Solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, introduzindo valores da cultura

solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade.

Busca, ainda, financiar com linhas especiais de créditos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da Economia Solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da mesma.

No aspecto da **comunicação**, busca-se a utilização dos meios de comunicação já existentes ou a criação de um sistema de comunicação que cubra, divulgue e sensibilize a sociedade para os valores da Economia Solidária, utilizando linguagem apropriada através de recursos como o ensino à distância, vídeos, cartilhas informativas, livros didáticos, criação de sites na internet, criação de um disque Economia Solidária etc., garantindo a horizontalidade da informação.

Criação de um banco nacional de políticas públicas e experiências bem sucedidas na área da Economia Solidária, de fácil acesso na internet, a ser alimentado por administradores que desenvolvem programas de Economia Solidária, facilitando a organização e extensão dessas políticas.

No que concerne às **Redes de Produção, Comercialização e Consumo**, uma tríade diferenciada da dinâmica econômica vivida no capitalismo, busca-se desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária, propiciando auto-sustentabilidade às mesmas, respeitando a regionalidade dos empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc., de modo a garantir a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da Economia Solidária.

A **Democratização do Conhecimento e Tecnologia**, também relevante, tem como finalidade promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais agregando-lhes maior valor, e à melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.

Como nenhum movimento pode dissociar-se da prerrogativa política de sua estrutura, a Organização Social da Economia Solidária tem como um de seus pontos altos a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES, responsável por – em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da Economia Solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia, educação e comunicação.

Assim, A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos (as) trabalhadores (as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. Uma de suas principais formas é a constituição de eixos de articulações, redes, canais e mecanismos outros que possibilitem, no cenário atual, avançar na construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e pautado em novos valores.

O movimento de Economia Solidária tem se expandido muito nos últimos tempos. Além da própria institucionalização, que significou a consolidação de um conjunto de ações, paralelamente tivemos a forte expansão de redes de articulação e outras formas de participação social, como percebemos a seguir:



(Fonte: Atlas de Economia Solidária, 2005, p. 14)

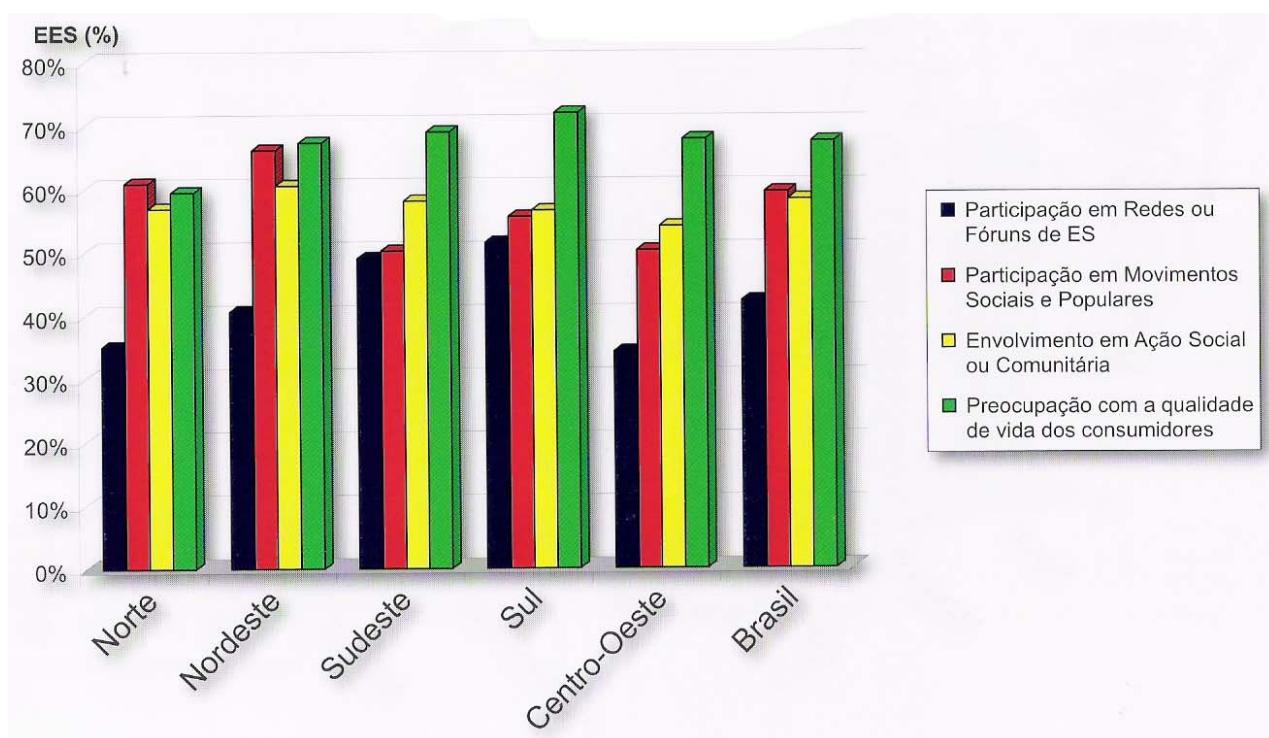
A expansão das redes de articulação, seja na esfera da sociedade civil ou do Governo propriamente dito, é responsável pela ampliação da capilaridade da ECOSOL nos diversos estados, possibilitando inclusive a criação de espaços próprios para divulgação desta nova forma de economia, bem como de locais para se pensar e fomentar novas políticas de fortalecimento e consolidação desta nova forma de produzir e gerar valores agregadores.

A constituição dessas novas redes não apenas fortalece o espaço da ECOSOL, mas também amplia os espaços de conscientização e participação da sociedade civil, condição fundamental para que ocorra de fato transformação social efetiva e não apenas a construção de um modelo no campo das idéias.

3.2. Participação e controle social

Segundo o Atlas de Economia Solidária, do universo pesquisado, 67,4% afirmam que se preocupam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e 58,2% têm compromisso social ou comunitário. Deste grupo, 59,4% participam de movimentos sociais e populares e 42,2% de redes ou Fórum de Economia Solidária. No Nordeste, há uma predominância de 66,1% de participação em movimentos sociais e populares, o que se constitui numa posição de destaque em âmbito nacional, uma vez que a média é entre 42 a 49%, conforme se pode verificar na análise dos dados do gráfico a seguir:

Gráfico 01 – Índice de participação social

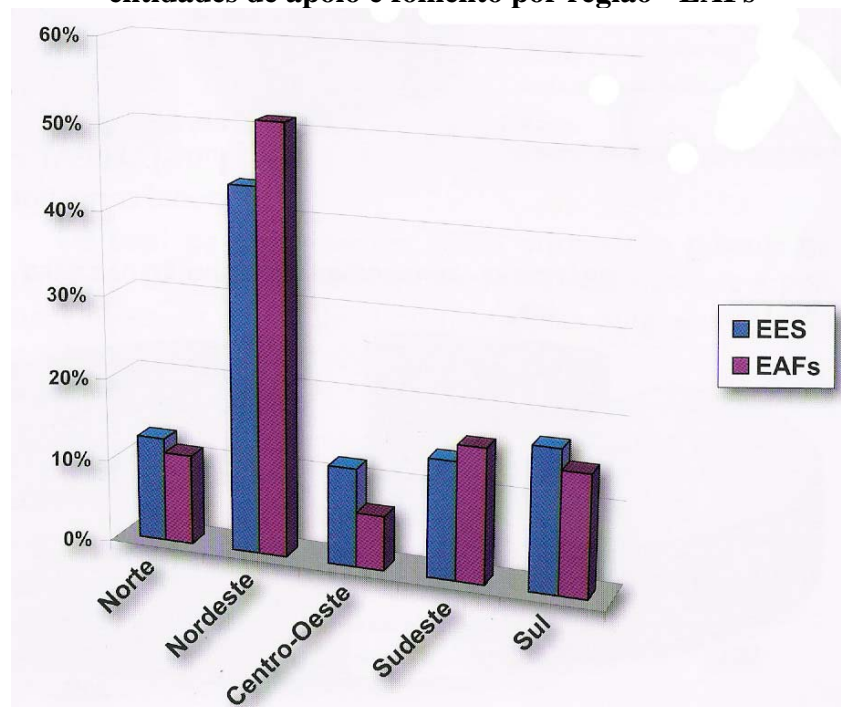


(Fonte: Atlas de Economia Solidária, 2005, p. 50)

Outro aspecto importante a ser avaliado na participação social diz respeito ao número de empreendimentos econômicos solidários¹⁴ e das entidades de Apoio, Assessoria e Fomento¹⁵ existentes no país.

Segundo o Atlas de Economia Solidária, foram identificadas 1.120 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária – EAFs no Brasil. Daí ressalta-se que 51% dessas entidades identificadas encontram-se na região Nordeste, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 02 – Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários - EES e das entidades de apoio e fomento por região - EAFs

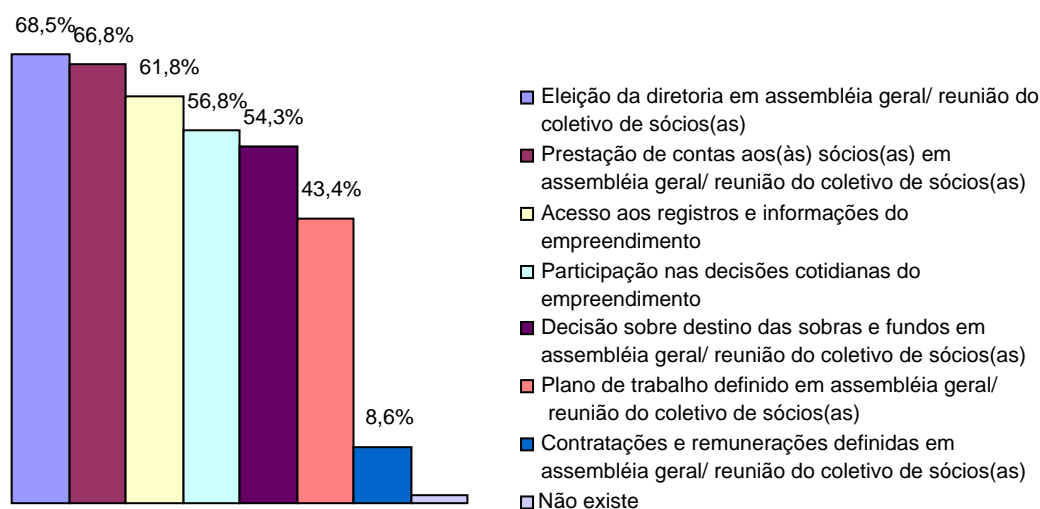


(Fonte Atlas de Economia Solidária, 2005, p. 55)

¹⁴ Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são organizações coletivas suprafamiliares, permanentes, singulares ou complexas, que dispõem ou não de registro legal. Os EES podem ser encontrados tanto na zona rural, quanto na urbana e podem ser denominados como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, cooperativas de crédito, fundos rotativos, redes/complexos cooperativos, bancos de sementes entre outros.

¹⁵ As Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

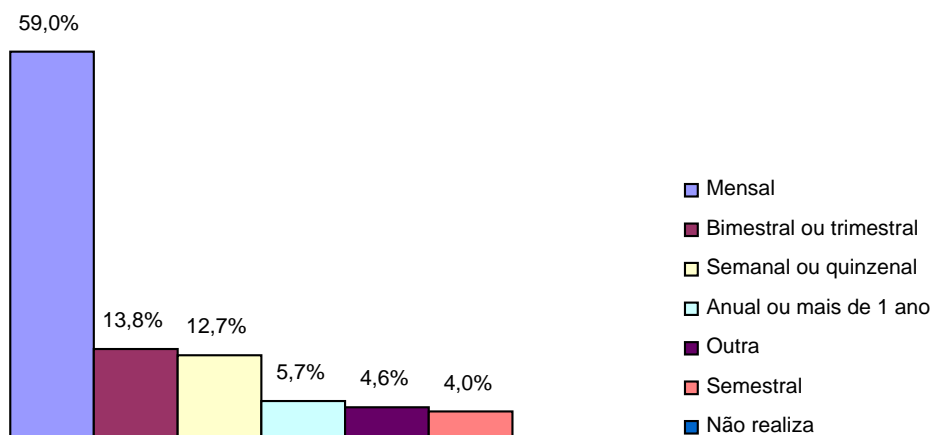
Gráfico 03 - Formas de participação dos (as) sócios(as) nas decisões – Estado da Paraíba



(Fonte: Caderno A Economia Solidária no Estado da Paraíba, 2008, p. 30)

Com base nas informações registradas no Caderno intitulado “A Economia Solidária no Estado da Paraíba”, em nosso Estado, dentre as formas de participação que aparecem sendo praticadas pela grande maioria dos empreendimentos, em quase todas as configurações, destaca-se principalmente a participação na escolha da diretoria, assumida por 68,5% dos EES; na prestação de contas aos sócios (66,8%); e no acesso dos sócios aos registros e informações do empreendimento (61,8%), vindo a seguir a participação nas decisões cotidianas do empreendimento (56,8%); e nas decisões sobre o destino das sobras e fundos de investimentos (54,3%). Isto nos remete ao fato de que a grande maioria dos empreendimentos manifestou que adotam uma gestão participativa, com as decisões fundamentais tomadas coletivamente, reforçando um dos princípios vitais e mais desafiadores da Economia Solidária que é a autogestão.

Gráfico 04 - Periodicidade da assembléia geral/reunião do coletivo de sócios (as) dos empreendimentos



(Fonte: Caderno A Economia Solidária no Estado da Paraíba, 2008, p. 31)

Ainda tomando-se como referência o mesmo Caderno, a periodicidade das assembléias pode ser um dos indicadores para avaliar a participação dos sócios nos EES. Na Paraíba, 59,0% dos empreendimentos pesquisados afirmaram que se reúnem em assembléia geral mensalmente, enquanto 13,7% adotam uma prática bimestral ou trimestral, e 12,7% reúnem-se semanalmente ou quinzenalmente. Em nosso Estado, a periodicidade mensal das assembléias gerais apresenta-se um pouco inferior a periodicidade mensal do nordeste (64,7%). A ocorrência de reuniões freqüentes se constitui em importantes espaços não apenas para organizar a produção e o comércio dos produtos, mas também para avaliar a participação dos empreendedores, as ações a serem definidas e, sobretudo, o exercício constante da tentativa de autogerir o empreendimento, ou seja, de efetivar uma nova concepção de coordenação e gestão.

Enfim, é a partir da organização efetiva dos empreendedores e por conseqüência, dos empreendimentos, que o movimento de ECOSOL se fortalece não apenas diante da sociedade civil com a implantação deste novo modelo de economia,

mas consolida a articulação face ao Governo para a exigência de formulação de Políticas Públicas adequadas a essa nova proposta de produção, que vai exatamente culminar na criação de uma Secretaria no Governo Federal específica para este fim, a SENAES.

4. O MOMENTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: A CRIAÇÃO DA SENAES

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi criada em 2003 com o objetivo de articular e implementar políticas públicas para o fortalecimento da Economia Solidária e da autogestão no país. As ações prioritárias da SENAES estão voltadas para a promoção da comercialização e redes de produção, crédito e finanças solidárias, apoio a processos de desenvolvimento solidários, apoio à recuperação de empresas pelos trabalhadores, apoio à mobilização e articulação dos atores envolvidos com a Economia Solidária. A missão da Secretaria é valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social e promover processos de desenvolvimento justos e solidários.

Dentre as principais ações realizadas por essa Secretaria destacamos o mapeamento¹⁶ de empreendimentos econômicos solidários, realização de conferências regionais e estaduais que culminaram na realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária¹⁷, na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária¹⁸ e no Programa de Desenvolvimento Local – PPDLES¹⁹, entre outras.

¹⁶ Segundo a SENAES, desde a instituição dessa Secretaria, em junho de 2003, a proposta de realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a Economia Solidária estava colocada como uma demanda do movimento. Assim, a idealização do mapeamento começou a tomar forma concreta ao final de 2003, quando foi constituído o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento). Para realização do trabalho de campo, houve um amplo processo de mobilização nacional com a constituição de equipes gestoras estaduais (EGEs) e a formação de equipes de trabalho de campo envolvendo mais de 230 entidades e 600 técnicos e entrevistadores. Tal processo de mobilização permitiu maior reconhecimento e articulação da Economia Solidária em todo o território nacional. Para garantir a qualidade e fidedignidade das informações relativas à ECOSOL, toda a equipe técnica (coordenadores, supervisores, entrevistadores, digitadores) recebeu formação e capacitação sobre o conteúdo e a metodologia do mapeamento. (Atlas de Economia Solidária, p. 09)

¹⁷ A **I Conferência Nacional de Economia Solidária** foi realizada em Brasília, no período de 26 a 29/2006, com o tema “Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento”. O propósito central do evento era realizar um balanço acerca da evolução (anseios e entraves) da Economia Solidária no país, promovendo uma ampla discussão entre seus atores, quais sejam empreendedores, gestores públicos e entidades de apoio e fomento. De uma maneira geral, buscou-se estabelecer uma rede de diálogos com atividades em grupo, visando coletar subsídios para políticas futuras acerca dos principais



Foto 01 - Conferência Estadual de Economia Solidária na Paraíba – eleição de Delegados para a representação nacional

entrevistos hoje identificados nas áreas de comercialização, marco jurídico, crédito e finanças solidárias, formação, assistência técnica e tecnológica, comunicação e divulgação, investimentos em infra-estrutura, saúde do trabalhador, sustentabilidade ambiental, institucionalidade e papéis dos Entes Federados na Política de Economia Solidária, participação e controle social (<http://www.mte.gov.br>).

¹⁸ O **Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES** foi concebido como órgão consultivo e deliberativo de interlocução permanente entre a SENAES e os setores da Sociedade Civil e do Governo Federal que atuam em prol da ECOSOL. Tem como atribuições principais a proposição de diretrizes para as políticas de Economia Solidária dos Ministérios e Secretarias que o integram e o acompanhamento da execução dessas políticas. As funções da Secretaria Executiva do Conselho serão exercidas pela SENAES. Como esta está associada à maioria daquelas políticas, servirá de elo, sempre que for conveniente, entre o Conselho e os agentes do Governo Federal (<http://www.mte.gov.br>).

¹⁹ O **Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária – PPDLES** tem como objetivo fomentar e apoiar o desenvolvimento local solidário, com vistas à geração de trabalho e renda, disseminando, articulando e implementando ações em comunidades e em territórios que possuem potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas que gerem trabalho e renda, bem como junto a populações específicas, estimulando em especial a organização de empreendimentos coletivos solidários. As ações deste projeto serão desenvolvidas junto a comunidades quilombolas, comunidades indígenas, com mulheres, jovens, catadores, trabalhadores e desempregados, junto a setores com alto potencial de desenvolvimento solidário, tais como a cadeia do sisal, agricultura familiar, turismo sustentável, além de outros distribuídos por todo o território nacional (<http://www.mte.gov.br>).



Foto 02 - Empreendedor da Paraíba participante da Conferência Nacional

4.1. O Mapeamento Nacional de Economia Solidária

Uma das ações de maior destaque realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES diz respeito ao mapeamento, que busca efetuar a identificação e caracterização dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária. Este levantamento tem seus registros realizados em uma base de dados do Governo Federal denominada **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)**, cujas atividades são desempenhadas pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, antiga DRT, em parceria com o Fórum Estadual de Economia Solidária, a INCUBES – UFPB, Unitrabalho na UFCG, o Instituto Cidades e a Cáritas Brasileira - região nordeste, constituindo-se o que se denominou chamar Comissão Gestora Estadual – CGE, responsável pela coordenação do processo de pesquisa no âmbito do Estado da Paraíba.

Segundo o Termo de Referência do SIES, dentre suas principais ações podemos destacar:

- fortalecer e integrar os empreendimentos através do cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização;
- favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; subsidiar processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de Economia Solidária; subsidiar os processos de formulação de políticas públicas;
- subsidiar a elaboração de um marco legal para a Economia Solidária; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a Economia Solidária;
- viabilizar processos adequados de avaliação, monitoramento e acompanhamento das iniciativas da Economia Solidária;
- fortalecer o movimento da Economia Solidária expresso nos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária;
- viabilizar as iniciativas de constituir os Centros Públicos de Referência em Economia Solidária.

A metodologia utilizada na coleta de dados do SIES previu a realização de dois processos de coleta de informações distintos, a saber: elaboração da listagem de Empreendimentos Econômicos Solidários – fase I e Trabalho de Campo – fase II.

Segundo o manual do SIES, na fase I, as Comissões Gestoras Estaduais deveriam realizar a identificação (mapeamento) de empreendimentos econômicos solidários – EES e de entidades de apoio e assessoramento e fomento – EAF. A coleta

de informações na fase I foi realizada por meio de instrumento próprio, o qual foi disponibilizado como anexo deste trabalho para melhor subsidiar aqueles que tenham interesse nesta temática.

A referida pesquisa foi realizada em todo o território nacional sendo, em cada Estado a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, o agente responsável pela articulação local. Em princípio, a meta estabelecida foi a identificação de 15.000 empreendimentos econômicos solidários, cujo resultado obtido ao término da segunda fase foi a identificação de, aproximadamente, 20.000 empreendimentos; valor que será novamente reformulado ao término da quarta fase que se encontra em execução.

No Estado da Paraíba o mapeamento, na sua execução, foi inicialmente, dividido em duas fases que serão pormenorizadas a seguir, salientando-se que foi realizada uma terceira fase em 2008 e, para o biênio de 2009/2010, a SENAES sinaliza a ocorrência de uma quarta fase para atualização dos empreendimentos já identificados e uma revisitação para verificar qual a situação desses empreendimentos atualmente: se permanecem funcionando, suas práticas organizativas, implicações na economia do estado, ampliação das práticas dos princípios e de formação dos atores participantes, bem como quantos deles encerraram suas atividades e as principais causas tanto do sucesso quanto dos entraves identificados ainda como formas de desafios para a consolidação da Economia Solidária.

Ressalte-se também que as informações decorrentes desta pesquisa de âmbito nacional tiveram como premissa subsidiar a elaboração de políticas públicas de ECOSOL, inclusive promovendo parcerias para ações conjuntas entre os Ministérios do Governo Federal, estendendo-se aos governos estaduais e municipais em meio a formulação de convênios e outras ações integradas.

Assim sendo, segue abaixo descrição pormenorizada das fases ocorridas no mapeamento realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego:

a) Primeira Fase:

Nesta etapa foram identificados os empreendimentos de Economia solidária e as entidades de apoio, assessoria e fomento, tomando como elemento norteador flexível a base de dados nacionais já existentes, ainda que outras listagens tenham sido utilizadas. A pesquisa visou confirmar, excluir e ampliar os empreendimentos e as entidades abordados ou consultados de acordo com a existência, inexistência ou descaracterização dos princípios. Foi feita uma análise e crítica preliminar, ainda que superficial, para encaminhar os formulários confirmados para a segunda fase, gerando desta forma um novo banco de dados pormenorizado por Estado, com detalhamento por municípios visitados, atividades econômicas desenvolvidas, quantidade de atores envolvidos, motivação para a criação do empreendimento, bem como possibilitou também diagnosticar os principais entraves identificados no movimento de ECOSOL.

b) Segunda Fase

Neste estágio a pesquisa ganhou contornos mais complexos, pois inúmeros aspectos foram observados e analisados para verificar, detalhadamente, se o empreendimento apresentava ou não características, princípios da Economia Solidária e em que medida esta nova forma de produção estava presente no cotidiano dessas organizações. Entretanto, deve-se salientar que também foram considerados empreendimentos que apresentavam condições de, potencialmente, tornarem-se Economia Solidária.

Foram contemplados, em geral, os seguintes elementos: identificação; abrangência; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos; acesso a créditos e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento; dimensão sócio-política e ambiental; potencialidades, insumos, matéria-prima utilizada. Inicialmente, os formulários foram liberados para avaliação pelas Equipes Gestoras de cada Estado, de modo que as mesmas pudessem gerar suplementos para serem anexados no caso de verificarem a necessidade de complementação de informações peculiares a cada região. Na Paraíba, porém, não houve nenhuma alteração e o formulário da pesquisa manteve-se no padrão utilizado nacionalmente.

A pesquisa foi coordenada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e cada estado dispunha de uma Equipe Gestora Estadual, posteriormente denominada Comissão Gestora Estadual, inclusive com publicação em Diário Oficial da União, que era composta por membros da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, representação do Ministério em cada estado e por membros das entidades envolvidas na pesquisa, a exemplo da UNITRABALHO/UFCG e da INCUBES/UFPB, Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários vinculadas a cada Universidade Federal local, bem como representante da entidade de apoio e fomento selecionada para realização da pesquisa.

Assim, percebe-se que, com o avançar das fases, a pesquisa vai se consolidando e ganhando contornos mais definidos, como foi o exemplo da publicação da Comissão Gestora Estadual, uma das ações que foi adotada com o intuito de tornar mais responsáveis e comprometidos os resultados a serem obtidos na pesquisa, uma vez que foram acirradas as formas de controle sobre as ações adotadas, bem como a preocupação com a formação/capacitação efetiva dos pesquisadores envolvidos.



Foto 03 - Pesquisadores em treinamento – SIES Fase II

c) Terceira fase

Para continuidade da pesquisa do mapeamento nacional, a proposta, na terceira fase, era a ampliação da identificação dos empreendimentos Econômicos Solidários nos estados, ou seja, a proposta era verificar se houve expansão no movimento de ECOSOL.

Na Paraíba, em particular, foi estabelecida como nova meta o total de 300 empreendimentos a serem identificados no universo dos 223 municípios existentes, mesmo considerando-se a revisitação daqueles locais já pesquisados, pois o cerne era a constatação se está ou não havendo a consolidação desta nova prática alternativa de produção e geração de trabalho e renda.

Veremos, a seguir, exemplos de alguns empreendimentos em atuação nas feiras itinerantes ocorridas na cidade de João Pessoa, salientando-se que a prática de feiras itinerantes foi uma das estratégias utilizadas como forma de divulgar a Economia Solidária e fortalecer a disseminação dos princípios e da prática de comercialização nos grupos e na sociedade paraibana. Foi uma forma de promover a interação do movimento e da população.

Crédito:
DRT/PB



Fotos 04 e 05 - Feiras itinerantes de Economia Solidária realizadas no município de João Pessoa (Empreendimentos Solidários cadastrados durante o mapeamento do Governo Federal)



Foto 06 - Seminário do SIES III fase – Avaliação e apresentação dos resultados (dez/2007)

d) Quarta Fase

Encontra-se em execução a quarta fase do mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, cuja proposta de execução será para os biênios 2009/2010. Deve-se ressaltar que vêm ocorrendo reuniões frequentes para a criação de uma nova Comissão Gestora Estadual, a qual será responsável por coordenar as atividades desta nova fase.

Para a continuidade da pesquisa proposta, foi efetivada a Composição da CGE – Comissão Gestora Estadual que, em sua quarta etapa de pesquisa na Paraíba, seguiu o modelo proposto ainda para a primeira fase de trabalho, mantendo a formatação descrita pelo então Termo de Referência, quando este lançava como proposta para formação das EGEs: a representação das incubadoras universitárias, a participação da Delegacia Regional do Trabalho e a representação do Fórum Estadual de Economia Solidária. Assim sendo, mantivemos a formação da CGE com as seguintes representações: Unitrabalho (UFCG); Incubes (UFPB) – composição das Equipes Técnicas de Pesquisa; Delegacia Regional Territorial da PB – representando a SENAES/MTE; Instituto Cidades (Assessoria), Rede Abelha e Espaço da Criação (empreendimentos) – representando o FEES/PB.

Em princípio, foi definida como meta a realização de entrevista com 300 empreendimentos, num período de três meses, perfazendo um recurso de R\$ 46.900,00 para sua execução. Estima-se que, nesta fase, sejam descobertas novas atividades nos municípios ainda a serem visitados, possibilitando não apenas a ampliação do universo de empreendimentos quanto a sua diversidade, localização, matéria prima utilizada, consolidação e divulgação do retrato da Economia Solidária em nosso estado.

4.2. Alguns resultados concretos sobre ECOSOL

Como forma de consolidar a pesquisa de mapeamento realizada foi lançado, em dezembro de 2005 o Atlas da Economia Solidária no Brasil que, segundo Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego à época, é uma primeira apresentação mais geral das informações colhidas na pesquisa, é uma contribuição para a efetivação desta ação feita em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no sentido de fortalecer este segmento econômico, dando-lhe mais reconhecimento e tornando visível seu perfil, abrangência e potencialidades.

Numa breve análise, ao verificarmos o gráfico da página seguinte, que apresenta a realidade geral do país no tocante à Economia Solidária, mediante a pesquisa realizada pela SENAES, destacamos que, dos locais pesquisados em 2006, constavam como registros do Estado da Paraíba 446 empreendimentos confirmados, com 101 municípios visitados, representando 45% dos municípios existentes, cuja predominância é de mulheres na produção de artesanato, em perímetro urbano, ainda que tenhamos também produção agrícola e oferta de serviços, conforme segue:

Tabela 01 – O Perfil da Economia Solidária no Brasil

UF	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios/ Total de municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	1.884	13%	254	56%
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%
CE	1.249	8,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1.004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1.096	7,3%	153	37%
NORDESTE	6.549	44%	861	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	2.144	14%	389	23%
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%
SUL	2.592	17%	512	43%
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO-OESTE	1.785	12%	258	53%
TOTAL	14.954	100,0%	2274	41%

(Fonte: Atlas de Economia Solidária, 2005, p. 15)

Ao verificarmos a continuidade da pesquisa em âmbito nacional, no exercício de 2008, pudemos observar um aumento na quantidade de empreendimentos identificados no estado da Paraíba, conforme se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 02 - ABRANGÊNCIA E CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS EES DA PARAÍBA

NOME DO MUNICÍPIO	QTD	NOME DO MUNICÍPIO	QTD	NOME DO MUNICÍPIO	QTD
01 Alagoa Grande	06	45 Dona Inês	10	88 Pilõesinhos	08
02 Alagoa Nova	17	46 Duas Estradas	01	89 Pirpirituba	13
03 Alagoinha	05	47 Esperança	19	90 Pitimbu	17
04 Algodão de Jandaíra	03	48 Fagundes	01	91 Pocinhos	04
05 Alhandra	04	49 Frei Martinho	02	92 Pombal	04
06 Aparecida	06	50 Guarabira	08	93 Prata	05
07 Araçagi	06	51 Gurinhém	03	94 Princesa Isabel	08
08 Arara	10	52 Gurjão	03	95 Puxinanã	05
09 Araruna	07	53 Ingá	14	96 Queimadas	08
10 Areia	26	54 Itabaiana	06	97 Quixabá	01
11 Areial	10	55 Itapororoca	03	98 Remígio	09
12 Assunção	03	56 Itatuba	03	99 Riachão do Bacamarte	01
13 Bananeiras	07	57 Jacaraú	03	100 Riachão do Poço	02
14 Barra de Santa Rosa	04	58 Jericó	03	101 Riacho de Santo Antônio	01
15 Bayeux	04	59 João Pessoa	46	102 Riacho dos Cavalos	04
16 Belém	03	60 Juarez Távora	05	103 Rio Tinto	06
17 Belém do Brejo do Cruz	02	61 Junco do Seridó	10	104 Salgadinho	01
18 Boa Vista	02	62 Juripiranga	13	105 Salgado de São Félix	06
19 Bom Sucesso	02	63 Lagoa Seca	05	106 Santa Cruz	02
20 Boqueirão	02	64 Logradouro	01	107 Santa Luzia	01
21 Cabaceiras	04	65 Lucena	01	108 Santa Rita	13
22 Cabedelo	08	66 Mamanguape	03	109 Santana dos Garrotes	03
23 Cacimba de Areia	01	67 Mari	04	110 São João do Tigre	03
24 Cacimba de Dentro	01	68 Marizópolis	01	111 São José da Lagoa Tapada	01
25 Cacimbas	10	69 Massaranduba	09	112 São José de Piranhas	12
26 Cajazeiras	06	70 Mataraca	03	113 São José do Sabugi	08
27 Cajazeirinhas	01	71 Matinhas	08	114 São Sebastião de Lagoa de Roça	03
28 Camalaú	04	72 Mogeiro	03	115 São Sebastião do Umbuzeiro	02
29 Campina Grande	18	73 Montadas	08	116 Sapé	06
30 Capim	01	74 Monte Horebe	01	117 Serra Branca	02
31 Casserengue	02	75 Monteiro	08	118 Serra Redonda	13
32 Catingueira	02	76 Nova Floresta	01	119 Sertãozinho	02
33 Catolé do Rocha	01	77 Nova Olinda	02	120 Sobrado	08
34 Caturité	02	78 Nova Palmeira	01	121 Solânea	07
35 Condado	01	79 Ouro Velho	01	122 Soledade	04
36 Conde	08	80 Parari	02	123 Sousa	03
37 Congo	02	81 Patos	01	124 Sumé	02
38 Coxixola	01	82 Pedra Lavrada	01	125 Taperoá	03
39 Cruz do Espírito Santo	05	83 Pedras de Fogo	01	126 Tavares	01
40 Cubati	01	84 Pedro Régis	01	128 Teixeira	11
41 Cuité	02	85 Piancó	01	129 Umbuzeiro	03
42 Damião	03	86 Picuí	10	130 Vieirópolis	03
43 Desterro	02	87 Pilões	04	131 Zabelê	02
TOTAL					670

Com base na análise da tabela acima cuja fonte está no Caderno intitulado “A Economia Solidária no Estado da Paraíba”, (2008 p.11), verifica-se que foram identificados, como produto final da pesquisa realizada em 2008, somando-se os dados da pesquisa inicial, 670 empreendimentos com as características de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em 129 municípios do Estado da Paraíba, o que corresponde a 58,7% dos municípios paraibanos desenvolvendo algum tipo de atividade cuja prática está centrada na Economia Solidária.

Bem, uma vez identificado o avanço na quantidade de empreendimentos visitados, também é importante conhecer como essas unidades produtivas estão organizadas.

Então vejamos no gráfico a seguir:

Gráfico 05 - Como os empreendimentos estão organizados na Paraíba?



(Fonte: Caderno A Economia Solidária na Paraíba, 2008, p. 12)

Dos 670 empreendimentos identificados como EES, 57,8% encontram-se organizados em forma de associação, vindo em seguida os grupos informais com 31,2%, e as cooperativas com 7,8%. Não se tem dados suficientes para explicar a razão da grande expansão das associações no Estado, mas pode-se apontar como causa os incentivos e exigências dos programas de governo.

Este momento do mapeamento foi de grande valia para a elaboração de futuras políticas públicas no tocante não apenas à consolidação da Economia Solidária enquanto política de governo, mas para identificar os pontos de vulnerabilidade ainda existentes. Dessa análise, três situações ganharam visibilidade como oportunidades de melhorias urgentes, quais sejam: **a comercialização, o crédito e a assistência técnica.**

Ao que parece, a institucionalização, além de afirmar e consolidar a existência da Economia Solidária no Brasil, também apresenta em seu escopo a obrigatoriedade de identificar suas limitações, de modo que a mesma perdure para além de uma política de Governo, tornando-se uma Política de Estado, até porque não há garantias de que em outros Governos a Secretaria atualmente existente permaneça como prioridade de modo que não seja extinta, perdendo assim o espaço institucional ora firmado.

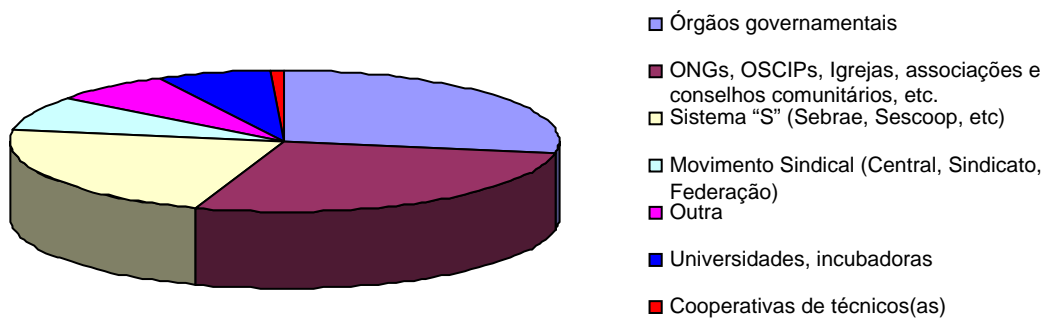
É preciso, então, conhecer seus atores, sua localização, mecanismos de produção, matéria-prima utilizada, mas, sobretudo, estabelecer um diálogo que possibilite o aprimoramento e a assimilação de novas técnicas que dêem visibilidade aos produtos e não apenas àquela característica de algo peculiar, exótico, encontrado em alguns lugares, de onde se extrai uma pequena renda complementar. É preciso conhecê-la na sua intimidade para que se possa fortalecê-la e torná-la, acima de tudo, competitiva, com possibilidade real de estabelecimento, de inclusão, de geração de trabalho, renda, mas, sobretudo, de cidadania. A Economia Solidária não pode ser vinculada à idéia de economia dos pobres, o que se torna uma distorção de sua proposta central.

Além do enfoque realizado em nível de Brasil, também é importante dimensionar a realidade encontrada em nosso estado. Para tanto, observemos o gráfico abaixo, que nos apresenta a distribuição das entidades de apoio e fomento na Paraíba.

Entidades de apoio e fomento com atuação na Paraíba

GRÁFICO 06 - TIPOS DE ENTIDADES QUE FORNECERAM

APOIO AOS EES



(Fonte: Caderno A Economia Solidária na Paraíba, 2008, p. 27)

Dentre as entidades que têm realizado trabalhos de relevância na área de apoio e fomento à Economia Solidária, inclusive muitas delas com extensão na Paraíba, destacamos:

- a) **Cáritas:** é uma entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que financiou e acompanhou milhares de Projetos Alternativos Comunitários (PAC's) e também experiências de Economia Solidária em assentamentos da reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
- b) **Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)** – nasceu em 1991 com a falência da empresa calçadista Makerli, em Franca (SP). Os trabalhadores desta empresa falida ressuscitaram-na como uma atividade econômica com caráter autogestionário, transformando-a na ANTEAG. O surgimento de empresas recuperadas pelas massas falidas teve e tem o objetivo de preservar os postos de trabalho que os trabalhadores ocuparam e de

transcender a condição de empregados para patrões (donos do empreendimento com uma administração democrática). Atualmente existem mais de uma centena de cooperativas filiadas à ANTEAG.

- c) **União e solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL)** – formada pelo Sindicato dos Químicos do ABC e por um grupo de cooperativas que desenvolve, assim como a ANTEAG, atividades de fomento e apoio à transformação de empresas em crises em cooperativas de seus trabalhadores, buscando também linhas de financiamento e promoção de qualificação e requalificação profissional;
- d) **Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)** – criado entre 1989 e 1990 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo em vista promover a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias. No momento presente, o Sistema Cooperativista dos Assentados conta com mais de 90 cooperativas divididas em três formas principais: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito;
- e) **Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)** – foi criada em 1999 pela Central única dos Trabalhadores (CUT) – a maior central sindical brasileira – pela UNITRABALHO e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Esta agência tem como atividades: difundir conhecimentos sobre a Economia Solidária, por meio dos cursos em várias universidades; criar cooperativas de crédito com o objetivo de estabelecer uma rede nacional de crédito solidário (O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo); contribuir com alternativas para um desenvolvimento social e sustentável; viabilizar a

inserção dos empreendimentos solidários no mercado; combater falsas cooperativas;

- f) **Fundação Unitrabalho** – começou a desenvolver um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária a partir de 1997. Reúne mais de 80 universidades e presta serviços nas mais diferentes áreas ao movimento operário;
- g) **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS)** – são entidades universitárias que desenvolvem atividades de apoio e acompanhamento a empreendimentos solidários e foram criadas pela COPPE/UFRJ, com o apoio da FINEP e do Banco do Brasil. Em 1998, foi lançado o Programa Nacional de Incubadora de Cooperativas (PRONINC), para ampliar o número de incubadoras nas universidades. A partir de 1999, passou a existir a rede de incubadoras, vinculadas à Fundação Unitrabalho, tendo o apoio da rede Cáritas brasileira e internacional. As ITCPS têm caráter multidisciplinar e oferecem formação em cooperativismo e Economia Solidária, além de concederem apoio técnico, logístico e jurídico para que os grupos possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários. A metodologia de acompanhamento, denominada de metodologia de incubação, tem se aprimorado paulatinamente. Na Paraíba, inclusive, há incubadoras na UFPB – INCUBES e na UFCG – Unitrabalho, atuando como entidades de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários em nosso estado, com um trabalho consolidado, alguns empreendimentos legalizados e outros em desenvolvimento, não apenas nos municípios de Campina Grande e João Pessoa, mas também com expansão em outras

localidades e atuação intensa na pesquisa de mapeamento realizada pela SENAES.

h) **Comissão Pastoral da Terra (CPT)** é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro da Pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral, de modo que os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista.

Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e porque a Igreja possuía uma certa influência política e cultural, não sendo molestada pela ditadura. Por isso, a Agricultura Familiar mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização, com enfoque em produção saudável, que o meio ambiente tinha que ser respeitado, que a água é um bem finito. As atenções, então, se voltaram para a ecologia. Em virtude desses fatores, a CPT é citada como uma entidade de apoio e fomento à Economia Solidária.

Com base nas informações registradas no Caderno intitulado “A Economia Solidária no Estado da Paraíba”, quanto à forma de organização das Entidades de Apoio

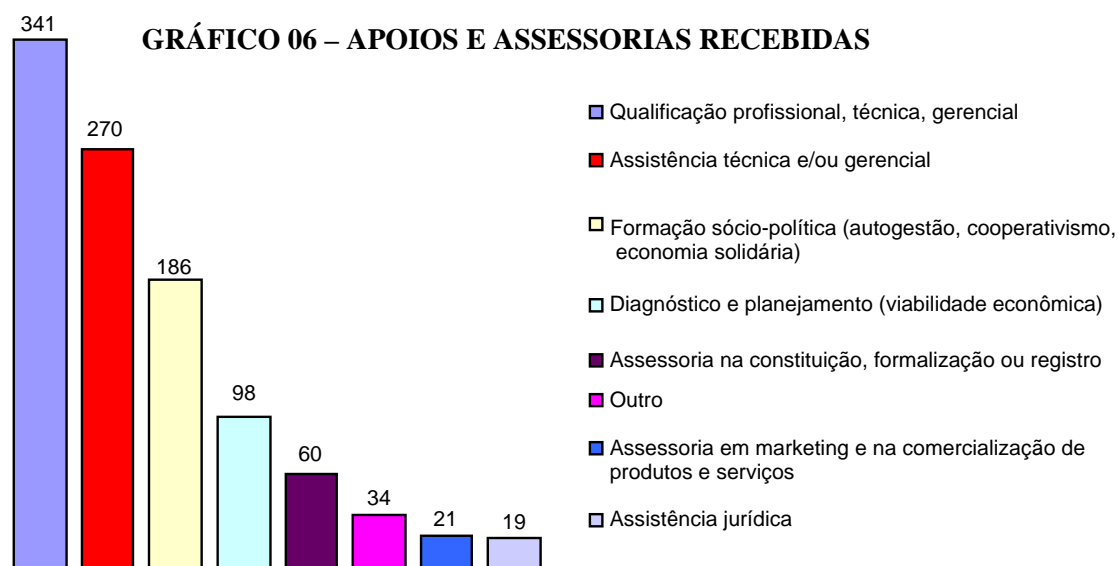
e Fomento, verifica-se que há um predomínio dos Órgãos Governamentais (28% citações) e das Organizações Não Governamentais (27 %), representando juntos mais da metade das citações (55%), seguidos do Sistema “S” com 22% do total das citações.

TABELA 03 – Apoio a EES na Paraíba

RESPOSTAS	TOTAL	PERCENTUAL
Sim (recebem apoio)	517	77 %
Não (recebem apoio)	153	23 %
TOTAL	670	100%

Com base nas informações registradas no Caderno intitulado “A Economia Solidária no Estado da Paraíba”, a Tabela 03 apresenta uma forte característica dos EES em nosso estado, revelando que a organização e fomento dessas experiências dependem, em grande medida, dos processos de estímulos externos, já que dos 670 empreendimentos entrevistados, 77% receberam ou recebem algum tipo de apoio, dentre os quais, o gráfico 06 mostra, por ordem de importância, que a “qualificação profissional, técnica, gerencial” (341 citações) figura como o de maior relevância, vindo em seguida a “assistência técnica e/ou gerencial” (270 citações) e a “formação sócio-política” (186 citações), apontando para uma grande participação das entidades de apoio em nosso estado.

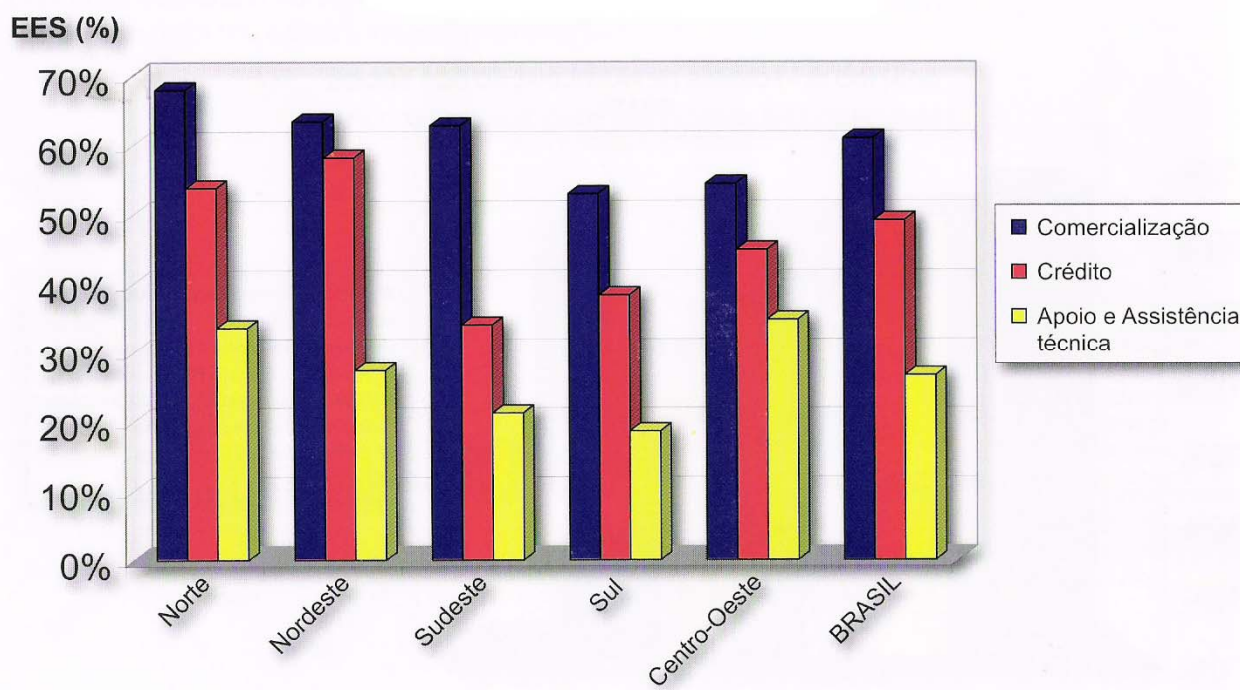
Tipos de apoios, assessorias e consultorias recebidas pelos empreendimentos



(Fonte: Caderno A Economia Solidária na Paraíba, 2008, p. 27)

Outra situação que merece análise para descortinarmos a constituição do movimento de Economia Solidária no Brasil diz respeito às principais dificuldades identificadas entre os Empreendimentos de ECOSOL as quais, segundo o Atlas de Economia Solidária, estão retratadas no gráfico a seguir:

Gráfico 07 – Dificuldades dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil



(Fonte Atlas de Economia Solidária, 2005, p. 46)

As áreas de comercialização, crédito, apoio e assistência técnica ainda são grandes desafios a serem superados dentro do movimento de ECOSOL, pois mesmo por meio da criação da SENAES, que vem possibilitando o estabelecimento de parcerias com governos municipais e estaduais no sentido de utilizar a produção de Economia Solidária local, vinculando-a às necessidades de compras cotidianas, bem como pela criação de Centros Públicos de Comercialização.

Além de desenvolverem atividades culturais, esses Centros também funcionam como pólos de concentração de empreendimentos diversos para divulgação e comércio, com ampla visitação por parte da população. Esta parceria com os demais entes federados (municípios/estados) e outros órgãos e entidades não governamentais para criação de Centros Públicos é interessante porque, além de divulgar a Economia Solidária, representa uma estratégia concreta de comercialização e, em virtude das parcerias, possibilita apoio na manutenção diária necessária para assegurar o funcionamento do Centro. Entretanto, para que o projeto da criação de Centros Públicos avance, é preciso que se tenha detalhado conhecimento do perfil da ECOSOL no Estado.

Neste sentido, dentre as diversas situações que foram identificadas, a tabela abaixo nos mostra, num comparativo entre as regiões brasileiras, os índices de empreendimentos rurais ou urbanos existentes no estado, bem como a composição de seus integrantes. Daí, constatamos que, em nosso estado, há uma predominância de empreendimentos na área rural e da atuação do sexo masculino. É oportuno salientar que há diversas políticas de incentivo à agricultura familiar no Nordeste, razão pela qual esta parcela da Economia Solidária torna-se mais efetiva na pesquisa, pois, além do apoio financeiro, há de se considerar também o investimento feito em capacitação, dois

fatores imprescindíveis ao desenvolvimento dos empreendimentos, inclusive para garantir-lhes competitividade no mercado.

Tabela 04 - Participantes dos EES no Brasil

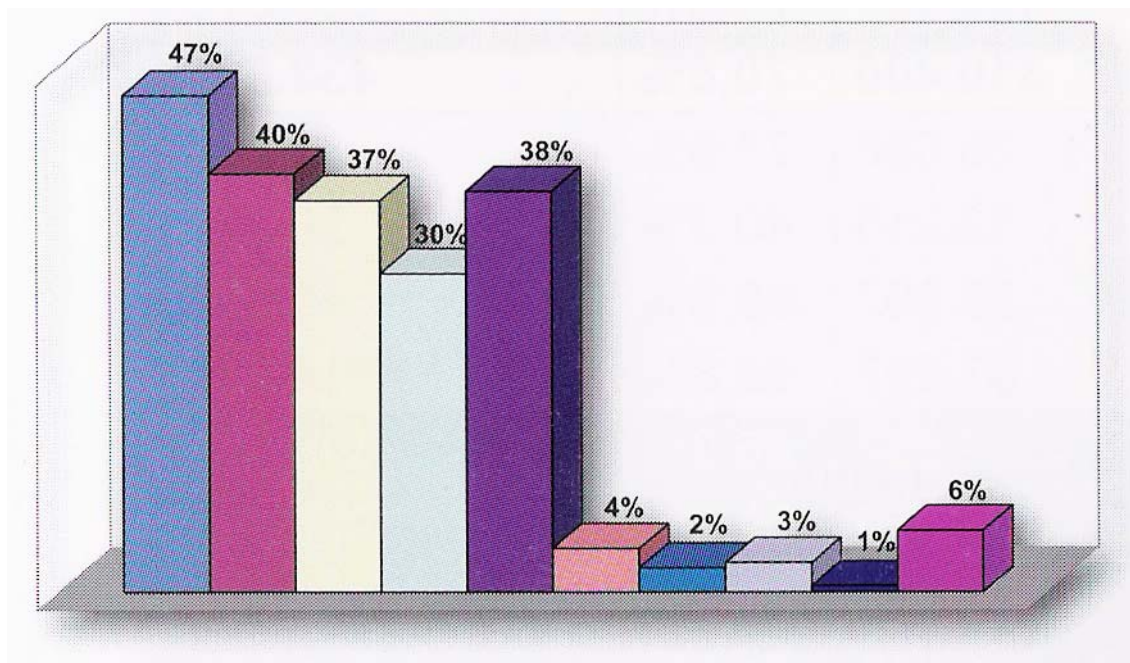
REGIÃO		Mulheres	%	Homens	%	TOTAL
NO	Rural	22.292	34,5%	42.265	65,5%	64.557
	Urbano	15.262	59,1%	10.578	40,9%	25.840
	Rural e Urbano	13.933	38,4%	22.372	61,6%	36.305
	Total	51.493	40,6%	75.235	59,4%	126.728
NE	Rural	95.599	37,3%	160.365	62,7%	255.964
	Urbano	42.941	50,4%	42.262	49,6%	85.203
	Rural e Urbano	40.019	37,9%	65.478	62,1%	105.497
	Total	179.058	40,0%	268.477	60,0%	447.535
SE	Rural	10.692	30,6%	24.219	69,4%	34.911
	Urbano	24.258	47,7%	26.619	52,3%	50.877
	Rural e Urbano	9.733	25,1%	29.003	74,9%	38.736
	Total	44.729	35,9%	79.910	64,1%	124.639
SU	Rural	28.901	27,2%	77.310	72,8%	106.211
	Urbano	26.773	34,9%	49.887	65,1%	76.660
	Rural e Urbano	72.551	28,4%	183.127	71,6%	255.678
	Total	128.295	29,2%	310.400	70,8%	438.695
CO	Rural	10.577	28,4%	26.698	71,6%	37.275
	Urbano	18.118	59,7%	12.213	40,3%	30.331
	Rural e Urbano	18.389	39,4%	28.267	60,6%	46.656
	Total	47.088	41,2%	67.197	58,8%	114.285
TOTAL	Rural	168.061	33,7%	330.857	66,3%	498.918
	Urbano	127.352	47,4%	141.559	52,6%	268.911
	Rural e Urbano	154.625	32,0%	328.247	68,0%	482.872
	Total	450.663	36,0%	801.219	64,0%	1.251.882

(Fonte: Atlas de Economia Solidária, 2005, p. 28)

Uma vez identificadas as formas de empreendimentos existentes em nosso estado, outro dado que nos parece importante conhecer está na motivação da criação desses empreendimentos, pois, além de uma forma alternativa de geração de trabalho e renda, também há outros fatores que possibilitam erigir novas formas de organização do trabalho como estas.

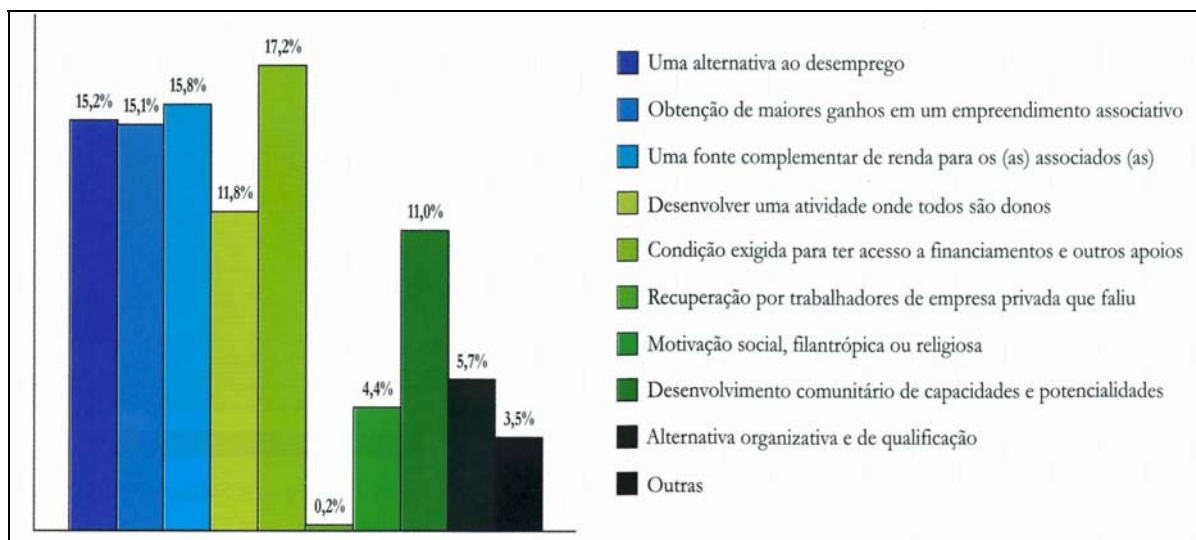
Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 08 – Motivos para criação de empreendimentos econômicos solidários no Brasil



- Uma alternativa ao desemprego
- Uma fonte complementar de renda para os/as associados/as
- Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo
- Desenvolver uma atividade onde todos são donos
- Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios
- Alternativa organizativa e de qualificação
- Motivação social, filantrópica e religiosa
- Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades
- Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu
- Outra

Gráfico 09 - O que motivou a criação dos empreendimentos na Paraíba?



(Fonte: Caderno A Economia Solidária na Paraíba, 2008, p. 12)

Com base nas informações registradas no Caderno intitulado “A Economia Solidária no Estado da Paraíba”, os motivos que serviram de incentivo para a criação dos empreendimentos em nosso estado fornecem elementos que podem corroborar com o que foi indicado acima como causa do predomínio das associações em relação às outras formas de organização. Os principais motivos que foram citados pelos empreendimentos foram: em primeiro lugar, “a condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios” com 215 citações (17,2%); em seguida, “uma fonte complementar de renda” com 198 citações (15,8%); “uma alternativa ao desemprego” com 190 (15,2); e a “obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo” com 189 (15,1%).

Pode-se constatar que a principal motivação veio de fora do grupo, na forma de incentivo ou exigência para obter acesso a apoios ou financiamentos. Esses dados aparecem com maior clareza quando as 215 citações são relacionadas ao total de empreendimentos pesquisados (670), porque faculta a percepção de que 32% desse total foram estimulados pela “condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios”.

Outro dado relevante constitui-se em conhecer como as atividades de produção dos empreendimentos econômicos solidários estão organizadas na Paraíba.

TIPIFICAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos

TABELA 5

POSIÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	%
1ª	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	122	18,6%
2ª	Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	109	16,6 %
3ª	Cultivo de cereais para grãos	66	10,0%
4ª	Outras atividades de concessão de crédito	38	5,8%
5ª	Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário	33	5,0%
6ª	Sociedades de crédito, financiamento e investimento	33	5,0%
7ª	Criação de bovinos	27	4,0%
8ª	Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem	26	3,9%
9ª	Comércio atacadista de leite e produtos do leite	26	3,9%
10ª	Criação de outros animais	20	3,0%
11ª	Reciclagem de sucatas não-metálicas	20	3,0%
12ª	Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico, incluindo tecelagem	19	2,9%
313ª	Criação de aves	19	2,9%
14ª	Pesca e serviços relacionados	15	2,2%
15ª	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	15	2,2%
16ª	Cultivo de frutas cítricas	14	2,0%
17ª	Confecção de peças do vestuário – exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	14	2,0%
18ª	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exceto moveis	13	1,9%

19ª	Fabricação de outros produtos alimentícios	13	1,9%
20ª	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	12	1,8%

Classificação do CNAE/MTE – (Fonte: Caderno A Economia Solidária na Paraíba, 2008, p. 17)

Segundo a tabela acima, em relação às atividades econômicas desenvolvidas, há uma forte concentração daquelas atividades que atuam exclusivamente na área rural: “atividades de serviços relacionados à agricultura”, citadas por 122 empreendimentos, representando 18,6% do total das citações; vindo em seguida o “cultivo de outros produtos de lavoura temporária”, com 109 citações (16,6%); e o “cultivo de cereais para grãos”, com 66 citações (10,0%). Essas três atividades econômicas de maior importância numérica nos EES da Paraíba constituem 45,2% das citações, configurando-se em organizações provavelmente associadas à agricultura familiar de subsistência, já que os produtos mais citados foram feijão, milho e mandioca, seguidos de inhame e leite. Desse modo, a produção de Economia Solidária na Paraíba apresenta caráter predominantemente rural, embora nos centros urbanos o artesanato seja mais relevante.

Em virtude de toda a pesquisa realizada em âmbito nacional e particularmente em nosso estado, como aqui foram utilizados diversos dados decorrentes da SENAES, uma de suas principais ações até o momento, citaremos alguns depoimentos que nos permitem verificar algumas percepções acerca da existência dessa Secretaria no contexto da ECOSOL no país, hoje.

4.3. Algumas percepções acerca da criação da SENAES

A criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária certamente representou um marco na história atual da economia solidária, mas qual a visão dos diversos atores da ECOSOL sobre a existência dessa Secretaria? Vejamos alguns relatos:

Foi o maior avanço possível da ES nesses últimos anos. A criação da SENAES possibilitou um salto de qualidade enorme (às vezes inimaginável, alguns anos atrás) na construção de uma política pública. Nos últimos quatro anos, diversos setores do Governo Federal passaram a compreender e a apoiar a ES. Não é apenas uma ação do MTE, mas do Governo Federal. Hoje há relação direta com pelo menos 13 Ministérios. A Primeira Conferência Nacional de ES realizada em 2006 mobilizou mais de 15 mil pessoas no Brasil. Suas resoluções atualizam a Plataforma Política do movimento da ES e apontam rumos para a institucionalização da política pública e para ampliar os recursos e ações intersetoriais. Hoje temos no Brasil centenas de municípios com políticas de ES, além de 14 Governos Estaduais interessados nessas políticas. O movimento também cresceu muito. (Entrevista realizada com Roberto Marinho/SENAES, fevereiro de 2007)

Vivemos numa federação e num Estado Democrático de Direito. Assim, qualquer avanço deve ser considerado como importante. Às vezes é fruto da luta dos movimentos, outras vezes é o resultado do acúmulo do governo e do diálogo com outras forças. Avançamos muito em muitos pontos, no entanto, estamos tímidos em outros. Esse é o jogo. (Entrevista realizada com Sandro Gomes/FEES – fevereiro de 2007)

É importantíssima a criação dessa Secretaria. Qualquer um, todavia, sabe que é uma secretaria produto das contradições internas do próprio governo. Uma Secretaria em um Ministério do Trabalho que apresenta outra visão de trabalho. Uma Secretaria de Economia em moldes outros e distante da perspectiva dominante da economia, presente no Ministério da Economia. (Entrevista realizada com Prof. Zé Neto/UFPB, fevereiro de 2007)

Sem dúvida como avanço significativo do movimento de Economia Solidária. Resultado da organização de vários atores (Universidades, Igreja, ONG's, trabalhadores/militantes) que, durante muito tempo, vieram construindo as bases para essa conquista. A criação da Secretaria já é um reconhecimento do valor da Economia Solidária. Talvez a Secretaria ainda não tenha as condições concretas

(orçamento, visibilidade, respaldo político dentro do governo etc.) para fazer ainda mais. Mas sabemos do compromisso político dos quadros militantes da Economia Solidária que hoje se encontram nessa Secretaria. (Entrevista realizada com Luciene/Cáritas – fevereiro de 2007)

Primeiro com muito otimismo. Segundo, a criação da Secretaria já é um indicativo de que o Estado está se antecipando às demandas sociais. Cabe à sociedade perceber este movimento e de forma organizada forçar as mudanças necessárias. Aqui mora o perigo! Muitas pessoas que estão envolvidas com a ECOSOL ainda não compreendem seus fundamentos, o que faz com que trabalhem e pensem de modo parasitário em relação ao Estado. Ou seja, que ao Estado cabe a responsabilidade de efetivar as mudanças sem que elas digam o que querem. o pior é que muitas “assessorias” corroboram e fomentam esta posição. Estes são os maiores entraves da ECOSOL O imediatismo e o interesse escuso de muitos oportunistas. (Entrevista realizada com Francisco Xavier/INCUBES/UFPB, fevereiro de 2007)

Um momento político muito importante na nossa sociedade, mas pouco percebida a sua importância. A criação da Secretaria é um caminho que deveria ser percorrido com mais pressa e com mais objetividade para a construção de bases mais firmes para um futuro logo agora. Não é todo governo que vai criar um espaço tão importante como esta Secretaria. Precisamos aproveitar a oportunidade. Talvez o sistema deixou criar a Secretaria sem saber o que era a Economia Solidaria na verdade. Aproveitar significa construir bases fortes para um futuro sem uma oportunidade tão propícia como o momento. A Secretaria é uma oportunidade de dizer o que queremos, como queremos e como fazer, mas estamos preparados para tal? (Entrevista realizada com Ednaldo/INCUBES/UFPB, fevereiro de 2007)

Olha, já é tempo, pois é grande o número de pessoas envolvidas com essa questão específica. Nós temos aí o nosso Presidente que realmente veio da base, que conhece isso melhor do que ninguém. E nada melhor do que abrir este espaço pra esperar que a gente da base, que se possa ter um conhecimento mais profundo sobre isso e que essas discussões, essas reivindicações, cheguem até o Presidente, pois as necessidades ele já conhece bem. (Entrevista realizada com D. Terezinha/empreendedora – fevereiro de 2007)

Os diversos relatos foram utilizados como forma de ilustrar as mais diversas percepções acerca da existência da SENAES e do trabalho por ela desenvolvido. Conforme se pôde observar, a Secretaria apresenta bom nível de aceitação, é vista como

um espaço formal no Governo que ensejará a formulação de políticas públicas, mas é também identificada como um espaço que deve ser utilizado com propriedade e assertividade, ou seja, é importante ter clareza por parte do movimento em definir aonde se deseja chegar e vontade política para consolidar as propostas identificadas, assim como as necessidades em ações estratégicas como o mapeamento. É igualmente importante garantir eficiência, eficácia e efetividade nas políticas públicas geradas, de modo que a ECOSOL tenha uma visibilidade cada vez maior e possa contemplar o maior número de trabalhadores possível, considerando-se que a massa excluída do mercado cresce de forma avassaladora. Enfim, é um espaço de disputa política também entre as duas esferas: o governo e o movimento, cada um com uma visão própria da Economia Solidária. Entretanto, entende-se que há a necessidade de se respeitar esses limites, até porque cada um busca preservar a sua identidade, evitando-se assim que haja manipulação de qualquer das partes, embora nem sempre isso ocorra de modo tão definido. Há um conflito estabelecido nessa relação.

Diante disso, a proposta de um novo modelo de desenvolvimento que possa inspirar na sociedade não apenas novas práticas de trabalho e geração de renda, mas, sobretudo, qualidade de vida, constitui-se, no mínimo, em algo que merece mais atenção e estudo para conhecimento.

Desse modo, a ECOSOL, tanto como movimento social ou no espaço institucionalizado, possibilita erigir novas práticas no mundo do trabalho que modificam as relações, resgatando conceitos como a centralidade do trabalho na vida humana, a emancipação do trabalhador e o exercício da cidadania com redução da exclusão.

5. TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A categoria trabalho pode ser conceituada de diversas formas, cada uma caracterizando um modo de interpretação da sociedade e dos desdobramentos das relações histórico-econômico-políticas nela estabelecidas. Nesta tese, utiliza-se o enfoque marxista na sua interpretação clássica de trabalho e também do trabalho sob o enfoque do modo de produção capitalista de produção, porque, para Marx (1983), o trabalho representa a dimensão fundamental do ser social.

Neste sentido, o trabalho é uma maneira de o homem comunicar-se com a natureza, transformá-la e ser transformado por ela, estabelecer relações com o meio e com os outros homens, buscando semelhanças e diferenças num processo construtivo da vida social. É através do trabalho que o ser humano coloca-se no mundo e apresenta-se para a sociedade, atende às suas necessidades e aspirações, é através dele que o homem constrói a sua identidade.

Desta forma, “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (MARX, 1983, p.149)

Braverman (1987, p.49) complementa tal afirmação, salientando que “apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade”.

Para Marx (1983), é por meio do trabalho que o homem põe em prática seus objetivos sobre a natureza, determina sua vida, impõe sua vontade, entrega-se física e mentalmente, modificando a natureza e a si próprio. O trabalho apresenta-se como uma dimensão formadora do ser social, o veículo através do qual o homem constrói sua vida e determina sua história.

Então vejamos:

pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo [...] (MARX, 1983, pp.149-150).

Braverman (1987) retoma o debate de Marx (1983) sobre a diferenciação entre trabalho humano e trabalho animal. O autor enfatiza a posição do homem de único ser capaz de materializar antecipadamente em sua mente o resultado de seu trabalho, de trabalhar com objetivo pré-estabelecido: diferentemente dos outros animais, que transformam a natureza instintivamente, no homem há a capacidade racional. “No trabalho humano o mecanismo regulador é o *poder do pensamento conceptual*, que tem origem em todo um excepcional sistema nervoso central” (1987 p. 51).

No trabalho animal existe o estímulo biológico instintivo, que o impulsiona a desempenhar determinada atividade num só momento indissociável, enquanto no trabalho humano é possível distinguir dois momentos passíveis de serem dissociados – a concepção e a execução. Isto significa que a idéia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra. A consciência humana continua a dominar o trabalho, mas a unidade observada entre pensamento/planejamento e execução pode ser rompida (BRAVERMAN, 1987).

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto trabalhado, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu ao seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. (MARX, 1983, p.151).

A partir desta análise, o processo de trabalho representa a interação do homem com algum objeto da natureza, com o propósito de modificar esse objeto e torná-lo útil em sua vida. Para Marx (1983), todos os homens são capazes de transformar a natureza de forma planejada a fim de criar meios para sua existência.

Deste modo, na concepção de Marx (1983), os elementos simples do processo de trabalho compreendem: uma atividade orientada a um fim; um material da natureza puro (objeto) ou já trabalhado pelo homem (matéria-prima) e meios dos quais as propriedades possam ser aproveitadas para modificar o objeto ou a matéria-prima.

Como resultado dessa interação do trabalho e dos meios de produção (meios de trabalho e objeto de trabalho) tem-se o produto que é, na verdade, a soma das ações de cada um destes elementos constitutivos do processo de trabalho e que vai produzir o valor de uso “matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformações da forma”. (MARX, 1983, p. 151)

Neste sentido, Marx (1983, p.50) entende que o trabalho, por ser útil, por criar valores de uso, é “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

5.1. Trabalho e relações de trabalho no capitalismo

O trabalho está presente na construção e transformação da sociedade desde que o homem existe. Para Arruda (2003, p.260) “o trabalho humano nasceu quando um hominídeo, depois de outros, começou a injetar consciência, intencionalidade e inteligência nas suas ações”.

Nas sociedades tribais de economia isolada e extrativa, o trabalho caracterizava-se como uma atividade complementar integrada à natureza e exercida de forma coletivista. Para alimentar-se, o homem necessitava colher os frutos das árvores, caçar para comer o animal que corria livre. Ele ainda não plantava, nem havia domesticado animais. Era nômade, ia para onde estava o alimento, seguia o ritmo da natureza.

As sociedades primitivas, observam Guillerm e Bourdet (1976), produziam mais que necessitavam para sobreviver e estocavam o excedente para consumi-lo em festas ou situações inesperadas (catástrofes naturais, por exemplo). Essa fartura era garantida com poucos dias de trabalho durante a semana e, mais interessante, sem a exploração de ninguém. Nessas sociedades não existia a propriedade familiar, nem tampouco a exploração do homem pelo homem, era uma sociedade de natureza igualitária, “as únicas sociedades de abundância que a humanidade realmente conheceu” (p.99).

A sedentarização e o desenvolvimento da agricultura resultaram na apropriação da terra e de seus produtos por grupos humanos. Com as guerras, surge a oportunidade para os vencedores subjugarem e escravizarem os vencidos, fazendo-os trabalhar em troca da vida e do sustento (ARRUDA, 2003).

A partir do momento em que o homem, ao invés de produzir para si, passa a produzir para outros homens sem nada em troca, ocorre uma grande transformação. Para Guillerm e Bourdet (1976), é somente nesse momento que é possível fazer referência ao trabalho, pois é aí que a sociedade passa a alimentar o poder e o respeito pelo poder, as relações de dominação e de submissão, a exploração do homem pelo homem. Afinal, “a relação política do poder precede e fundamenta a relação econômica de exploração [...]; a emergência do estado determina o aparecimento das classes”. (p.100)

Com as peculiaridades de cada lugar e período histórico, destaca Albornoz (1994), o trabalho assumiu diferentes formas, a exemplo de quando a terra podia ser trabalhada por escravos, servos ou camponeses. A riqueza proveniente deste trabalho foi responsável pela intensificação do comércio e incentivou o desenvolvimento do trabalho artesanal.

A autora assinala que o comércio e as manufaturas proporcionaram a acumulação de riquezas sem dependência direta da propriedade da terra. É a partir daí que se desenvolve a burguesia, formada por pessoas que viviam nas cidades e exerciam atividades ligadas ao comércio e possuíam certa independência dos senhores feudais e da corte. Aqueles comerciantes que desfrutavam de melhores condições possuíam muitos empregados e aos poucos o poder do dinheiro foi determinando a hierarquia social (ALBORNOZ, 1994).

A intensificação do comércio teve como resultado o aumento da circulação monetária e, conseqüentemente, um maior acúmulo de riquezas por parte dos comerciantes (a classe burguesa), riqueza essa que era movimentada por meio de investimentos. Tal contexto possibilitou o surgimento do *putting out sistem*, arranjo no qual os comerciantes financiavam a produção dos mestres-artesãos²⁰, vendendo as matérias-primas e, posteriormente, comprando os produtos acabados.

Nesse sistema, os comerciantes pagavam por uma quantidade de produtos previamente estabelecida, deixando a cargo dos trabalhadores contratados os meios para realizar a produção (que era feita em casa). Dessa forma, criava-se uma dependência dos trabalhadores em relação ao salário (geralmente por peça produzida), dependência

²⁰ “Artesãos são trabalhadores ‘qualificados’ que exercem, através das corporações, um poder interno. Poder presente também no interior das Guildas [associações de comerciantes], por meio da relação de subserviência que os aprendizes mantêm para com o mestre-artesão, como aquele que os inicia no ofício e que é para eles a única via de ascensão socioeconômica e de garantia dos meios de subsistência” (BOMFIM, 1996, p.32)

em relação ao fornecimento de matérias-primas e, não raras vezes, dependência em relação aos instrumentos de trabalho (os quais eram alugados dos comerciantes por um determinado valor).

Com o *putting out*, surge uma nova forma de organização do trabalho, que passa a ser controlada não mais pelo trabalhador, mas por aquele que está financiando a produção (o capitalista).

O *putting out sistem* foi substituído pela produção concentrada num só local (a manufatura), permitindo maior controle sobre o trabalho, melhor organização e conexão das diferentes fases do processo produtivo, maior produtividade e maior extração do valor gerado pelo trabalho. Nesse contexto, a utilização comum dos meios de produção, com vários trabalhadores sob um mesmo teto, sob as ordens daquele que detinha a propriedade destes meios, possibilitava uma produção superior à necessária para cobrir os investimentos realizados.

Assim, o capitalista²¹, ao apropriar-se da produção excedente, faz do trabalho envolvido na sua produção, trabalho gerador de riqueza – pois tem a capacidade de produzir mais do que é necessário para reproduzir a força de trabalho²². Marx identifica este fenômeno no processo de produção da mercadoria e o denomina mais-valia.

Sob o domínio do modo de produção capitalista, o trabalho apresenta-se de forma diferenciada. O capitalista não fabrica valores de uso para seu consumo pessoal. A produção de valores de uso ocorre porque eles são portadores de valor de troca –

²¹ O capitalista é aquele que detém a propriedade dos meios de produção e compra a força de trabalho para aplicá-la na utilização de tais meios.

²² “O comprador da força de trabalho vai usá-la mais do que por ela pagou, ou seja, vai usá-la não pelo tempo de trabalho pago, no qual o operário reproduz sua força de trabalho, mas pelo tempo de trabalho não pago (extra), no qual o operário cria mais-valia para o capitalista. A mais valia seria, em resumo, o valor que o operário cria além daquele valor correspondente à sua força de trabalho e constitui, portanto, a fonte de lucro capitalista” (FARIA, 1985^a, p. 33)

expressão em termos monetários, quantitativos de uma determinada mercadoria (MARX, 1993).

O capitalista utiliza o trabalho tal como lhe vem das formas anteriores de produção, executando os processos de trabalho tal qual eram executados antes [...]; o trabalho permanecia sob imediato controle dos produtores, nos quais estavam encarnados o conhecimento tradicional e as perícias de seus ofícios (BRAVERMAN, 1987:61)

Aqui, a forma de produção é manufatureira, pois é uma produção em larga escala, se comparada à produção artesanal. A manufatura tem suas origens no artesanato e algumas características desta origem ainda permanecem. Na manufatura a operação continua manual, dependendo da força, habilidade e rigidez do trabalhador individual no manejo de seus instrumentos de trabalho (MARX, 1983).

A manufatura operou uma verdadeira fragmentação da produção, parcializando o trabalhador, que antes tinha o conhecimento de todo o processo produtivo e era capaz de atuar em todas as fases da produção. Deste modo, o artesão deixou de ser mestre embora a produção continuasse a depender de suas habilidades e do saber que detinha de seu trabalho. O capitalista apropriou-se do produto do artesão, mas o saber continuava sob seu domínio – embora estivesse sendo utilizado para acumulação do capital, dentro da lógica de produção capitalista.

Nessa lógica, o capitalista está interessado em produzir valores de uso que possam ser vendidos (tenham valor de troca) e não só isso, quer que a mercadoria produzida tenha maior valor em relação à soma dos valores das mercadorias utilizadas na sua produção, os meios de produção e a força de trabalho. O capitalista não pretende produzir um valor de uso, mas uma mercadoria por meio da qual ela possa gerar valor num excedente e apropriar-se dele (MARX, 1983).

Para que a compra e a venda da força de trabalho estejam garantidas, salienta Braverman (1987), algumas determinações que precisam ser atendidas: é necessário que

os trabalhadores estejam separados dos meios de produção, sejam livres para vender sua força de trabalho (não podem ser escravos, nem servos) e sejam empregados com o objetivo de expandir a unidade de capital de seu empregador.

O trabalho livre, desta forma, implica nada mais do que a dissociação entre a força de trabalho e a produtividade dos meios de produção. Neste tipo de relação, o trabalhador obriga-se a vender sua força de trabalho como uma mercadoria e troca de um salário a fim de garantir sua sobrevivência.

O trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salários (BRAVERMAN, 1987, p. 55).

Sendo assim, a grande questão do capitalista passa a ser a transformação do tempo de trabalho em trabalho. Na relação de compra da força de trabalho, o capitalista tem a sua disposição um determinado tempo de trabalho do trabalhador, e seu objetivo é fazer com que esse tempo de trabalho seja produtivo, ou seja, que a produção seja máxima, que o trabalho gere mais valor do que por ele foi pago – o excedente de trabalho.

Os trabalhadores passam a vivenciar uma situação em que seu tempo de trabalho, de realização de tarefas, é o tempo do empregador e este quer tirar o máximo possível deste tempo que está comprando. Aqui o tempo dos trabalhadores é propriedade do capitalista, tanto quanto os meios de produção e o produto acabado.

Neste sentido, o capitalista dispõe de duas maneiras para obter mais-valia:

o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é a produção da mais-valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia

relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os grupamentos sociais. (MARX, 1984^a, p. 106).

É importante enfatizar que os trabalhadores não reagiram pacificamente à investida capitalista de apropriação da sua força de trabalho, ressalta Bomfim (1996). Além disto, o processo de generalização da venda da força de trabalho deparou-se com barreiras como a continuidade dos feudos e a oposição da igreja entre outros. Essa generalização da venda da força de trabalho, destaca o autor, deu-se somente com a intervenção do Estado Absolutista²³ que, por meio da coerção, resolveu as contradições que prejudicavam os interesses da nobreza e dos comerciantes.

No caso da nobreza, a conjuntura sócio-econômica que se delineava afrontava o seu poder e estimulava a necessidade de auferir mais riqueza para as novas necessidades de consumo que surgiam. As medidas coercitivas tomadas pelo Estado Absolutista incrementaram o processo de migração dos servos para as cidades, que já estava em curso em função da pressão dos senhores feudais, para intensificar a exploração da força de trabalho e do serviço e para aumentar a produção de excedente. (BOMFIM, 1996)

Este processo migratório levou grande quantidade de mão-de-obra camponesa para as cidades, levando-a à pauperização. Expulsos de suas terras, os camponeses miseráveis recusavam-se a trabalhar nas fábricas, com sua disciplina de prisão, não queriam aglomerar-se nas cidades e abrir mão de suas liberdades. “Em troca do ócio, o capitalismo antes de criar o ‘trabalhador livre’, criara simplesmente ‘o homem livre’,

²³ O Estado Absolutista nasceu em decorrência do rompimento de alguns reinos da Europa (especificamente França e Inglaterra) com a Igreja Católica. O soberano exerce todas as atribuições com o apoio dos comerciantes em troca de concessões políticas.

não limitado, não vinculado a uma possessão exterior à sua liberdade” (GUILLERM e BOURDET, 1976, p.104).

A mão-de-obra camponesa estava sujeita às armadilhas de uma ordem econômica que surgia e que, portanto, não tinha condições de absorver todo este contingente nas indústrias. O que restava então, como alternativa de sobrevivência para estes egressos do campo, era a mendicância e a vida fora da lei.

Desta forma era constituído o proletariado, sendo necessária uma série de medidas punitivas para obrigá-los a trabalhar nas fábricas. “Na França, o Estado enclausurou os ‘pobres’; na Inglaterra, promulgou os ‘Atos contra a vagabundagem’. Não somente transformaram-se os proletários em operários, como o trabalho [assalariado] cresceu cada vez mais”. (GUILLERM e BOURDET, 1976, p.106).

Em meio a esse contexto, comenta o autor, vários fatores contribuíram para que a força de trabalho cedesse completamente ao domínio do capital; dentre eles estão as medidas tomadas pelo Estado Absolutista (permitindo a total disponibilidade dos trabalhadores para os capitalistas), o desenvolvimento tecnológico com sua máquina-ferramenta e a riqueza social disponível.

A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes [...] O número de instrumentos de trabalho com que ele pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corpóreos. [...] O número de ferramentas com que uma máquina-ferramenta joga simultaneamente está, de antemão, emancipado da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador. (MARX, 1984^a, p. 9).

Bomfim (1996) defende que não se pode ser determinista a ponto de acreditar que a implantação da máquina-ferramenta foi fator decisivo para a divisão social do trabalho na concepção capitalista – com total disponibilidade de mão-de-obra e completa fragmentação do processo produtivo. Para o autor, “a proletarização dos

trabalhadores tem como outras causas determinantes o desenvolvimento da circulação monetária e determinações político-sociais específicas que não guardam nenhuma relação direta com o uso da tecnologia (p. 39).

A fragmentação do processo de produção só ocorreu “porque a própria produção artesã seguia etapas para a confecção do produto”, etapas “cindidas pela produção manufatureira, possibilitada pela diversificação das ferramentas e aperfeiçoada pela indústria moderna com a objetificação da base técnica da produção”. (BOMFIM, 1996, p.39).

A utilização da máquina-ferramenta incorporou o conhecimento do trabalho e tornou possível que a produção de excedente não mais se limitasse à capacidade orgânica do trabalhador, pois tinha condições de realizar um maior número de movimentos e trabalhar²⁴ num ritmo mais rápido que o corpo humano, tornando possível a produção de uma quantidade muito maior de excedentes.

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho ela [a maquinaria] se destina a baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia. (MARX, 1984^a, p. 07).

Antes da introdução da indústria em grande escala baseada na maquinaria, destaca Thompson (2002, p.282), os padrões de trabalho caracterizavam-se por sua irregularidade. O trabalho baseava-se nas exigências das tarefas, não se restringindo à produção. Os pequenos proprietários de terra, os artesãos, dedicavam-se às atividades de construção e de colheita. “O padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva”.

²⁴ A propriedade privada dos meios de produção determina a divisão social do trabalho e é por esta determinada. (BOMFIM, 1996)

O trabalho estava ligado às demais atividades da vida social; com o desenvolvimento do capitalismo passa a vigorar a oposição trabalho/ não-trabalho (atividades de lazer), o trabalhador não mais se identifica com seu trabalho ou com o papel que exerce no processo produtivo.

O trabalho é dividido, fragmentado, cada trabalhador realiza uma pequena tarefa e nenhum é capaz de realizar o produto inteiro. O conhecimento do trabalho não pertence mais a quem o produziu, pertence a quem tem condições de se apropriar dele. O trabalhador é obrigado a trabalhar para sobreviver e isso torna o trabalho uma atividade dolorosa, um verdadeiro castigo²⁵.

Assim sendo, ressalta Gorz (1987), o trabalho passa a ser uma coisa qualquer que se faz sem nenhuma relação pessoal, nenhuma troca, sem nenhum significado, um completo vazio. O trabalhador não pensa mais em conquistar sua liberdade no trabalho, e emancipar-se no trabalho, seu objetivo agora é liberar-se do trabalho e tudo o que nele está envolvido. “Não se trata mais de conquistar o poder como trabalhador, mas de conquistar o poder de não funcionar mais como trabalhador” (p.87). Não há mais entusiasmo em trabalhar, porque os trabalhadores não mais atuam na função que lhes seria peculiar, mas em qualquer outra que lhes garanta seu sustento e o de sua família.

O capitalista tem consciência da grandeza do potencial humano, que é capaz de inovar, evoluir, transformar, diferentemente do instinto animal. O ser humano é extremamente versátil, tem a capacidade de utilizar diferentes ferramentas, múltiplos objetos de trabalho e realizar as mais variadas e complexas atividades. Além disto, é capaz de produzir muito mais do que consome (BRAVERMAN, 1987).

²⁵ Na língua portuguesa a palavra trabalho tem origem no latim – *tripalium*, um instrumento com três pontas utilizado pelos agricultores no manejo de cereais e que muitos dicionários definem como instrumento de tortura.

Assim sendo, comandando a força de trabalho, o capitalista irá se utilizar tanto da versatilidade como da capacidade de realizar trabalho excedente. “Tradição, sentimento e orgulho no trabalho desempenham papel cada vez menor e mais esporádico”. (BRAVERMAN, 1987, p. 68).

5.1.1. O Taylorismo

Na sociedade industrial, o trabalho assume status de ciência e passa a ser objeto de estudo de várias áreas (exatas, humanas, entre outras). Assim, vários pensadores começam a se interessar e investigar a melhor maneira de organizar a produção e o trabalho nas indústrias. Começa a se desenhar um novo formato para as relações de trabalho.

O surgimento da administração científica ou paradigma produtivo taylorista é decorrente de estudos realizados pelo engenheiro americano Frederick Winslow Taylor, o qual, unindo conhecimentos da área da engenharia aliada aos princípios econômicos, dará origem ao que se denominou “ciência da administração”, que é marcada por um capitalismo de livre concorrência, no qual só os melhores produtos com menores custos de produção sobrevivem e por essa razão é dada uma noção de eficiência cada vez maior, construindo uma nova racionalidade para o trabalho.

A gerência científica proposta por Taylor no final do século XIX estava empenhada em melhorar a execução do trabalho e sua intensificação por meio da aplicação de métodos científicos que pudessem ampliar o controle do processo de trabalho e o aumento de sua velocidade nas empresas capitalistas.

Taylor (1979) era convicto da existência de um método ideal para a realização de um determinado trabalho e, para ele, era por meio deste método que o trabalhador deveria ser treinado. Defendia, ainda, que o trabalho precisava ser desenvolvido em

determinadas condições pré-estabelecidas, como um tempo padrão definido e que aqueles trabalhadores que fizessem tudo de forma correta deveriam ganhar um salário maior do que estavam habituados, pois na sua opinião, era obrigação das empresas dar oportunidade de ganho máximo aos seus empregados. Ele acreditava que o interesse da diretoria e dos trabalhadores deveria ser um só, o antagonismo precisava ser eliminado e a harmonia deveria reinar na fábrica.

Para Braverman (1987, p.83), a proposta de Taylor não possuía caráter científico, pois seus pressupostos refletiam a perspectiva do capitalismo no que se referia à organização da produção e da força de trabalho de forma subordinada às necessidades do capital. Entra na oficina não como representante da ciência, mas como representante de uma caricatura de gerência nas armadilhas da ciência.

O taylorismo assume a organização do trabalho no intuito de adaptá-la ao capital. A essência deste padrão de acumulação está na progressiva eliminação do trabalhador de qualquer processo decisório envolvendo seu trabalho, a completa cisão entre planejamento e execução. “A gerência, insistia Taylor, só podia ser um empreendimento limitado e frustrado se deixasse ao trabalhador qualquer decisão sobre o trabalho” (BRAVERMAN, 1987, p. 86).

Taylor (1979) acreditava que o trabalhador fugia do trabalho e tendia a esforçar-se pouco e ‘vadiar’ ao longo de seu dia ‘útil’. Tal postura chocava-se com os interesses do capitalista, que almejava obter o máximo do trabalho para alcançar o lucro. “A ignorância do patrão a respeito dos tempos para realizar os trabalhos auxilia o operário no propósito de diminuir suas penalidades de produção” (p.36).

Assim sendo, a solução encontrada e imposta pelo taylorismo foi transferir o controle e o planejamento do processo de trabalho para as mãos da gerência, que

estabeleceu um modo eficiente de realização das tarefas e levou o operário a executar um trabalho monótono, num limite extremo de suportar a carga de trabalho.

Taylor (1979) enfatizava a necessidade de substituir os movimentos lentos e ineficientes que, em sua opinião, eram comuns nas indústrias de seu tempo, por movimentos rápidos em todos os ofícios, por meio de um completo estudo dos tempos e movimentos, que deveria ser feito por pessoa competente e familiarizada com a ciência²⁶.

Para ampliar o controle sobre o processo de trabalho e limitar o poder de interferência do trabalhador, intensifica-se, com métodos supostamente científicos, a divisão manufatureira do trabalho, que nada mais é do que a separação do trabalho em seus elementos constituintes.

A administração deve planejar e executar muitos dos trabalhos de que até agora têm sido encarregados os operários: quase todos os atos dos trabalhadores devem ser precedidos de atividades preparatórias da direção, que habilitam os operários a fazerem seu trabalho mais rápido e melhor do que em qualquer outro caso. (TAYLOR, 1979, p. 41)

Na realidade, a intensificação da divisão do trabalho resultou numa separação ainda maior entre destreza no ofício e conhecimento do mesmo. Ao trabalhador só restou destreza destituída do conhecimento, transformando-o em uma ferramenta da gerência, um apêndice do processo produtivo, um mero reproduzidor de movimentos mecânicos. “O modo capitalista de produção destrói sistematicamente todas as perícias à sua volta e dá nascimento a qualificações e ocupações que correspondem às suas necessidades” (BRAVERMAN, 1987, p. 79)

É importante salientar que o taylorismo também fez uso de incentivos salariais como forma de motivar o operário a trabalhar no limite de suas possibilidades físicas,

²⁶ “O operário, por mais competente que seja, é incapaz de compreender esta ciência, sem a orientação e auxílio de colaboradores e chefes, quer por falta de instrução, quer por capacidade mental insuficiente” (TAYLOR, 1979, p. 41)

pois “a ambição pessoal sempre tem sido, e continuará a ser, um incentivo consideravelmente mais poderoso do que o desejo do bem-estar geral” (TAYLOR, 1979, p. 91).

Este incentivo era determinado sobre a quantidade de trabalho individual, quanto mais o trabalhador produzisse (em número de peças ou horas trabalhadas), maior seriam os seus ganhos de salário e bonificações. No entanto, à medida que o tempo passava e que este novo paradigma de produção tornava-se regra, os tais ‘incrementos’ não incrementavam o salário de ninguém, foram absorvidos no processo. O salário não era mais um diferencial.

Taylor viria a descobrir (e queixar-se) que a gerência tratava seus ‘incentivos científicos’ como qualquer outro pagamento por peça, cortando-os sem piedade tão logo o mercado de trabalho o permitia, de modo que os trabalhadores empurrados à intensidade taylorista viram-se ganhando pouco ou nada mais que a taxa vigente na região, enquanto outros empregadores – sob pressão de sua ameaça concorrencial – obrigavam seus próprios trabalhadores a intensidades maiores do trabalho (BRAVERMAN, 1987, p. 99).

Outro aspecto importante é o fato de o taylorismo ter levado a alienação do trabalho ao auge. Princípio que inaugura o advento do capitalismo, a alienação do trabalho consiste na perda do sentido de totalidade ante o que o trabalhador faz, na perda do conhecimento do seu trabalho – assumido pela chefia ou, até mesmo, pelas máquinas. “A organização do trabalho de acordo com tarefas de modo simplificado, concebido e controlado em outro lugar exerce claramente um efeito degradador sobre a capacidade técnica do trabalhador” (BRAVERMAN, 1987, p.115).

É importante assinalar que a produção industrial, qualquer que seja o regime político ao qual esteja subordinada, parece não conseguir superar, ou mesmo, questionar, em sua essência, os fundamentos do taylorismo. Mesmo na tentativa de construção de uma sociedade socialista, ocorrida no leste da Europa, o taylorismo foi

saudado com entusiasmo desde seus primeiros anos, ainda na década de 20 do século passado.

Após a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, quando a economia mundial entrou em colapso, seguiu-se uma grande depressão. Entra em cena o inglês John Maynard Keynes, um economista que não acreditava na capacidade de o próprio mercado resolver seus problemas.

Keynes afirmava que a conjuntura econômica da época só poderia ser revertida se o Estado interviesse. Para ele, a solução consistia na participação do Estado na economia por meio de investimentos públicos que proporcionassem a geração de empregos e o aumento do consumo.

Keynes acreditava ser o Estado o indutor do desenvolvimento econômico, a garantia de bem-estar das classes menos favorecidas. Objetivando superar a estagnação econômica, o presidente americano da época, Franklin D. Roosevelt, acatou a idéia e introduziu o *New Deal*, política destinada a modernizar o capitalismo americano baseado nos pontos apontados por Keynes.

5.1.2. O Fordismo

Baseando-se nos ensinamentos de Taylor, como sendo o trabalho parcelado a melhor maneira de uma tarefa ser realizada, Henry Ford, o industrial proprietário da *Ford Motor Company*, provoca uma importante transformação nos métodos de produção de automóveis ao desenvolver um sistema de montagem que proporcionava um grande aumento na velocidade da produção, pois o controle da velocidade do

processo de trabalho era definitivamente tirado das mãos do trabalhador; tal sistema ficou conhecido como fordismo²⁷.

Antes da transformação promovida por Ford, a montagem do automóvel era realizada por mecânicos versáteis que necessitavam ter um conhecimento completo do processo de fabricação para executar seu trabalho. No início do século XX, entre 1903 e 1908, o trabalho de montagem dos automóveis foi, pouco a pouco, sendo parcelado. O operário polivalente, dotado do conhecimento completo de processo, foi sendo substituído por diversos montadores que ocupavam postos ao longo de uma esteira transportadora, cada um limitado a um pequeno número de operações (BRAVERMAN, 1987)

O elemento chave do método de trabalho criado por Ford foi a linha de montagem encaixada na esteira rolante, evitando a movimentação dos operários de um lado para outro e garantindo uma produção contínua e progressiva, com o mínimo de porosidade.

Cada trabalhador, concebido como um complemento da máquina, disposto ao longo da esteira, passou a ser responsável por uma pequena parcela do processo de trabalho no qual atuava de forma repetitiva e mecânica, em tarefas que nada exigiam de elaboração intelectual, num ritmo imposto pela organização: a empresa não mais dependia do funcionário polivalente. A simplificação da atividade garantiu que o trabalhador fosse rapidamente treinado, orientado e descartado, pois estava baseado na fragmentação e simplificação do trabalho.

Além do total controle sobre o processo de trabalho, o taylorismo-fordismo estendia esse controle para a vida do trabalhador. Gramsci (1984), em seu texto

²⁷ O termo fordismo “tornou-se a maneira usual de se definirem as características daquilo que muitos consideram constituir-se um modelo/tipo de produção, baseado em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista a produção e o consumo em massa” (LARANJEIRA, 2002, p.123)

“*Americanismo e Fordismo*”, observa que, além de um novo modelo de Estado (o Estado de Bem-Estar Social), o fordismo demandava um novo tipo de homem.

De um lado, a classe dominante deveria abandonar o perfil ocioso e adotar uma postura mais condizente com o período que se delineava, ou seja, deveria tornar-se produtiva e, de outro, a classe trabalhadora necessitava afastar-se das corrupções da vida mundana e assumir uma postura baseada na dedicação ao trabalho, incluindo até mesmo a conotação sobre moralidade dos operários. Afinal, “não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também racionalizado” (GRAMSCI, 1984, p.392).

Deste modo, o fordismo deve ser entendido para além do paradigma produtivo, pois se tratava na verdade de uma matriz de relações sociais mais amplas, que chegava ao limite de tentar intervir na própria sexualidade do operário.

Neste sentido, a nova ordem determinava que o trabalhador não se deixasse levar pelas tentações do sexo fácil e casual, pois

o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de ‘desvarios’ não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação. Esse conjunto de compressões e coerções diretas e indiretas exercidas sobre a massa produzirá, indubitavelmente, resultados e proporcionará o surgimento de uma nova forma de união sexual, da qual a monogamia e a estabilidade relativa parecem ser traço característico e fundamental (GRAMSCI, 1984 p. 399).

No mesmo período em que o fordismo passa a ganhar importância como modelo de produção, há elevação das taxas de investimento na indústria (garantindo a ampliação dos postos de trabalho), somadas à crescente produção em massa, o que permitiu que grande parcela da sociedade da população de baixa renda pudesse ser

empregada e viesse a integrar a sociedade de consumo, situação fundamental para o fortalecimento do capitalismo.

Referindo-se ao fato de Henry Ford²⁸ ter utilizado, no início do sistema fordista, a mesma estratégia de Taylor de oferecer salários mais altos a fim de obter maior produtividade e dedicação do trabalhador em suas tarefas de caráter intenso e repetitivo, Braverman (1987, p.133) ressalta que a concessão de

salários relativamente mais elevados para uma considerável parcela de trabalhadores, a fim de assegurar a produção ininterrupta, viria a tornar-se, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, um aspecto generalizado da política de trabalho nas empresas

No entanto, a partir do momento em que os índices de produtividade aumentaram extraordinariamente em função das novas formas de organização do trabalho e do controle que a gerência exercia sobre o processo (por volta de 1925, em um dia de trabalho na Ford, produzia-se o que era produzido durante um ano inteiro. Quando a fabricação do Modelo T iniciou, em 1914, Ford, como medida de redução de custos, passou a manter os salários num mesmo patamar, até que os incrementos desapareceram e não havia mais diferenças entre os salários da Ford e de qualquer outra indústria (BRAVERMAN, 1987).

O fordismo sustentava-se na uniformização do consumo, na padronização, na rigidez dos processos. O aumento da produção era exponencial, com o passar do tempo foi incorporando tecnologia em seus processos e, conseqüentemente, descartando uma grande quantidade de mão-de-obra. Estes trabalhadores excluídos do mercado não encontravam outra colocação (em função da crise de acumulação que já se esboçava e a qual mencionaremos mais adiante); como conseqüência, o desemprego foi crescendo.

²⁸ “Na concepção de Ford, o operário da linha de montagem deveria ser recompensado por este tipo de trabalho através de um salário mais elevado – o famoso *Five Dollars Day* proposto na fábrica Ford” (LARANJEIRA, 2002, p. 124)

As massas desempregadas perdiam o poder aquisitivo, o consumo estacionava (enquanto a produtividade mantinha-se em níveis crescentes). Com o mercado saturado – uma significativa parcela da população estadunidense já estava com suas casas abarrotadas de eletrodomésticos, produtos e mais produtos para facilitar a vida moderna, e o consumo em baixa por falta de poder aquisitivo de grande parte dos trabalhadores - o padrão de acumulação em massa entrou em crise.

Piore e Sabel (1981) afirmam que esta crise ressaltava os limites de desenvolvimento do sistema econômico pós-guerra. Destacam que ela é consequência de uma cadeia de acidentes políticos sucessivos e divididos em cinco episódios: inquietação social, com trabalhadores e estudantes questionando, de maneira geral, os meios e os fins da sociedade industrial; o abandono das taxas de câmbio fixas e mudanças para o sistema flutuante; a crise do petróleo e a escassez do trigo de 1973; a crise do petróleo de 1979, que atingiu também os países em desenvolvimento e a crise dos países devedores pós-choque petrolífero de 1979.

Os mesmos autores abordam a crise partindo da realidade estadunidense. Explicam que durante os seus momentos mais críticos houve mudança na política pública dos EUA, o que impactou os demais países, sobretudo os em desenvolvimento, como era o caso do Brasil. Para conter a inquietação social e trabalhar com taxas de câmbio variáveis (os dois primeiros episódios da crise), o governo estadunidense ainda estava dentro de uma lógica keynesiana, focada em baixas taxas de juros, investimentos públicos e estímulos ao poder de consumo dos cidadãos.

No entanto, após os dois choques petrolíferos e a surpreendente alta dos juros, a política estadunidense passou a atacar as instituições governamentais que tornavam a lógica keynesiana possível. Com a diminuição da atividade produtiva, os governos estavam sofrendo uma crise de arrecadação, os cofres públicos estavam praticamente

vazios. Nessa conjuntura, aparece o receituário neoliberal prescrito por dois dirigentes bastante conhecidos, Ronald Reagan e Margareth Thatcher, que restringia a participação do Estado e transferia para a iniciativa privada a responsabilidade de serviços essenciais como saúde e energia elétrica, aliás, bastante semelhante aos dias atuais no Brasil.

Passou a haver uma crescente defesa de um retorno aos princípios enunciados por Adam Smith, que eram livre mercado, auto-regulação, a não-intervenção estatal. Desta forma, procedeu-se a um grande ataque às instituições que haviam criado e mantido a estabilidade pressuposta pela produção em massa do pós-segunda guerra, deixando, por conseqüência, as relações de trabalho submetidas tendenciosamente às regras do mercado.

5.1.3. Acumulação Flexível

Entre 1965 e 1973, observa Harvey (1993), a rigidez do fordismo, apoiada nas políticas keynesianas, mostrava-se cada vez mais incapaz de sustentar suas contradições. Tal rigidez impedia a flexibilidade no planejamento, presumia crescimento e mercados de consumo invariáveis. A rigidez também dividia espaço com uma classe trabalhadora forte e organizada e compromissos do Estado para garantia do bem-estar social.

O fortalecimento dos sindicatos representava um entrave material complexo. As instituições estatais pareciam estar criando resistências ao capital, e redimindo-se de sua função instrumental de permitir a expansão da acumulação de capital.

O advento da acumulação flexível²⁹ de capital decorre da necessidade que se impunha ao capitalista de superar a crise, manter e ampliar as taxas de lucros, força

²⁹ Termo criado por Harvey que define as inovações no processo de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, novas técnicas, ou seja, uma corrida em busca do moderno, do atraente, na verdade seria uma revolução em todos os setores, surgindo um novo ciclo de

motriz de todo o sistema. Como o Estado não podia manter a estabilidade, recorreu-se a outra alternativa: a redução dos custos de produção; por exemplo, a manutenção de um estoque mínimo ou zero e um mínimo de trabalhadores nas fábricas desempenhando múltiplas tarefas, ampliando o nível de desemprego.

Dessa maneira, a acumulação flexível de capital confronta-se com a rigidez do padrão de acumulação fordista. Ela baseia-se em processos de produção flexíveis, mercados de trabalho flexíveis, em produtos e padrões de consumo diferenciados. Caracteriza-se pelo surgimento de novos conjuntos industriais em regiões até então subdesenvolvidas e setores de produção inteiramente novos, no setor de serviços, por exemplo. Acumulação flexível também significa desenvolvimento desigual (entre setores, entre regiões geográficas). Transforma a relação tempo e espaço, a comunicação, a geração de informações e sua transmissão é cada vez mais rápida e de fácil acesso (HARVEY, 1993).

Cattani faz alusão às novas tecnologias de produção e gestão, alertando para o fato de que tais inovações provocaram mudanças significativas no que se refere ao mundo do trabalho de forma geral. Atualmente observamos que

existe um número decrescente de trabalhadores protegidos pela legislação, com bons salários e estabilidade no emprego, de outro lado, verifica-se uma massa crescente de subempregados, desqualificados, desprestigiados e mal-remunerados (CATTANI, 2000, p. 30).

Assim sendo, podemos afirmar que a transformação mais impactante nas relações de trabalho é a crescente e irreversível extinção dos postos de trabalho formais, refletindo a atual tendência do mercado de reduzir ao máximo possível o número de trabalhadores ‘centrais’ e utilizar cada vez mais uma força de trabalho facilmente

compreensão do espaço-tempo. Percebe-se também que os agentes sociais, sintetizados e abstraídos em capital e trabalho, adaptam-se às novas condições, ou mesmo influem na criação das novas circunstâncias. (HARVEY, 1993).

descartável e substituível. Os efeitos agregados dessas transformações são responsáveis pela precarização das condições de vida dos trabalhadores.

Essa força de trabalho excluída, comenta Harvey (1993), acaba voltando ao mercado no trabalho informal, no comércio ilegal ou de forma subcontratada em pequenos negócios de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista e outros ainda em nenhuma destas formas, como é o caso da Economia Solidária. Dessa forma, a organização dos trabalhadores fica prejudicada, pois, não estando mais reunidos em fábricas e nem vivendo sob uma realidade clara de relações capital/trabalho, estas relações tornaram-se muito mais complexas. Lutar contra a exploração na fábrica é diferente de lutar contra um pai ou outro parente que organiza o trabalho familiar.

Além disto, verificamos a ampliação da capacidade de poder do capital na exploração do trabalho para além das fronteiras nacionais, que leva

para o exterior, sistemas fordistas de produção fordista de produção de massa, e ali [explora] a força de trabalho feminino extremamente vulnerável em condições de remuneração extremamente baixa e segurança do emprego negligenciável (HARVEY, 1993, p.146).

Nos sistemas de produção flexível ocorrem, segundo Harvey (1993):

- aceleração do ritmo e inovação do produto;
- exploração de nichos de mercado especializados e de pequena escala;
- tempo de giro reduzido (através da utilização de robôs) tempo entre produção e consumo reduzidos, chave para o lucro capitalista;
- diminuição planejada do tempo de consumo. A meia vida em certos setores diminuiu pela metade do que era no fordismo (moda, novos

lançamentos entre outros) O poder da publicidade tem grande participação no estímulo ao consumo rápido e constante;

- novas formas organizacionais;
- substituição da relativa estabilidade do fordismo pela fugacidade, pela efemeridade.

As transformações no consumo vinculadas às mudanças na produção, no fluxo de informações e no financiamento, além da redução do emprego industrial, tiveram grande contribuição no aumento considerável do emprego no setor de serviços a partir de 1970 (HARVEY, 1993).

Além disso, o mesmo autor observa que a desregulamentação financeira gerou monopolização, ocorreu uma explosão de fusões e aquisições, movimentando altas somas de capital, primeiro nos EUA e que depois a febre espalhou-se para o mundo inteiro, evidenciando a crescente organização do capitalismo

através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional (HARVEY, 1993, p.150).

Harvey (1993) considera a reformulação do sistema financeiro mundial e a ascensão ampliada dos poderes de coordenação financeira como as transformações mais importantes do capitalismo nos últimos tempos. Conglomerados e corretores financeiros assumiram posição de grande poder, paralelamente ao surgimento de atividades e fluxos financeiros descentralizados em função da implantação de novos instrumentos e mercados financeiros inéditos. No entanto, é interessante observar que houve, de certa

forma, grandes esforços³⁰, por parte do conjunto dos Estados capitalistas, para recuperar parte do poder que haviam perdido individualmente nas décadas de 1960 e 1970.

Apesar das evidentes transformações, Harvey não acredita que a “acumulação flexível” representa uma ruptura com a era fordista. Segundo o autor,

os imensos déficits públicos dos EUA, atribuíveis principalmente à defesa, foram fundamentais para o pouco crescimento econômico ocorrido no capitalismo mundial ao longo da década de 80, sugerindo que as práticas keynesianas de modo algum morreram (HARVEY, 1993, p.158).

A política neoconservadora não foi responsável por grandes realizações econômicas pelo mundo: o desemprego aumentou, não houve crescimento considerável na economia, só o controle da inflação para compensar. É por essa razão que muitos comentaristas, afirma Harvey (1993), atribuem o seu sucesso político à mudança que operou na noção de coletividade (predominantemente, pelo menos, na maioria dos movimentos sociais e organizações de trabalhadores) para um individualismo competitivo, centrado numa cultura empreendedora que assumiu lugar em muitos aspectos da vida. Hoje é só negócio.

Cattani (2000, p.25), ao comentar sobre esse período e fazer referência ao pensamento vigente na chamada pós-modernidade, afirma que o mesmo

legitima a atitude do indivíduo de se encerrar na única realidade que existe para ele: a do próprio interesse. O desengajamento político e o abandono de causa pública, contrapartidas naturais desse comportamento, preparando o terreno para o despotismo.

Enquanto, para alguns, essa intensificação da competitividade trouxe prejuízos, para outros, gerou uma explosão de energia impulsionadora, um salto de

³⁰ Esses esforços foram institucionalizados em 1982, quando o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial foram designados como autoridade central para exercer o poder coletivo das nações-estado capitalistas sobre negociações financeiras internacionais.

qualidade (considerado por muitos) em relação à ortodoxia e burocracia rígidas do controle estatal e do poder das corporações monopolistas (HARVEY, 1993). Assim, num cenário de exclusão social acentuada, com a crescente perda dos postos de trabalho, acirrada por uma competitividade desmedida que reforça o enfoque do trabalho enquanto categoria exclusiva do indivíduo, espelho do sistema capitalista, a própria organização social também abre espaços para o surgimento de novas frentes alternativas, como possibilidade de superação da crise instalada, que ocasiona uma nova configuração nas próprias relações do trabalho.

5.2. Uma forma alternativa à crise da flexibilização: Economia Solidária

Conforme mencionado anteriormente, a presente tese tem como objetivo realizar uma discussão acerca da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, promovendo para isto um balanço acerca dos grandes momentos vividos pelo capitalismo, bem como de suas crises, fator que abre espaço para o surgimento de novas formas não apenas de produzir, mas, sobretudo, de manifestação de formas distintas da categoria trabalho e de sua centralidade na vida do indivíduo, cada vez mais presente e mais modificada em face dos novos cenários vividos.

Para tanto, um de nossos objetivos centrais está em fazer uma análise crítica acerca das transformações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo a partir do Welfare State e das reformas neoliberais ocorridas, identificando quais foram os principais impactos no mercado de trabalho brasileiro desde a regulamentação das leis trabalhistas até a chamada flexibilização das relações de trabalho e o desafio da Economia Solidária neste cenário de precarização do trabalho e desemprego.

Como recurso metodológico na formulação desta linha de pensamento, utilizaremos as cooperativas³¹ como categoria analítica no cenário de flexibilização das relações do trabalho. Enfim, o cerne da questão situa-se na assertiva de verificar se as cooperativas ou os empreendimentos econômicos solidários, como são conhecidos, representam mais uma forma de flexibilização do trabalho, inserindo-se no cenário de desenvolvimento tecnológico do meio rural e urbano ou se constituem uma forma de produção alternativa à organização do trabalho capitalista, cujo princípio central está na solidariedade e não na competição como no modo de produção vigente.

Assim, nos grandes paradigmas econômicos ocorreram tentativas de caminhos paralelos para a organização autônoma e um deles, de maior destaque, está no cooperativismo.

O cooperativismo, ao que parece, sempre teve um forte apelo entre os trabalhadores; mesmo assim, as experiências cooperativistas, em muitos dos casos, demonstraram ser limitadas e nunca se tornaram de fato uma alternativa real ao modo de produção capitalista. Entretanto, saliente-se que as cooperativas apresentam caráter bastante peculiar, se analisarmos que elas são regidas por princípios distintos dos comuns no mercado, quais sejam cooperação e solidariedade.

Um dos casos históricos ao nos debruçarmos nos estudos acerca de cooperativismo no mundo é o de Mondragón que, por suas peculiaridades e repercussão, será mais bem detalhado abaixo, uma vez que o mesmo, até os dias atuais,

³¹ As idéias de Robert Owen foram particularmente influentes no desenvolvimento da filosofia da cooperação. Ele acreditava que as comunidades cooperativas poderiam ser estabelecidas como uma alternativa para o sistema capitalista. Muitas das primeiras cooperativas de consumo e de trabalho foram surgindo do aumento de capital de tais comunidades. Contudo, a quantia de capital requerida para seu funcionamento passou a ser muito despendida para ser obtida por trabalhadores e, gradualmente, com o tempo, os objetivos do movimento mudaram. (LIMA, 2007, p. 23).

As cooperativas de consumo e de trabalho têm suas origens no final do século XVIII e início do século XIX, atreladas às lutas dos trabalhadores para superar as adversidades e a pobreza. Apareceram ao lado de outras numerosas associações de auto-ajuda, objetivando melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Algumas vezes as cooperativas nasceram isoladas, como resposta às condições locais, e outras foram organizadas por lideranças políticas com uma filosofia de cooperação que vai constituir o movimento cooperativista (THORNLEY, 198, p. 10, *apud* LIMA, 2007)

representa forte influência sobre o movimento cooperado, servindo de base para a formulação dos princípios da cooperativa.

Mondragón, uma cidade média de 25.000 habitantes, localizada no noroeste da Espanha, deu origem à construção de um paradigma internacional de reformas no local de trabalho. Ela é o lar dos escritórios financeiros e administrativos e das principais fábricas do mundialmente famoso sistema industrial de cooperativas. Mondragón é o ponto de origem, simultaneamente objeto e sujeito da produção de discursos globais sobre cooperação e relações de classe.

O sistema Mondragón foi fundado em 1956, quando a primeira fábrica foi incorporada como uma cooperativa, uma forma de negócio em que os trabalhadores eram proprietários da empresa que os empregava e tinham direitos legais à participação no processo de tomada de decisão. As cooperativas floresceram nas décadas que se seguiram – crescendo de uma simples fábrica de fogão a gás para um complexo industrial que emprega milhares de trabalhadores, muito bem posicionado no mercado consumidor espanhol de produtos duráveis e bem equilibrado para entrar no setor de alta tecnologia e no mercado internacional. Isso não era assim até a década de 1970, quando o capitalismo e as reformas econômicas sinalizaram novos caminhos para estimular a lucratividade. Nesse contexto, Mondragón ganhou a atenção de uma audiência internacional.

A ‘descoberta’ de Mondragón pelo mundo de língua inglesa se deu quando o jornalista britânico Robert Oakeshott reportou que encontrara uma notável forma de negócio na região Basca da Espanha (1975). Colocando os fundamentos para o discurso pós-fordista de Mondragón, Oakeshott esboçou as características-chaves das cooperativas: o sistema é encabeçado por um banco cooperativo, a Caixa Laboral Popular, que marca a ligação das cooperativas industriais, agrícolas e de consumo, provendo o acesso à capital e serviços financeiros. As cooperativas individuais eram completamente mantidas pelos trabalhadores (LIMA, 2007, pp. 65-66).

O caso de Mondragón nos reporta a três dos princípios básicos da cooperativa, quais sejam: autogestão, cooperação e solidariedade.

Entretanto, cabe salientar que é importante realizar a distinção entre os conceitos de autogestão e cooperativa, que por vezes são tratados como sendo uma única coisa.

Segundo Lima (2007) é importante precisar a distinção, nem sempre muito clara, entre autogestão e cooperativa, termos geralmente utilizados de formas

intercambiáveis. Autogestão pressupõe decisões coletivas dentro de uma organização, que pode ser ou não de propriedade comum. Pode estar vinculada a propostas políticas de democratização da sociedade e igualdade social com a transformação dos trabalhadores em proprietários, mas também uma forma de gestão de trabalhadores associados, como estratégia de recuperação de empresas e manutenção no mercado (o caso das empresas falimentares). As cooperativas seriam associações de trabalhadores na constituição (ou transformação) de empresas de propriedade coletiva e que seriam autogeridas pelos associados e obedeceriam a princípios internacionalmente adotados pelo movimento cooperativista, assim como se vinculariam à legislação que especifica a empresa cooperativa.

Este foi um modelo difundido entre os anos 1970 e 1980 como um modelo de negócio transferível.

Em torno dos anos 1980, 1990, quando se aproxima o final do século XX, mediante a queda do socialismo e afirmação plena do capitalismo como sistema único, as ideologias revolucionárias enfraqueceram. Paralelamente, o advento da globalização trouxe o avanço tecnológico, que permitiu enormes ganhos de produtividade para as chamadas empresas do 1º mundo, acelerando a concentração de capital e a sua expansão por todas as partes do globo. Outro fator marcante foi a incessante busca de lucratividade, procurando ampliação de mercado e mão-de-obra com baixo custo. Um cenário de desenvolvimento que implicará em marcas profundas no mundo do trabalho.

Não só a situação atual é má, como pior ainda, as expectativas de mudanças são muito poucas. Sendo assim, as pessoas passam a procurar ‘algum emprego’, um emprego qualquer, com suas capacidades e sua trajetória como trabalhador. Empregos precários ou abertamente informais – pela jornada excessiva, pelo baixo salário, pela ausência de serviços vinculados à previdência social – acabam sendo aceitos. A perda de poder relativo da classe e de suas organizações faz com que os trabalhadores tenham pouca capacidade de discutir até mesmo as condições do processo de trabalho. Procura-se então, algum trabalho qualquer, ou alguma renda, mesmo que não seja através do salário (OLIVEIRA, 2000, p.92).

De um modo geral, os anos 1980 representaram palco de forte crise no modelo de desenvolvimento estabelecido, sobretudo espelhado na migração das cidades do interior e do meio rural para os grandes centros urbanos, em face do processo de industrialização, que foi oficializado no mundo do trabalho marcando a transição do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível, cujas marcas centrais são a internacionalização do capital, sua concentração crescente e, por conseguinte, a exclusão de grande parte da população do mercado de trabalho.

O próprio conceito de exclusão nasce nessa virada dos anos de 1980 para 1990. A exclusão passa a ser um componente estrutural do nosso modo de desenvolvimento e não mais um resquício que seria quase naturalmente superado pelo desenvolvimento do mercado formal de trabalho, como se supôs na virada dos anos de 1970 para os de 1980. Mas, naquela época, a perspectiva era de inclusão progressiva. Agora, nos anos 90, temos esse outro conceito e esse outro quadro. (GAIGER, 2000, p.174).

Segundo Lima, nesse cenário, cabe perguntar se as cooperativas se constituiriam numa forma de precarização do trabalho.

A precarização do trabalho, como referido anteriormente, decorre dos processos de flexibilização da produção; pressupõe a fabricação de produtos variados e equipamentos de múltipla utilidade que possibilitam rápida substituição de produtos em função da necessidade de mercado. A flexibilização do trabalho, além da polivalência do trabalhador, pressupõe seu maior envolvimento através de técnicas de gestão participativa, na qual o conhecimento do trabalhador é valorizado e as tarefas enriquecidas, sem, contudo, significar maior controle dos processos que continuam com a gerência. A flexibilização pressupõe igualmente a flexibilização dos contratos de trabalho, que perderiam seu caráter de determinação temporal, possibilitando a utilização da força de trabalho conforme as necessidades da produção, ou equivalentes. Integra os processos de reestruturação produtiva e, como tal, atinge de forma diferenciada os trabalhadores. Sua positividade, entendida como revalorização do trabalhador, exigências de atualização e qualificação continuadas para acompanhar as inovações tecnológicas e maiores salários, termina por restringir-se a grupos de trabalhadores específicos. A contrapartida estaria na intensificação do trabalho, na eliminação de postos de trabalho com a polivalência e o trabalho em equipe, de maior responsabilização e controle acerca da qualidade do trabalho, mudanças nos contratos de trabalho, com a eliminação de custos com benefícios sociais (transferindo-os ao próprio trabalhador em formas de previdência complementar, por exemplo), desemprego e crescente

perda do poder de barganha do coletivo representada pela fragilização sindical (LIMA, 2007, p.159).

Bem, diante deste cenário, algumas conseqüências têm se tornado evidentes no mercado de trabalho, que são a redução na ocupação da indústria, o aumento da informalidade, a terceirização, contratos temporários, ampliação da participação da mulher, a crescente redução da ocupação nas atividades agrícolas, além da proletarização expandindo-se de um modo geral na população.

O trabalho, longe de perder sua centralidade na vida social, está cada vez mais presente no sentido menos da emancipação ou da realização do homem (labor) e sim vinculado à sobrevivência imediata. A perda da capacidade organizativa do operário fabril soma-se à generalização da proletarização, que extrapola a produção material e está presente igualmente nas formas imateriais da produção, resultantes do desenvolvimento da tecnologia e da multiplicação de atividades que, genericamente, mesmo com certo grau de imprecisão, podemos chamar de serviços (LIMA, 2007, p.10)

Um dos mais marcantes efeitos da globalização no mercado de trabalho foi o desemprego estrutural, o qual cresce de forma violenta e traz como conseqüência cada vez mais acentuada a população se refugiando na prática de atividades informais, mecanismo utilizado como forma de assegurar, pelo menos, a sobrevivência. Uma outra forma de organização que se tem percebido, neste cenário, é a criação de cooperativas de trabalho e/ou produção, muito procuradas por empresas que terceirizam sua força de trabalho.

Entretanto, em meio a este cenário, as próprias cooperativas ainda que se constituíssem num recurso alternativo, também apresentam algumas acentuadas dificuldades. Para melhor ilustrar tal afirmativa, vejamos o quadro abaixo:

Ranking de Problemas Percebidos Enfrentados pelas Cooperativas

Problemas vivenciados no estabelecimento	Problemas Atuais
Ranking de Problemas	Ranking de Problemas
1 Obtenção de financiamento	1 Obtenção de financiamento
2 Obtenção de instalações	2 Encontrar e manter saídas de vendas
3 Encontrar e manter as habilidades apropriadas	3 Encontrar e manter as habilidades apropriadas
4 Encontrar e manter saídas de vendas	4 Encontrar pessoas dispostas a unirem-se à cooperativa
5 Decidir a respeito da estrutura da cooperativa	5 Tomada de decisão
6 Obtenção de equipamento	6 Obtenção de equipamento
7 Obtenção de suprimentos e materiais	7 Obtenção de instalações
8 Encontrar e manter um produto ou serviço para prover	8 Decidir a respeito da estrutura da cooperativa
9 Encontrar pessoas dispostas a unirem-se à Cooperativa	9 Encontrar e manter um produto ou um produto ou serviço para prover
	10 Obtenção de suprimentos e materiais

Fonte: Adaptado de Wilson, 1982: 72.

(Fonte: Jacob Carlos Lima, *Ligações Perigosas*, p.38)

Ao observarmos os principais problemas identificados nas cooperativas atualmente, percebemos que há grande interface com as limitações e desafios apresentados pela Economia Solidária, sobretudo no tocante a financiamento, obtenção de matéria-prima, processo de tomada de decisão (autogestão em exercício contínuo), formas de comercialização, formação e identificação de pessoas que sejam capazes de se unir com foco em novos valores como cooperação e solidariedade, em contraponto aos princípios tão difundidos na prática capitalista, que são individualismo e competitividade.

Tal situação provoca, cada vez mais, a desestruturação do mercado de trabalho, pois boa parte da população não consegue ocupações estáveis, optando então por atividades informais, instáveis e, por vezes, precárias.

Se a globalização é um fenômeno do qual não se pode fugir, o que se pode fazer então é organizar-se para coexistir e conviver neste novo sistema do mercado de trabalho. Esta é uma análise que tem chamado a atenção de diversos autores, tais como Singer (1998), Gaiger (1999), Guimarães (1999), Eid (2000), citados por Lima, entre outros, que vêm propor a tese da Economia Solidária.

Segundo a lógica proposta pela Economia Solidária, para se corrigir as desigualdades presentes na sociedade capitalista, a economia tem que deixar de ser competitiva para se tornar solidária. Assim, o conceito de solidariedade consiste numa forma de comportamento e organização econômica que se realiza através da associação entre iguais para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Como a associação igualitária, é a condição para que haja solidariedade, é necessária, também, a posse coletiva dos meios pelos quais os indivíduos irão exercer as suas atividades econômicas em cooperação (LIMA, 2007, p.97).

Em virtude da necessidade de combater o desemprego e das conseqüências por ele provocadas, esses autores sugerem, a partir de diversas experiências concretas de gestão e organização solidária, que estamos no limiar de uma alternativa não capitalista para a organização do trabalho. Um dos fatores atinentes a esses estudos que têm chamado a atenção é o crescente aumento das cooperativas de trabalho e de cooperação de trabalho agrícola que têm surgido no país.

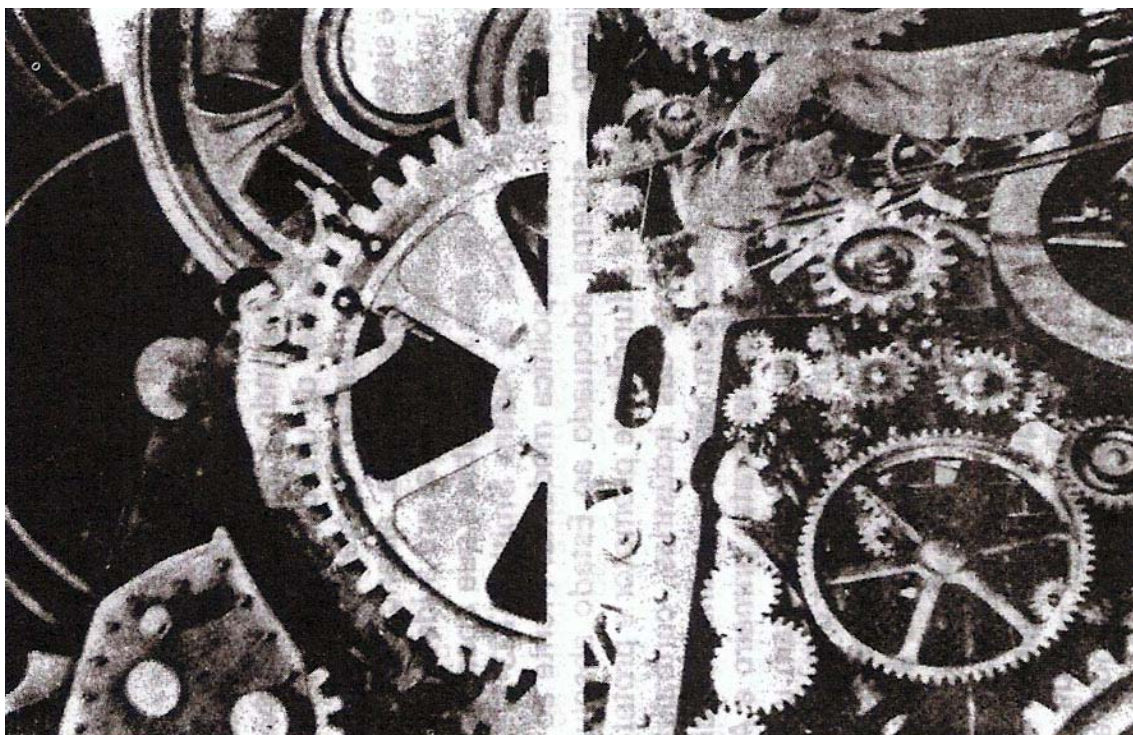
Deste modo, promover maior investigação acadêmica acerca das cooperativas é importante não somente por elas implicarem uma forma de experiência de trabalho coletivo, mas também por tornarem possível identificar as condições econômicas, políticas e sociais sobre as quais estão assentados milhões de brasileiros, trabalhadores rurais e urbanos.

Um dos fatores que torna importante tal investigação está na necessidade de se conhecer se essas cooperativas representam uma flexibilização do trabalho, ou se elas se constituem num projeto alternativo à organização do trabalho capitalista, baseado na solidariedade entre os trabalhadores e não na competição como no modelo de desenvolvimento vigente.

Para melhor analisar essa questão, faremos uma breve incursão sobre as leis trabalhistas no Brasil, perpassando pela regulamentação, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

O capitalismo foi implantado no Brasil ao longo do século XIX, momento em que modernizou parcialmente o comércio de importação e exportação, o transporte e a industrialização das lavouras de exportação, sem que as velhas bases escravistas fossem abandonadas. Deste modo, segundo Sallum (2000), é que se impôs a contratação de trabalhadores livres, principalmente nas lavouras de café.

A imagem abaixo representa uma alegoria que demonstra uma das primeiras transformações ocorridas no mundo do trabalho – o processo de industrialização.



(A relação homem-máquina nas grandes indústrias, vista por Chaplin em Tempos Modernos)

Fonte: Cattani, 2004, p.51)

A ilustração acima nos alerta para muitas das grandes transformações ocorridas no mundo do trabalho e nas relações produtivas, após o processo de industrialização. Saliente-se que uma das principais alterações foi a perda do domínio do processo de produção pelo trabalhador, pois a fragmentação o distanciou cada vez mais do processo global de que antes fazia parte. Ele ficou alienado e isto implicou a visão distorcida do trabalho, tratando-se de sobrevivência e não mais de realização e satisfação.

Enfim, decorrente das muitas mudanças vividas nas relações do trabalho, merece destaque o fato de que, antes do governo de Getúlio Vargas, as primeiras leis aprovadas pelo Estado que beneficiavam os trabalhadores versavam sobre o direito a férias remuneradas por 15 dias, mas não para todos os trabalhadores. Este foi um período conturbado, pois as diferenças de tratamento geraram muitas manifestações, greves e movimentos sociais contra o sistema implantado. Neste momento, o Estado brasileiro teve uma característica singular, a intervenção, caracterizando um Estado que ora criava leis trabalhistas e em outros momentos reprimia, desarticulando o movimento operário. E o conflito estabelecido na relação capital X trabalho fica cada vez mais acirrado.

Um novo cenário se desenhou no campo do trabalho com a crise generalizada decorrente da grande depressão mundial em 1930, pois houve um grande declínio nas exportações brasileiras, o que deu início a uma modificação na economia interna do país. Surge uma economia mais voltada para a indústria, a qual enfrentou como um de seus maiores entraves a inadequação do mercado de trabalho, que não estava preparado para as novas exigências, incorrendo em mais greves e manifestações. A solução

encontrada pelo Estado para o impasse vivido foi a criação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, pelo presidente Getúlio Vargas.

Esta legislação tinha dois objetivos centrais: por um lado, atender algumas reivindicações dos trabalhadores, com a finalidade de obter o apoio eleitoral e, por outro, controlar o movimento operário por meio de constantes intervenções por parte do Estado, estabelecendo um limite à autonomia coletiva dos trabalhadores.

Por meio desta legislação, tivemos a confirmação dos direitos trabalhistas firmados na Constituição de 1934, tais como o salário mínimo, férias anuais e descanso semanal. O princípio da unicidade sindical foi restabelecido, ou seja, apenas os sindicatos legalizados poderiam defender os direitos da categoria que representavam perante o Estado. A greve foi proibida, passando a ser considerada como recurso anti-social, atentando contra o trabalho, o capital e incompatível com os interesses da nação.

Por meio da CLT, Vargas implantou alguns elementos do Welfare State, cujo princípio era a criação e defesa de uma série de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social do país. O Estado Novo (1937 a 1945) caracterizou-se por uma crescente centralização e intervenção do Estado e foi somente aí que a legislação social passou a ser efetivamente regulamentada e empregada. No plano econômico, o governo teve papel fundamental na expansão industrial, que recebeu investimentos nos setores de energia, transportes e indústria de base.

Assim, o período compreendido entre 1930 e 1954 foi marcado por atividades industriais, pela ampliação de oportunidades de investimento e pela consolidação da CLT, o que veio a acelerar a taxa de crescimento econômico. Getúlio Vargas outorgava ao movimento operário uma estrutura sindical fascista, ao mesmo tempo em que “doava” aos trabalhadores direitos pelos quais estes haviam lutado durante anos seguidos. Constituíam-se, desde então, uma ambigüidade na definição da cidadania dos

trabalhadores que haveria de suscitar, tanto na esquerda como entre os liberais, atitudes contraditórias que significavam um entorpecimento de sua capacidade crítica.

Entre 1956 e 1960, no governo Juscelino Kubistchek, ocorre o desenvolvimento de políticas favoráveis à entrada de capital estrangeiro, com condições privilegiadas sob o capital nacional. Com o slogan 50 anos de progresso em 5 de governo, através de um plano de metas, concretiza-se o período chamado de estado desenvolvimentista.

Aumenta o desemprego e o mercado brasileiro fica dividido em empresas nacionais, multinacionais e estatais. Não se realiza a reforma agrária nem mudanças sociais de relevância, ocorre o desencadeamento de greves e reivindicações salariais por parte dos trabalhadores.

O governo Kubistchek internacionalizou a economia e aumentou a dívida externa. Permitiu a abertura às multinacionais para que estas instalassem suas filiais no país e controlassem parte do mercado brasileiro, bem como gerou gastos decorrentes de grandes obras públicas, como a construção da nova capital, Brasília, que elevaram a inflação e prejudicaram as classes trabalhadoras, as quais buscavam aumentos salariais.

Durante o governo de João Goulart, ocorre um acirramento das lutas de classes e conflitos entre trabalhadores e burguesias. O desenvolvimento capitalista perde parte de sua força; sem contar com o apoio da 'alta sociedade', o capital busca sustentação nas classes populares, propondo reforma agrária, urbana, educacional, eleitoral e tributária. Porém, em 1964, explode a rebelião das forças armadas e, com o golpe militar, os trabalhadores sofrem diminuição de salários, aumento do desemprego e aumento da pobreza.

Com a ditadura militar, ocorre a ampliação de empresas estatais, de subsídios a empresas nacionais e de obtenção de empréstimos internacionais, além de um rígido

controle sobre os salários, que teve como finalidade a redução das taxas de inflação. O governo militar adota uma política centrada no corte dos gastos sociais, na restrição ao crédito e na grande diminuição salarial; implementa mudanças como a lei de greve, que restringiu o direito à greve, reprimindo a atividade sindical através de perseguições, prisões, torturas e morte. A lei dos reajustes salariais, através da qual o governo passou a determinar o reajuste de salários, antes decididos em comum acordo entre sindicatos e patrões, e houve a criação do FGTS, que permitiu às empresas uma certa flexibilidade, pois estavam livres para contratar e demitir trabalhadores, tendo como única restrição o encargo monetário.

No governo Geisel (1974-1979), é dado um peso maior às empresas estatais e nacionais privadas, em detrimento das multinacionais. As metas principais foram estabelecidas: plano nacional de desenvolvimento, que priorizava investimento no setor energético e indústrias básicas, com o intuito de contornar a crise do petróleo e de reduzir o capital estrangeiro.

É lançado, em 1975, o Proálcool. O sucesso obtido com esta iniciativa se manteve até os EUA mudarem sua política de juros. Marcando um recuo do sistema capitalista internacional, a elevação dos juros elevou também a dívida externa brasileira, levando muitas empresas à bancarrota e decretando a inviabilidade do sistema industrial liberado pelo Estado que foi adotado no Brasil. A ação do Estado sobre a classe trabalhadora sofre um enfraquecimento, gerando uma série de greves que lutavam contra a exploração do trabalho, buscando reajustes salariais e negociação direta entre sindicatos e patrões, entre outras reivindicações.

Após os EUA declararem o aumento de juros, com os governos de Thatcher na Inglaterra e a desregulamentação das leis trabalhistas, estas políticas se espalharam por

todo o mundo, inclusive em países em desenvolvimento como o Brasil, dando início à fase do capitalismo globalizado.

A partir da segunda metade da década de 1980, os EUA passam a exercer fortes pressões sobre outras nações, exigindo a eliminação de barreiras que protegiam mercado e indústrias nacionais (liberalização econômica).

Estas condições sócio-econômicas vieram a produzir mudanças no desenvolvimento do Brasil e o Estado deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico. As reformas nas instituições e as novas políticas econômicas adotadas privilegiam o capital estrangeiro, em detrimento do nacional (Sallum, 2000).

A palavra de ordem passou a ser “desregulamentação”, objetivo explícito dos sucessivos programas de reforma neoliberais que, em maior ou menor medida, foram postos em prática pela maioria dos países, desenvolvidos ou não. Implicitamente, essas reformas visavam reduzir o tamanho do Estado e, ao mesmo tempo, enfraquecer o seu poder de regulamentação do mercado de trabalho.

Até meados dos anos 1980, as relações trabalhistas foram regulamentadas pela CLT; neste período, os sindicatos perderam seu poder de negociação e se descaracterizaram com a crescente desregulamentação das leis trabalhistas.

A constituição de 1988 veio garantir alguns direitos pelos quais os trabalhadores lutaram durante todo este período. Alguns exemplos são a jornada de trabalho de no máximo 44 horas semanais e 8 horas diárias; remuneração mínima para extraordinário de 50% do valor salário regular; férias remuneradas de 30 dias por ano de serviço prestado; décimo terceiro; salário-família; aviso prévio de um mês em caso de demissão; direito ao FGTS; seguro; participação nos lucros e resultados etc.

Em 1989, Fernando Collor de Mello vence as eleições presidenciais e começa a acelerar a implementação de políticas neoliberais. Sua política tinha o seguinte propósito: o Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera, e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer. Isto posto, o Estado passaria a ter melhores condições de dedicar-se com eficiência a sua verdadeira vocação, o assim chamado setor social. Nas imagens da publicidade televisiva, o Estado, paquiderme balofo e abobalhado, seria submetido a um regime de emagrecimento e ginástica, voltando lépido e fagueiro, para cuidar das crianças e dos idosos (MORAES, 1997, p.77). Esta era a própria imagem pessoal que o então presidente difundia à época, fazendo uma alusão à imagem do Estado.

Privatizações de empresas estatais e de serviços públicos, além da desregulamentação da interferência dos poderes do Estado sobre empresas privadas, foram algumas das palavras de ordem em curto mandato.

Assim, a partir de 1990, o Brasil passa a aderir ao Consenso de Washington, seguindo uma série de recomendações feitas pelos países desenvolvidos, tais como: reforma tributária, disciplina fiscal, liberalização financeira e comercial, estatal e abertura da economia interna à internacionalização, através da desregulamentação do mercado de trabalho.

Durante o governo Itamar Franco, manteve-se o processo de liberalização econômica e em 1995, Fernando Henrique Cardoso enviou ao congresso as cinco emendas constitucionais que buscavam as mudanças do conceito de empresa brasileira, abrindo o subsolo a empresas estrangeiras; a quebra do monopólio da navegação de cabotagem das empresas nacionais, que permitiu a entrada de embarcação estrangeira no interior do país para escoar as nossas riquezas; a quebra do monopólio do gás

canalizado, onde o gasoduto Bolívia-Brasil foi feito para empresas como a Shell; a quebra do monopólio das comunicações, com a entrega das telecomunicações a grupos estrangeiros; e a quebra do monopólio estatal do petróleo, reduzindo a duração da “modernização” do Estado e intensificando a desregulamentação econômica, com a abertura de mercado e privatizações.

As reformas neoliberais aplicadas por Fernando Henrique Cardoso acentuaram a tendência da integração da economia brasileira à economia mundial iniciada por Collor. Ocorrem as reformas administrativa e previdenciária, que exigem um rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, assim como privatizações, ocasionando redefinições do papel do Estado na economia. As conseqüências destas reformas foram o desemprego, o aumento do trabalho informal, conflitos sociais, crise de modelos políticos tradicionais e flexibilidade dos direitos trabalhistas.

A flexibilidade das leis trabalhistas pode ser analisada sob dois ângulos: por um lado, as classes trabalhadoras visualizam a flexibilização como o fim dos direitos sociais conquistados através de lutas e reivindicações – isso aumentaria o desemprego estrutural e os níveis de trabalho informal – e, por outro lado, os defensores da flexibilidade trabalhista, principalmente as empresas, defendiam-na dizendo que ela tornaria as relações menos conflituosas, estimulando uma parceria capital – trabalho, inclusive com programas de participação do empregado nos lucros e resultados das empresas tornando-as assim mais competitivas frente à globalização; defendiam também que as empresas negociassem com sindicatos a ampliação ou redução de direitos e benefícios.

Neste sentido, surgem no Brasil o contrato de trabalho temporário, a demissão temporária e o banco de horas.

O contrato de trabalho estável, de 40 horas por semana, o salário família e o trabalho na linha de montagem, todos os traços do

Primeiro Mundo fordista estão sendo reconfigurados no novo cenário de relações sociais. Sobre a égide pós - fordista, o trabalho é organizado por intermédio de diversas formas de contrato, os quais permitem um máximo de flexibilidade, por parte dos empregadores, na oferta para os trabalhadores de um contingente de empregos instáveis. Temporários, tempo parcial, trabalho autônomo, como também empregado proprietário são características de formas flexíveis de trabalho. Seus benefícios para o capitalismo constituem uma miríade de formas para a viabilização da acumulação capitalista, um modo de acumulação que Harvey chama de 'acumulação flexível'. (LIMA, 2007, p.61)

A reestruturação das relações de trabalho deve ser entendida num contexto mais amplo. Esta reestruturação, efetivamente, dá-se em meio a discussões que remetem à globalização da economia, numa era de concorrência acirrada, impondo a necessidade de desregulamentar e flexibilizar o mercado de trabalho em nome da competitividade no mercado internacional.

Porém, a “flexibilização”, tal como vem sendo discutida e implantada pelas empresas no país, está centrada na redução dos encargos sociais, o que acaba se transformando em aumento da precarização das condições de trabalho.

Em meio a essa conjuntura intensifica-se, a partir dos anos 1990, o falso debate sobre o ‘custo Brasil’, sobretudo por meio do questionamento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos das empresas para esses questionadores, cujos principais representantes são José Pastore e a FIESPE. A “amplitude” e a rigidez dos encargos sociais existentes no Brasil seriam responsáveis pelas dificuldades da ampliação do emprego e pelo elevado grau de informalização das relações de trabalho; o peso dos “encargos” e sua “inflexibilidade” permitiriam as empresas contratar temporariamente, em momentos de expansão, por medo de, nos momentos de crise, não poder negociar os salários e a jornada de trabalho, vindo as normais demissões.

Contra as evidências factuais, Pastore considera o Brasil como campeão de impostos e de encargos sociais. Ele define que o Brasil é um país de encargos altos e

salários baixos, o que faz o trabalhador receber pouco e custar muito para a empresa. A partir de um conceito restrito de salário, sendo apenas a remuneração da hora efetivamente trabalhada, Pastore e as entidades empresariais sustentam que os encargos sociais no Brasil representam mais de 100% do salário. Para atingir esse resultado, a base da comparação dos encargos que utiliza não é a remuneração total do trabalhador, nem mesmo o seu salário contratual, mas apenas uma parte dele.

Pastore exclui da base de cálculo a parte do salário relativa ao descanso semanal e remunerado, aos dias de férias e feriados, ao 13º salário, aos dias de afastamentos por motivo de doença, pago pelas empresas, assim como aviso prévio e a dispensa por rescisão contratual. Todos esses itens, que são de natureza salarial, são considerados por ele como encargos sociais indesejáveis e ilegítimos. Assim, o conceito de encargos sociais de Pastore engloba todos os itens que compõem a folha de pagamento para deslegitimar aquela parte do salário que foi resultado de importantes conquistas e direitos dos trabalhadores.

A maioria daqueles que sugerem a diminuição dos encargos como meio para aumentar a competitividade das empresas sequer se dá conta de que parte desses encargos é salário indireto, assim a questão proposta de fato é uma diminuição do padrão de vida da classe trabalhadora. Diante da pequena magnitude desse corte, incluem-se também como encargos algumas conquistas históricas da classe trabalhadora como 13º salário, férias e abono de férias, licenças gestante etc., que representam rendimento assalariado e não encargos.

O governo tem participado dessa agressão aos direitos trabalhistas no Brasil, ao defender propostas como a introdução dos empregos temporários, a partir das quais os trabalhadores podem ser contratados em cargos menores e demitidos sem indenização. Trata-se, como bem chamou atenção Amadeu (1996) de legalizar a

precariedade, na medida em que os empregos de baixa qualidade da economia informal passaram a ser formais e legais.

Naturalmente que, de forma mais ou menos proporcional à diminuição dos empregos formais na economia, os próprios sindicatos têm o seu poder de barganha diminuído. Basicamente, a luta dos sindicatos tem se concentrado muito mais na preservação dos empregos do que na criação de novos empregos. Portanto, a estrutura sindical está essencialmente voltada para quem está empregado e é associado, assim como sua luta em favor dos trabalhadores, historicamente, tem sido travada nos estreitos limites dos espaços nacionais.

Diante do avanço da globalização e da falta de mecanismos institucionais de proteção àqueles que perderam seus empregos, muitos não têm conseguido retornar ao mercado formal de trabalho ou desistiram de procurar empregos (trabalhadores desalentados) e caíram na marginalização, ou buscaram alguma forma de sobrevivência no mercado de trabalho informal.

O que diferencia o atual quadro macroeconômico de outras épocas é a falta de perspectivas do assim chamado “mundo do trabalho”. Alguém que perde o emprego, hoje, permanece muito tempo sem encontrar outro do mesmo nível, contenta-se com outro emprego de pior qualidade ou, como parece ser o caso mais freqüente, cairá direto na informalidade, nicho do mercado de trabalho no qual a maior parte dos empregos são precários, isto é, de pior qualidade que os empregos do setor formal, tornando as relações de trabalho ainda mais vulneráveis.

O pensamento convencional tem levado a falsas soluções para o problema do desemprego aberto. Os defensores da “teoria do capital humano”, por exemplo, sugerem um aumento da qualificação dos trabalhadores como condição necessária, para que ocupem as novas funções que vão surgindo com as mudanças da base não suficientes.

Um aumento da escolaridade dos trabalhadores já está ocorrendo, mas o resultado parece ter sido mais o de pressionar para baixo os salários dos trabalhadores qualificados já empregados do que a criação de novos postos de trabalho.

É por essa razão que têm surgido teorias alternativas à visão convencional e uma das mais difundidas é a chamada Economia Solidária, que traz de volta o projeto cooperativo.

A Economia Solidária surge como resposta ao desemprego e à precarização do trabalho. De uma forma objetiva, procura valer-se do ideal de solidariedade dos indivíduos para tentar garantir a sua subsistência e emprego, em meio a uma conjuntura adversa.

Estudos mais recentes sobre cooperativismo como os Christoffoli (2000), Gaiger ET AL (1998,1999), Eid (2000), Pimentel(1999), Todeschini e Magalhães(1999), Pasquetti(1998) indicam uma perspectiva, procuram valer-se do ideal de solidariedade, mantendo o equilíbrio entre o social e o econômico.

Singer (1999) nos traz a idéia de Economia Solidária como estratégia de enfrentamento ao atual desemprego, propondo novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista da produção, fazendo uso da prática da solidariedade em lugar da competição. O autor rompe com o marxismo ortodoxo e com a visão economista de desenvolvimento das forças produtivas, sob o capitalismo, em que o mesmo causaria por si só um processo de transformação das relações sociais. Segundo o autor, que busca alternativas democráticas ao modo de produção capitalista, o socialismo pressupõe a transferência do controle dos meios de produção ao trabalhador, que deve estar desejoso por assumir o controle coletivamente, o que exige educação e conscientização por parte dos

trabalhadores. É por esse caminho que o cooperativismo tem muito a contribuir para a virada de mesa da classe trabalhadora (Singer).

Para Gaiger (1999), que fez um estudo sobre a viabilidade econômica de empreendimentos solidários³² no Rio Grande do Sul, a multiplicação de experiências de geração de trabalho e renda, de forma solidária e associativa, constitui um traço marcante do campo nos dias atuais. Este autor constatou, em seu estudo, que há um crescimento numérico dos empreendimentos associativos de cunho econômico bastante significativo em alguns setores.

Observou também que, ao mesmo tempo em que ocorrem experiências positivas na direção de uma economia autenticamente popular e solidária, ficam patentes alguns limites para a expansão e a consolidação desse campo, como o da inexistência de estrutura de mecanismo de intercâmbio entre empreendimentos, salvo alguns casos, ou seja, não há uma interdependência econômica solidária, prevalecendo o isolamento e a adaptação de cada empreendimento, às regras do mercado, o que pode trazer trabalho e renda, mas não efetiva o modelo de desenvolvimento.

Gaiger utilizou como parâmetro o conceito de empreendimento econômico solidário, que funciona como uma espécie de empreendimento perfeitamente solidário. O modelo, que funciona como um ‘tipo ideal’, na terminologia weberiana, é um instrumento para análise de casos concretos e tem como objetivo permitir que se observem quais são os traços positivos mais frequentes das experiências de hoje, bem como suas principais dificuldades e lacunas.

Gaiger, para que se pudesse analisar as organizações de trabalho e renda comparando a sua natureza e as características utilizava, em sua pesquisa, como

³² Os Empreendimentos de Economia Solidária podem ter caráter familiar ou comunitário, e tomam forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativas de trabalhadores. O que os caracteriza são “seus princípios de equidade e participação, que procuram colocar em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática [...]” (GAIGER, 1999)

parâmetro, o conceito de *empreendimentos econômicos solidários*. O conceito é teórico e funciona como uma espécie de modelo que reúne as características ideais de um empreendimento perfeitamente solidário. Na prática, nenhum caso vai corresponder plenamente ao modelo, sendo, porém, seu objetivo, permitir que se observe quais são os traços positivos mais frequentes das experiências que hoje se destacam, bem como suas principais dificuldades e lacunas, na perspectiva de viabilizarem uma alternativa solidária.

O conceito é, portanto, uma referência, um instrumento para a análise dos casos concretos. Ao mesmo tempo, ele espelha qual é a idéia de solidarismo econômico popular que está embasando a pesquisa e pode ser, então, como toda visão teórica, igualmente questionado é aprimorado.

Para chegar ao conceito, foram considerados os diversos aspectos que os estudos e análises estão apontando como *novos e promissores* nas experiências de Economia Solidária, ao lado do que a prática vem ensinando aos agentes envolvidos nesse campo, a exemplo das incubadoras de cooperativas populares.

Idealmente, este modelo possui as seguintes características: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Destacamos abaixo alguns pontos definidos por Gaiger (2000, p.184), como positivos no trabalho cooperado, associativo. Vejamos:

- estímulo moral, além do material;
- co-responsabilidade com metas, diretrizes e formulação de propostas;
- identificação e correção, por todos, dos fatores de ineficiência;
- troca e aprendizado mútuo de saberes e habilidades;

- incentivo à iniciativa e à criatividade;
- flexibilidade de ritmo e de função;
- fator de promoção da justiça e da equidade;
- autonomia, dignidade e humanização;
- redução dos conflitos laborais e sociais.

Apesar dos aspectos acima relacionados, verificamos que a maior referência de destaque na Economia Solidária que justifica o êxito dos empreendimentos econômicos solidários está na solidariedade, uma categoria fundante e culturalmente construída nas relações sociais que reforçam e solidificam os laços, a ponto de trazer-lhes como resultado êxito econômico e em outras esferas da vida humana. Nesse sentido,

ao explorar essa hipótese, os estudos em questão indicaram que o êxito dos empreendimentos econômicos solidários está vinculado a circunstâncias e fatores, cujo efeito positivo decorre proporcionalmente do caráter socialmente cooperativo por eles incorporado. Por seu turno, o solidarismo e a cooperação no trabalho, uma vez assegurados, propiciam fatores particulares de eficiência, funcionando então como vetores específicos da viabilidade e competitividade dos empreendimentos. Os resultados econômicos e sociais alcançados, ademais, demonstram que tais iniciativas apresentam sinais consistentes de viabilidade e tendem ou podem evoluir para sua auto-sustentação. Finalmente, evidencia-se que a realização exitosa dos objetivos dos empreendimentos solidários não impõe mecanismos de exploração dos trabalhadores, conferindo-lhes uma natureza distinta do processo de produção capitalista. (GAIGER, Luiz Inácio. Curso de Formação para Formadores em Desenvolvimento Sustentável e Solidário. **Significados e tendências da economia solidária.** Disponível em http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/6/leituras/12/Signif_tend_econ_solid.doc. Acesso em 27/01/2010.

Eid e Pimentel (2000) analisam a dinâmica interna de funcionamento das cooperativas de produção agrícola do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), enfatizando a importância da organização social e produtiva e o uso de ferramentas gerenciais que possam contribuir para a vitalidade econômica do empreendimento. Como resultado parcial deste estudo, temos o equilíbrio crítico entre a

ampliação dos ganhos sociais, ou seja, o resgate da dignidade da empresa, buscando sobrevivência, e o crescimento econômico desses empreendimentos.

Todeschini e Magalhães (1999, disponível em www.mte.gov.br), em seu trabalho sobre a Central Única dos Trabalhadores – CUT e a Economia Solidária, afirmam que os projetos de Economia Solidária apresentam grande potencial de ampliação das possibilidades de geração de novas oportunidades de trabalho. Para eles, a Economia Solidária propicia uma maior democratização da gestão do trabalho, uma valorização das relações humanas e também um caminho viável para uma maior distribuição de renda. Apresenta potencial de fortalecer o desenvolvimento local sustentável e um caminho para a transformação social.

No entanto, Singer nos chama a atenção no sentido de que o trabalho cooperativo também tem gerado abusos, ao respaldar a contratação dos serviços de cooperativas de trabalhadores pela empresa capitalista que se desobriga do pagamento dos encargos sociais referentes aos direitos trabalhistas.

Um exemplo dessa situação pode ser deflagrado a partir da análise das cooperatas:

as chamadas ‘cooperatas’ e ‘cooperfraudes’ são cooperativas que nascem da precarização das relações do trabalho onde, por exemplo, trabalhadores de um setor de uma empresa são todos demitidos e incentivados a formarem uma cooperativa de prestação de serviços para essa mesma empresa que os demitiu antes; assim o empresário escapa dos encargos sociais trabalhistas e continua obtendo os serviços daqueles trabalhadores por um custo mais baixo. Ou ainda temos os casos de grandes empresas capitalistas que se juntam sob a forma jurídica de cooperativa, para poderem exercer o monopólio nos mercados em que compram ou para agir como cartéis nos mercados em que vendem.³³ (LIMA, 2007, pp.96-97).

³³ Sobre os vários tipos de cooperativas, ver Lima (2004).

Gaiger (1999) também recomenda cautela acerca de uma visão excessivamente otimista do trabalho cooperativo, pois é preciso aprofundar o conhecimento, ambigüidades e multiplicação de interesses que o atravessam.

De modo análogo, uma contribuição salutar nesse novo debate sobre Economia Solidária está em Boaventura Santos (2002), ao apresentar o que ele chama de “nove teses” que, de acordo com o autor, serão importantes para a verificação nos estudos que se seguirão sobre o assunto, notadamente em investigações empíricas a serem realizadas em suas unidades básicas de sustentação. São elas:

Tese 1 - As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos [...]; Tese 2 - O êxito das alternativas de produção depende de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo [...]; Tese 3 - As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do estado [...]; Tese 4 - As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala [...]; Tese 5 - A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda [...]; Tese 6 - existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal [...]; Tese 7 - As formas alternativas de conhecimentos são fontes alternativas de produção [...]; Tese 8 - Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos [...]; Tese 9 - As alternativas de produção devem ter relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade [...] (SANTOS, 2002, pp. 64-73).

Na atual conjuntura socioeconômica e política que o Brasil está enfrentando, caracterizada por um novo modelo de desenvolvimento político e econômico neoliberal em conjunto com novo paradigma produtivo-organizacional, é necessário pensar em alternativas, pensar estratégias de inserção dos trabalhadores que estão fora da economia formal no resgate de suas condições mínimas de sobrevivência e cidadania.

O maior desafio, neste início de século, é encontrar um caminho que concilie as potencialidades de liberação de um mercado competitivo com os controles institucionais na busca da redução sistemática da desigualdade e das exclusões sociais.

Nesse contexto, a Economia Solidária pode ser uma alternativa possível de enfrentamento do processo de exclusão social, econômico e político, inclusive no combate à precarização das relações de trabalho, das condições de trabalho e de vida, podendo representar os embriões da geração de uma nova estratégia política de desenvolvimento.

O caminho cooperativo precisa ser construído pelos trabalhadores e suas organizações visando, ao mesmo tempo, superar a cultura da reivindicação e da delegação e criar um ambiente propício para que tal proposição se desenvolva. A autogestão pode se tornar um modelo de administração onde, por princípio, as decisões e o controle do empreendimento coletivo sejam exercidos pelos próprios trabalhadores, situação que será novamente retomada em capítulos posteriores.

6. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

6.1. O princípio da autogestão: o maior dos desafios

O princípio da autogestão, ao que parece, é um dos maiores desafios a serem vivenciados pelos empreendedores de Economia Solidária, pois até por uma questão cultural, se retomarmos nosso processo de colonização como referência, estamos acostumados a sempre estar subordinados a alguém, seja na constituição da hierarquia familiar, na hierarquia profissional e em tantas outras instâncias do cotidiano.

Como prosseguimento deste estudo, faz-se necessário buscar alguns resgates de conceitos importantes, sobretudo a etimologia destas palavras.

Segundo Nascimento, a Economia Solidária, a partir de suas diversas matrizes e de um longo processo histórico de práticas com afinidades entre si, incorpora diversas palavras que têm um significado profundo. Vejamos algumas.

1. A palavra “cooperar” vem do latim “cum operari”, que significa “trabalhar conjuntamente com alguém”.
2. A palavra “sindicato” vem do grego através das línguas romanas e tem duas raízes: “com” e “justiça”, isto é, “os sindicalizados são os que têm por defesa a mesma causa”.
3. A palavra “mutualidade” vem do latim “mutuum”, isto é, “troca”. Troca equitativa de serviços.
4. A palavra “solidariedade” tem sua etimologia em “o que é solidário”, ou “o que se torna sólido como o solo”.

Se “solidariedade” significa “sólido como o solo”, apesar das palavras de Marx/Engels no “Manifesto Comunista”, nem tudo que é sólido se desmancha no ar; a

Economia Popular e Solidária é um exemplo desta persistência dos trabalhadores que, em busca de sua auto-emancipação, estão reinventando formas novas para a expressão de suas lutas pela autogestão.

Na visão de Singer, (*apud* Nascimento, 1999) “o socialismo enquanto utopia militante desencadeou o que se pode considerar ter sido um vasto processo de tentativas e erros no sentido de modificar o capitalismo, compensando suas tendências à concentração e à destruição”.

E, assim, diz Singer,

os implantes socialistas no capitalismo resultam de algo como um processo de tentativas e erros. E dificilmente poderia ser diferente. A revolução socialista, por esta conceituação já em curso há quase dois séculos, não é a concretização de um projeto, mas o resultado de inúmeras lutas no plano social e econômico, que se estenderam por um número de nações, à medida que a revolução capitalista foi se estendendo a novos países e continentes (SINGER, *apud* NASCIMENTO, 1999)

É nesta conceituação que Singer fala do “ressurgir do cooperativismo” e do que “genericamente” se chama “**Economia Solidária**” como resposta à crescente exclusão social produzida pelo neoliberalismo. A Economia Solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, crédito e de produção, que datam do século XIX (19). Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes às ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma Economia Solidária formada por unidades produtivas autogestionárias.

Outra referência importante, contida nesta definição, diz respeito aos protagonistas das ações nos processos de transformação social. Este é um *fazer* da classe trabalhadora. Segundo Antunes (1998, p.86, *apud* Nascimento, 1999)

sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que esses segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia.

Para os empobrecidos, sobrantes do mercado de trabalho capitalista, resta a tarefa de sobreviver, e para isto precisam ser criativos.

Uma contribuição singular na tentativa de explicar a possibilidade concreta da autogestão nos é oferecida de forma simples e didática por Lefebvre. Ele elabora sua teoria dizendo que todas as sociedades são compostas de elementos fracos e fortes. Os pontos fortes no seu conjunto formam a estrutura da sociedade. A política estatal serve para proteger esses pontos fortes. Os pontos fracos surgem nas frestas entre esses pontos fortes. São os espaços “vazios”, nos quais as forças sociais intervêm e buscam a hegemonia se transformando em pontos fortes. Segundo o autor, isso aconteceria através de um abalo (fato político) ou da desestruturação do conjunto da sociedade.

Para ilustrar sua argumentação, o autor se vale da experiência da Comuna de Paris e explica que, em 1870, Paris é o ponto fraco do Império Bonapartista. Isto devido ao processo de industrialização, ao crescimento do proletariado, à segregação social, à repartição dos operários nos bairros periféricos, entre outros fatores. A burguesia francesa e o Estado eram fortes fora de Paris. Nesse período, os operários criam a

Comuna de Paris³⁴. Projetam a autogestão a partir da ocupação das fábricas abandonadas pelos patrões.

No Brasil, segundo Melo Neto (2005), há também vários exemplos revolucionários em sua história. Mas para os dias de hoje salientam-se aquelas experiências que estão em andamento. São visíveis as tentativas solidárias em várias prefeituras, como a da cidade de São Paulo, dirigidas por partidos que têm base na classe trabalhadora e por experiências de organismos não-governamentais ou movimentos sociais. Instituições como a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) estão alimentando grupos e empresas para reproduzirem gestões democráticas e solidárias. Podem ser listadas a experiência do banco do Povo (Fortaleza), as Cooperativas Populares no Rio Grande do Sul, como as do leite, e a maior experiência em curso no momento, em número de trabalhadores, que é a da Usina

³⁴ A Comuna de Paris deteve o poder por dois meses (26.03.1871-28.05.1871), mas mesmo sendo um período curto deixou um legado importante à história da luta dos trabalhadores. Segundo Nascimento (2004), na França a classe operária estava concentrada em grandes empresas (em 1860, os canteiros navais de Paris tinham mais de 70 mil operários). Paris tinha 2 milhões de habitantes, vivia um processo migratório atraído pela reforma urbana parisiense adaptada à “modernidade”. Mesmo num cenário complicado e com posições contrárias, segundo Costa (1998), Marx e a Internacional Comunista consideravam que as condições históricas não comportavam uma revolução socialista. Nascimento (2003) afirma que quando “a classe trabalhadora de Paris tentou assaltar o céu”, instala um governo baseado em dois princípios fundamentais: A gestão popular de todos os meios de vida coletiva e a gratuidade de tudo que é necessário e de todos os serviços públicos. A Comuna de Paris declara ainda que no setor **produtivo**: *todas as empresas privadas são expropriadas e seus bens entregues à coletividade, a fábrica fica sob a direção de um delegado da Comuna. O delegado será eleito pelos operários reunidos, e revogável toda vez que não cumprir suas obrigações*; a jornada de trabalho é fixada em 10 horas; no setor de **habitação**: *expropriação geral de todo solo e sua comunicação, requisição das residências secundárias e dos apartamentos ocupados parcialmente*; no setor de **urbanização**: *criação de serviços populares encarregados de embelezar a cidade, fazendo e mantendo canteiros de flores em todos os locais onde a estupidez do urbanismo do automóvel levou à solidão, à desolação e ao inabitável*; no setor de **transportes**: *declarou o uso gratuito dos meios de transportes públicos e colocou à disposição da população 1 milhão de bicicletas*; na **educação** *é abolida a escola “velha”. As crianças devem se sentir como em casa, aberta para a cidade e para a vida. A sua função é a de torná-las felizes e criadoras*. A Comuna proclama a anistia geral e a abolição da pena de morte; a submissão das crianças e da **mulher** à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do chefe, morreu; o casal *constitui-se livremente com o único fim de buscar prazer*. A Comuna proclama a liberdade de nascimento, o direito de informações sexuais desde a infância, o direito ao aborto, o direito à anticoncepção. A Comuna declara ainda que *Paris é proclamada terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos pelas suas idéias e ações*. Em maio de 1871, a Comuna caiu, com um total, entre presos, fugitivos e mortos, de cerca de 100 mil parisienses.

Catende, em Pernambuco, além das experiências de cooperativas promovidas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST)³⁵.

Embora haja várias experiências exitosas, há de se considerar que a autogestão não é um princípio simples de ser colocado em prática e também apresenta alguns desafios e limitações. Neste sentido,

por outro lado, as dificuldades dizem respeito também às questões relativas à própria busca dos caminhos da solidariedade e da autogestão, ressaltando aqueles elementos – como relações de confiança – que podem agregar um diferencial positivo na nova lógica de funcionamento profissional do empreendimento. A primeira, mais geral e maior dificuldade de todas é a que o trabalhador tem para compreender a nova situação e sentir-se também como proprietário do novo empreendimento cooperativo. É comum o impulso do trabalhador recém-cooperado de querer pegar o salário ao fim de semana e ir para casa. Um momento; no caso a remuneração não é propriamente um salário e não dá para ir pra casa e desligar do que se passa no trabalho, se o empreendimento agora também é seu. Apesar de a referência econômica fundamental ser ainda o mercado, pois a realização social dos produtos destes empreendimentos continua sendo feita através do mercado, a natureza do empreendimento muda, em quantidade e qualidade. No mínimo, a propriedade não só fica diluída como passa a ser de quem trabalha fazendo, portanto, com que as relações sociais de produção agora sejam também outras. (TAUILE, 2005, p.159)

Nesta perspectiva, o trecho abaixo nos permite conhecer um pouco acerca do Projeto de Autogestão da Usina Catende – uma empresa recuperada em funcionamento:

a Usina Catende foi considerada, na década de 60 do século passado, a mais importante produtora de açúcar da América Latina. Veio a falir, na década de 90, estando judicialmente expressa como uma massa falida, sendo administrada por um conselho composto de técnicos, trabalhadores da própria usina e dirigentes sindicais rurais de cinco municípios do seu entorno. A usina situa-se no município do mesmo nome, congregando ainda os municípios de Água Preta, Palmares, Maraial, Jaqueira e Xexéu, todos no Estado de Pernambuco (MELO NETO, 2005)

A autogestão pode ser compreendida, portanto, como uma forma de promoção da democracia em instituições sociais em que trabalhadores são os sócios e os sócios

³⁵ Ver a tese doutoral de Ronbinson Janes, defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, intitulada Autogestão e educação popular: o MST, 1998, apud Melo Neto:2005.

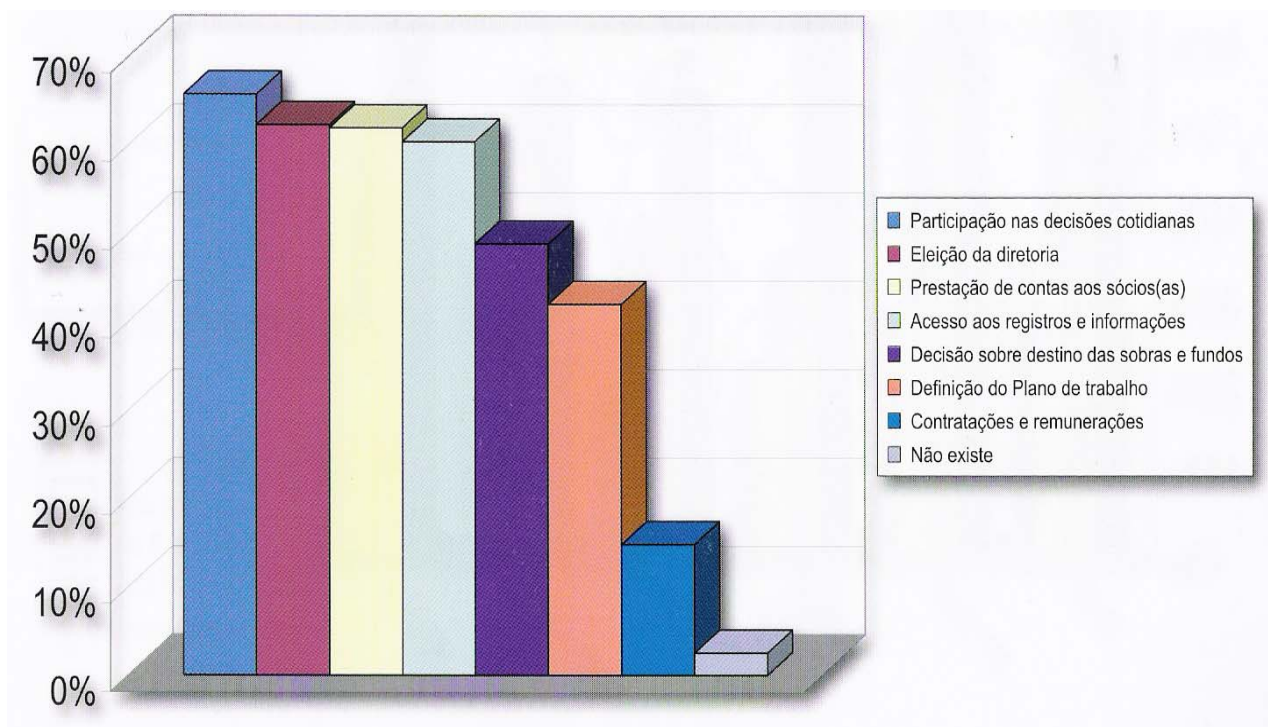
são os trabalhadores (SINGER, 2000). É uma visão avessa aos tantos instrumentos de promoção de participação prisioneira da hierarquização, no campo da democracia formal. Singer considera, todavia, essas formas interessantes, porém limitadas, se comparadas ao exercício democrático vivenciado diretamente pelos próprios trabalhadores. Este é um exercício gestor que pressupõe o desaparecimento da propriedade privada, em todas as empresas. Este tipo de autogestão, em momentos de transição de modelos de capitalismo ao socialismo, é visto por Mandel (1988) “como um melhor modelo de ascensão dos trabalhadores ao poder e ao comando da decisão econômica” (COSTA, OLIVEIRA e MELO NETO, 2006, p.65).

Uma característica da perspectiva autogestionária ‘autêntica’ está na democratização e autonomia do trabalho e na sua vinculação pragmática ao mercado. Mesmo propostas de superação do capitalismo por uma forma de socialismo autogestionário presentes no movimento de economia solidária ressaltam a importância da sustentabilidade desses empreendimentos, destacando a necessidade de formação de redes de empresas solidárias e do fortalecimento do setor cooperativo como forma de viabilização da proposta de alternativa ao capitalismo. (SINGER, 1998)

No Brasil, conforme se pode constatar através da leitura do gráfico abaixo, decorrente da pesquisa realizada pela SENAES, a participação dos sócios é um diferencial na forma de gerir o empreendimento. Vejamos então:

Gráfico 09 - Formas de participação dos sócios no Brasil

(Fonte: Atlas de Economia Solidária, 2005, p. 45)

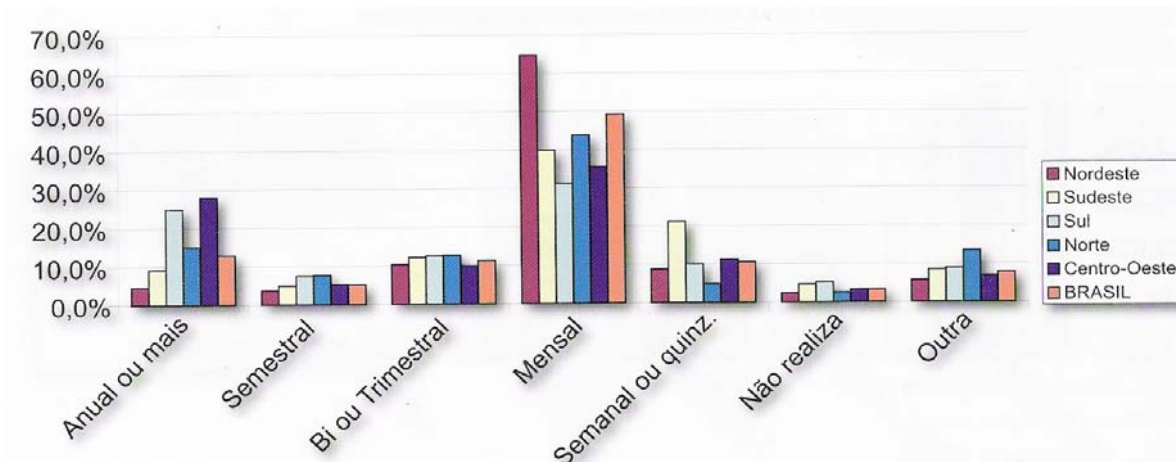


Conforme se pode perceber no gráfico acima, no Brasil, o índice mais alto de participação dos sócios está concentrado nas decisões cotidianas e na escolha da direção. Segundo a pesquisa realizada entre os empreendimentos econômicos solidários de todo o país, o SIES, os sócios informaram que o processo de prestação de contas é realizado em assembleias, em reuniões, e 60% deles têm acesso ao registro e informações do empreendimento.

Uma das formas de mensurar a participação dos sócios está em dimensionar qual a periodicidade em que ocorrem reuniões, assembleias e outras formas de organização do grupo para debate do funcionamento do empreendimento.

Nesse sentido, acompanhemos o gráfico seguinte:

Gráfico 10 - Periodicidade das assembléias ou reuniões (%) Brasil e regiões



(Fonte: Atlas de Economia Solidária, 2005, p. 44)

Ao analisarmos as informações contidas no gráfico acima, constatamos que um dado importante para avaliarmos a participação dos sócios está na periodicidade de realização das assembléias e reuniões nos empreendimentos, pois esses momentos constituem-se em espaços para avaliação dos avanços e limites vividos em cada grupo, assim como fazem surgir novas propositivas demandas do processo decisório coletivo, o que reforça a divisão de responsabilidades. Desse modo, 79% dos empreendimentos pesquisados afirmaram que realizam suas reuniões num intervalo de três meses, 49%, entretanto, apresentam periodicidade mensal, 10,5% reúnem-se quinzenal ou semanalmente e 11,2 % bimestral ou trimestralmente.

Na região Nordeste, uma situação que merece destaque é o fato de 64,5% dos empreendimentos reunirem-se mensalmente e, na região Sudeste, a periodicidade semanal ou quinzenal corresponde a 21%, enquanto que as demais regiões ficam entre 24 a 28%. Uma das explicações para este fato está no sentido de que a precarização das relações de trabalho e a oferta de poucos postos de trabalho esteja mais acentuada na região Nordeste.

6.2. Outros princípios da Economia Solidária

Além do princípio da autogestão, considerado um dos mais importantes e desafiadores, há ainda alguns princípios complementares que se constituem em características da Economia Solidária, a saber:

a) Cooperação

É um princípio marcado pela existência de interesses e objetivos comuns, com esforços e capacidades comuns, propriedade partilhada, seja ela coletiva parcial ou totalmente, bem como há também a divisão de responsabilidades ou dificuldades de forma solidária.

b) Atividade Econômica

Trata-se de agregar esforços, recursos e conhecimentos para tornar possível iniciativas coletivas de produção, comercialização, serviços, beneficiamentos, obtenção de crédito e o próprio consumo.

c) Solidariedade

Refere-se à preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e da melhoria das condições de vida dos atores envolvidos. Outro fator importante é o comprometimento com o meio ambiente, com a comunidade, com a emancipação do indivíduo e com o próprio bem-estar dos trabalhadores e consumidores, há uma preocupação mais ampla.

6.3. Alguns desafios ainda a serem enfrentados

A Economia Solidária como movimento que se consolida na busca de organização de seus atores ainda enfrenta algumas limitações, tais como a comercialização, a forma de gestão dos empreendimentos (o conflito entre a heterogestão arraigada e a proposta de um novo modelo autogestionário), bem como a própria institucionalização, que abre caminhos para a formulação de políticas públicas, mas enfrenta também o desafio de organizar-se social e politicamente para efetivar-se enquanto política de Estado.

Neste sentido, para melhor conhecer os avanços e algumas limitações da Economia Solidária, é relatada abaixo a experiência prática de dois empreendimentos econômicos solidários da Paraíba, o que possibilitará inclusive confrontar a prática dos princípios abordados até então.

6.3.1. Algumas experiências de Economia Solidária na Paraíba

Atualmente, o que se percebe na composição da sociedade, em boa parte, são cidadãos sem trabalho, excluídos do mercado e sem poder de consumo. Deste modo, cada vez mais os trabalhadores vêm sua sobrevivência ameaçada. A tecnologia, que poderia ser um grande aliado, dada a redução de tempo que ela gera na prática cotidiana, podendo contribuir para a melhoria de vida do indivíduo, vem gerando ansiedade e angústia, pois a incerteza e a competitividade são as constantes no mundo do trabalho nos dias de hoje. Este cenário vem contribuindo para e corroborando o surgimento de vias alternativas, dentre as quais destacamos a Economia Solidária.

Então vejamos:

entre as iniciativas no campo da economia dos setores populares, algumas se diferenciam quando introduzem, em seus processos produtivos, elementos que vão além da geração de trabalho e renda. Percebe-se que, em algumas iniciativas desses setores, os valores da gratuidade, da cooperação e da autogestão predominam sobre a lógica do individualismo. Princípios como democratização do saber, da convivência solidária com a natureza, da valorização da vida do consumidor, da questão de gênero são diferenciais em relação à exploração econômica na lógica convencional do capitalismo. Além disso, em alguns casos, quando ocorre uma articulação dessas iniciativas econômicas populares com outros atores sociais, contribuem para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para a sociedade. Esse tipo de atividade econômica é denominado de economia solidária. (OLIVEIRA, 2005, pp. 88-89).

Com este entendimento, são descritas, abaixo, duas experiências de Economia Solidária que se encontram em desenvolvimento na Paraíba.

Antes, faz-se necessário contextualizar e caracterizar o grupo social envolvido nas experiências de Economia Solidária:

as experiências econômicas populares e solidárias são oriundas, principalmente, de grupos com certo nível de organização, com pessoas que vêm dos movimentos populares, de lutas anteriores (mesmo que, no interior do empreendimento, sejam incorporadas pessoas que não participaram efetivamente dos movimentos, mas estão ligadas ao grupo por algum vínculo). São os excluídos do mercado, os trabalhadores rurais sem terra, sem casa, das periferias das cidades, desempregados, que decidem iniciar alguma atividade produtiva para garantir sua sobrevivência. Percebe-se que, quando as pessoas se juntam apenas para receber algum tipo de crédito e iniciar alguma atividade produtiva, têm mais dificuldades de manter o grupo produzindo na perspectiva de economia solidária. (OLIVEIRA, 2005, p. 89)

a) Projeto Ciranda Cirandinha

É destinado à confecção de brinquedos educativos artesanais, cuja finalidade maior é a promoção da sociabilidade e integração da criança e do educador favorecendo, desta forma, o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Por entenderem que grandes são as deficiências do ensino nas escolas públicas, os associados

destinaram a promoção deste projeto a um público alvo de crianças carentes, cujas limitações de acesso a formas de lazer e ensino são bastante restritas.

Desse modo, foi constituído o que hoje os associados denominam de Projeto Ciranda Cirandinha, o qual já vem atuando na cidade de João Pessoa desde o ano de 1972, sendo que, até então, o trabalho era restrito a artesanato para suvenires.

A descoberta para o trabalho educativo através dos brinquedos artesanais se deu há cinco anos, em busca da qualidade da educação.

Atualmente, o grupo transformou-se em Associação Ciranda Cirandinha e se encontra devidamente regulamentado, ou seja, registrado segundo as normas legais, uma das maiores dificuldades vivenciadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Ao analisarmos o empreendimento acima mencionado, verificamos que há uma evolução na forma organizativa, bem como na prática dos princípios de Economia Solidária, pois o grupo realiza reuniões sistemáticas para a organização do processo produtivo, bem como para a ordenação e levantamento dos gastos e necessidades identificadas, formaram parcerias com entidades públicas e, acima de tudo, estão buscando desenvolver no grupo o senso da responsabilidade comum em cada indivíduo, o foco na autogestão em que os ganhos sejam divididos, mas que eles também internalizem a idéia de que as dificuldades e responsabilidades também precisam ser partilhadas.



Fotos 07 e 08 – Associação Ciranda Cirandinha – empreendimento expando materiais na Multifeira ‘Brasil Mostra Brasil’, realizada no Espaço Cultural, em João Pessoa, no período de 06 a 15 de julho de 2007.



Vejamos trechos de alguns depoimentos dos associados ao avaliarem seu trabalho e a vinculação com a Economia Solidária:

é uma forma de incentivar as pessoas que estão fora do mercado de trabalho a se valorizar, ser valorizada e entrar novamente no mercado de trabalho com sua própria criatividade dentro do que ela pratica, o tipo de trabalho que desenvolve. A minha vida social através da Economia Solidária, eu comecei a participar e conhecer órgãos públicos e pessoas que incentivaram com conhecimento sobre Economia Solidária e como desenvolver meu trabalho. Para dar um novo direcionamento, um novo rumo para minha vida. Financeiramente ainda estou esperando retorno. (Leonila – Empreendedora de ECOSOL – entrevista realizada em abril de 2007)

Embora com atuação antiga no mercado de João Pessoa, o grupo sentia-se limitado e sem direcionamento, faltava-lhe uma formação que pudesse ser agregada à atividade laboral:

a Economia Solidária é uma forma muito boa de nos direcionar, dar uma direção na vida da gente. A gente estava sem rumo, meio parado, sem saber como mostrar nosso trabalho, até que ponto a gente poderia chegar. E, hoje em dia, através do conhecimento, de informações, a gente está tendo uma direção. (Leonila – Empreendedora de ECOSOL – entrevista realizada em abril de 2007).

É uma forma de integrar as pessoas, agrupá-las e de trabalhar contribuindo uma com a outra. Foi uma forma de abrir novos horizontes e em termos de conhecimento. Ensinou-me a trabalhar em grupo, a dividir e somar. (Rita Mônica – Empreendedora de ECOSOL – entrevista realizada em abril de 2007)

b) Feira Agroecológica

A Feira Agroecológica tem seus produtos originados a partir do Empreendimento Econômico Solidário denominado **Associação da Ecovárzea**, que tem, em média, 50 produtores direta ou indiretamente envolvidos na produção. Dentre os produtos encontrados na feira destacam-se hortaliças, suplemento alimentar, gergelim, cocada, doces e frutas.

Os atores sociais que fazem parte da Feira Agroecológica estão localizados nos Assentamentos Padre Higino, em Boa Vista, Rainha dos Anjos, em Sapé e Assentamento dona Helena, em Cruz do Espírito Santo.

Inicialmente, estavam organizados através do movimento de luta pela terra e, em 21/04/1996, com o apoio da CPT – Comissão Pastoral da Terra - e do Sindicato da Região em Sapé, eles começaram as atividades da Associação da forma como se vê hoje. Através da CPT – Comissão da Pastoral da Terra, eles obtiveram formação para produção e comercialização e a Cáritas foi responsável pela formação específica em Economia Solidária, tratando das temáticas da feira propriamente dita, da produção ecológica e da economia solidária e política.

Daí em diante foi organizada uma Coordenação na Associação, que se expressa por meio de um Conselho Administrativo (composto de um Coordenador, um Vice, um Secretário e um Tesoureiro), um Conselho de Ética e um Conselho Fiscal. Aqui temos a demonstração de como funciona, na prática, a constituição de um empreendimento gerenciado pela autogestão. Porém, cabe salientar que este é um processo de exercício continuado, pois os trabalhadores não estão acostumados a essa prática. Contribuem para efetivação desse processo a participação e o controle exercido pelos sócios na organização da produção e da comercialização.

Conforme já abordado, verifica-se que a autogestão é um elemento imprescindível à Economia Solidária. Não existe Economia Solidária sem autogestão. Segundo Melo Neto (2003, p.92, citado por OLIVEIRA, 2005, p. 91),

a autogestão são maneiras de avanços para a autonomia e liberdade, porém, sob a estrita orientação dos trabalhadores. É um estilo de produção que exige a participação e, sobretudo o controle dos trabalhadores de todo o processo produtivo. No caso da Feira Agroecológica, esse processo se dá, inclusive, na fase de distribuição, isto é, na fase da comercialização dos bens produzidos

Os trabalhadores da feira demonstram ter conhecimento da sua organização e, segundo José Antônio do Nascimento, um dos dirigentes:

na feira, o grupo é quem toma a decisão e a coordenação encaminha a decisão do grupo. Eu acho que o grupo não é fechado, mas também, não está aberto a qualquer um. Tem critérios. Você tem que produzir no regime familiar; tem que ter acompanhamento tanto nosso – que somos mais antigos – quanto da equipe técnica [tem que] trabalhar a questão do meio ambiente; participar das assembléias e respeitar as decisões da maioria[...] Quem chega tem que se agregar a essa proposta nossa de trabalhar nessa questão de economia solidária (José Antônio, *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 91)

A feira expõe seus produtos toda sexta-feira, na Universidade Federal da Paraíba, desde 2002, cuja comercialização se dá de forma coletiva. Tem um fundo de participação que retém 10% do valor obtido ao final da feira daqueles associados que mantêm dívidas com a associação e 5% daqueles que não têm dívidas, de modo que se possa manter ativo um fundo rotativo no interior da associação que serve àquela própria comunidade. Deste fundo, 2% destinam-se aos gastos demandados pela própria feira, tais como a locação do transporte dos produtos, viagens, formação, alimentação de Assembléias e 3% correspondem à devolução do projeto inicialmente investido pela Cáritas, que foi de R\$ 6.000,00.

A Delegacia Federal de Agricultura – DFA - financiou um projeto no valor de R\$ 36.000,00 para 39 famílias, que gerou recursos entre R\$ 300,00 a R\$ 2.500,00 reais para cada, fruto de acordo em assembléia com devolução instituída de 50% (destinado à compra de adubos e outros insumos). Assim, dos 10% inicialmente mencionados que ficam retidos, 7% destinam-se às dívidas e 3% para a formação do fundo das feiras.

Um dos exemplos de formação que mostra o quanto a Associação está organizada e em pleno desenvolvimento foi a participação de alguns dos produtores no **II Encontro Nacional de Agroecologia**, que foi realizado no Recife, no período de 02 a 06 de junho de 2009. As propostas centrais desse Encontro eram a troca de

experiências e construção de estratégias comuns ao fortalecimento da Agroecologia, a discussão de estratégias para o enfrentamento do Agronegócio e a construção de políticas públicas que permitam a ampliação das iniciativas de fortalecimento da produção familiar pela via da Agroecologia.

Entretanto, paradoxalmente, numa economia definida e estabelecida há séculos como o capitalismo, o surgimento e a estruturação de um novo modelo produtivo não se dá de maneira tranqüila e ordenada; sobretudo, é um processo que leva tempo de assimilação e credibilidade por parte dos cidadãos em geral e até mesmo daqueles que fazem parte da Economia Solidária propriamente dita. A Economia Solidária vai permear outro aspecto da vida humana de fundamental relevância para a efetivação do trabalho no processo produtivo, que é a questão da autoestima.

A autogestão, para ser efetivada, requer o empoderamento por parte dos seus protagonistas e a autonomia dos trabalhadores em relação aos agentes externos. Em se tratando do empoderamento, entra em cena um fator fundamental, que é a autoestima das pessoas envolvidas no processo. Acreditar que elas mesmas podem mudar a realidade é algo lento e complicado para Josefa Mota, uma empreendedora: ‘No começo, quando o pessoal me chamou para fazer parte da Feira, eu não quis, achei que isso não ia dar certo, era muito exigente, tudo era novo para mim, esse negócio de comunidade, de trabalhar junto. Eu participava de comunidade, mas era aquela coisa desorganizada. Depois, o pessoal me chamou de novo. Eu fui e as coisas foram ficando mais claras, parece que foi abrindo minha mente. Hoje eu gosto tanto das assembleias que eu vou a pé, vou de bicicleta, arrumo dinheiro emprestado, mas não perco nenhuma. (OLIVEIRA, 2005, p. 93).

Assim, um dos maiores entraves para o desenvolvimento da Economia Solidária está no princípio da autogestão, pois até por uma questão cultural, desde a formação histórica do Brasil, somos acostumados à idéia de comando sempre deliberado por outrem e, nesse modelo em particular, um dos principais eixos está em despertar nas pessoas a crença de que elas são capazes de gerir seu processo produtivo e se autoregularem. Há uma busca pela autonomia do trabalhador frente ao processo

produtivo, ou seja, o foco está para além da economia, mas também na busca da emancipação do trabalhador.

O processo organizativo do grupo ocorre da seguinte forma: a Coordenação da Associação muda de dois em dois anos, segundo determinação do estatuto, tem assembleia toda última quarta-feira de cada mês, está regularizada há um ano. Houve um período em que tentaram manter a assembleia de dois em dois meses, mas perceberam muitos atropelos e retomaram a ideia de realização mensal.

Segundo Luisinho (um dos empreendedores do grupo), “depois de terminada cada feira tem uma reunião e se conclui com uma oração. Atualmente dispomos de 20 barracas que ficam constantemente na Universidade e utilizamos dois caminhões fretados por semana”.

Atualmente contam com um público alvo bastante diversificado e os produtos têm tido muita saída. “É um desafio que cresce e se fortalece a cada dia, pois todos juntos ficamos mais fortes, mas os problemas de pensar juntos também são muitos. A gente ainda precisa se educar muito e o dia-a-dia tem ajudado muito nesse sentido”. (Luisinho, entrevista realizada em maio de 2007).

Desse modo, destacamos que, mesmo realizando troca de experiências, a capacitação e o trabalho educativos continuado não podem ser deixados de lado; enfim, a formação é outro elemento crucial para a consolidação da Economia Solidária. Há diversas instituições de fomento à Economia Solidária atualmente em exercício, como a Cáritas Brasileira, as diversas incubadoras espalhadas pelas universidades de todo o país, as Assessorias. Enfim, entre outras já citadas, todas se constituem em estratégias de divulgação e capacitação dos movimentos sociais em Economia Solidária, de modo que seus distintos agentes tenham acesso às políticas públicas em implementação pelos entes federados, seja no âmbito do Governo Federal pela parceria entre os Ministérios

MDA, MDS e no próprio Ministério do Trabalho e Emprego, com a constituição de uma Secretaria específica, a SEANES, ou até mesmo nas ações implementadas pelos governos estaduais e municipais.

Ninguém muda uma realidade que desconhece. A problematização de uma realidade, a partir de uma situação dada, em muito contribui para que seus atores possam sair do processo de desumanização em que vivem, buscando novas possibilidades. Os intercâmbios de experiências levam não só o que testemunha (aquele que vai conhecer a experiência), mas também aquele que dá o testemunho (expositor) cada vez mais à ação. (OLIVEIRA, 2005, p. 103)



Fotos 10 e 11 – Atividades da Feira Agroecológica durante a realização da I Feira Estadual de Economia Solidária em 2004 – 02 anos de atuação na UFPB (atualmente 05 anos atividade)



Assim, com base nas experiências abordadas e nos pressupostos teóricos, verifica-se, segundo a Cartilha “25 anos de Economia Solidária”, produzida pela Cáritas Brasileira, que as iniciativas de Economia Solidária, ao contrário de repetir o modelo que todos nós conhecemos (patrão X empregado, opressor X oprimido), podem determinar e fortalecer uma cultura que é diferente do sistema capitalista dominante. As relações sociais estão aí para serem recriadas, reinventadas. E muitas vezes é isto o que acontece dentro dos grupos populares.

Os grupos estão criando uma forma própria de lutar pela sobrevivência, métodos de administrar, gerenciar e remunerar o trabalho por eles desenvolvido, onde se re-descobrem as virtudes produtivas, ecológicas, associativas, cooperativas e sociais. É um jeito de trabalhar junto com a família e com amigos que é resgatado, revalorizado, e que é capaz, inclusive, de reconstruir uma cultura local, fortalecendo a criação de um círculo virtuoso. Enquanto os supermercados deram lugar somente ao leite de caixinha,

aos enlatados, às frutas e verduras dos grandes empresários e latifundiários, os grupos populares costumam fazer um doce, um queijo, ou um artesanato diferente, que revela uma maneira de trabalhar que foi passada de pai para filho, que pertence a uma determinada comunidade. Os produtos acabam tendo gosto e cheiro local.

Constata-se, ao longo das narrativas realizadas sobre as experiências em Economia Solidária, na Paraíba e no país de modo geral, que há o fortalecimento do poder local, o empoderamento dos indivíduos, a preocupação com a preservação dos recursos naturais, o respeito às diferenças (gênero e raça, por exemplo) e o resgate do exercício da cidadania, na medida em que cada ator envolvido se sente produtivo, gerando renda para sua família, situado no grupo social em que convive, abrindo espaço para a concretização de outra forma possível de desenvolvimento.

7. UMA NOVA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

Com a globalização e a consolidação das doutrinas neoliberais, o desemprego tornou-se o grande problema da atualidade. O desenvolvimento tecnológico e a competição em escala mundial aumentaram a produção e, procurando reduzir custos, não só dispensaram mão-de-obra, criando uma massa de desempregados, como, em muitos sentidos, deterioraram as condições de vida dos trabalhadores pela perda de conquistas sociais históricas e aumento do setor informal.

Conforme afirma o professor Gabriel Kraychete (2000, p.35),

as condições de trabalho necessárias à reprodução da vida de parcelas crescentes da população não vêm sendo proporcionadas nem pelo mercado capitalista de trabalho, nem pelas cada vez mais restritas ações compensatórias do Estado.

Nesse sentido, têm surgido, nas últimas décadas, alternativas que se propõem a solucionar o problema da exclusão crescente de uma parcela cada vez maior da população. A Economia Solidária é uma das alternativas discutidas na atualidade.

Mais do que uma reação à crise do trabalho (precarização e desemprego estrutural), ou uma estratégia de sobrevivência enquanto o emprego não vem, o fortalecimento da Economia Solidária liga-se à germinação de alternativas de transformação de cenário nos modos de produção e reprodução social em que os valores como cooperação, solidariedade e igualdade são concretamente praticados, ou seja, busca-se um projeto de mudança para a sociedade de um modo geral, não apenas restrito a algum aspecto particular.

A hipótese central deste trabalho reforça a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, sobretudo local, uma vez que os ambientes de desenvolvimento local estão focados na construção democrática de práticas capazes de estimular novos

padrões de relação produtiva, sob uma perspectiva de sustentabilidade social e ambiental.

No seio da Economia Solidária aprofundou-se uma concepção de desenvolvimento sócio-econômico que é ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente dinâmica, reorganizando os processos de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, superando a contradição entre capital e trabalho com base na autogestão dos trabalhadores e autodeterminação dos povos (Euclides Mance – Conferência Nacional de Economia Solidária).

Entretanto, não se pode afirmar que a construção de um novo modelo de desenvolvimento com base na Economia Solidária será efetivamente realizado, pois há de se considerar que nenhum processo na sociedade ocorre de modo automático, mas sim depende da intencionalidade dos atores sociais envolvidos, sujeitos sociais em ação que, aliada à formulação de dinâmicas de gestão local, poderão produzir novas respostas para as transformações ocorridas no mundo do trabalho, capazes de impulsionar a democratização das relações econômicas, possibilitando inclusive o fomento de outros aspectos como a questão da qualidade de vida.

No tocante à Economia Solidária, especificamente, e às relações estabelecidas com foco no desenvolvimento, há de se considerar que, mesmo com altos índices de participação comunitária, se não houver a construção de um tecido social cooperativo capaz de suscitar empreendimentos econômicos solidários em rede, a partir de seus ambientes comunitários de construção, a efetividade desses empreendimentos ficará fragilizada.

Por outro lado, o fomento desses empreendimentos também não pode ser dissociado de seu meio territorial, pois mesmo com cadeias produtivas distantes de sua base territorial, a articulação sustentável também ficará fragilizada, dado que a construção de um modelo de desenvolvimento além da essencial participação de

sujeitos sociais também requer a criação de dinâmicas democrático-participativas que constituirão o desenvolvimento local. Mas qual a diferença desta nova proposta de desenvolvimento e o modelo atualmente vigente? Neste sentido, Singer nos traz uma contribuição:

a economia solidária é parte duma construção socialista que movimentos sociais anti-capitalistas vão erguendo; o sufrágio universal, a extensão de direitos às mulheres, jovens, idosos etc., o estabelecimento de direitos universais à aposentadoria, educação escolar, assistência à saúde e tantos outros são os tijolos daquela construção. (Entrevista realizada com Paul Singer/SENAES - fevereiro de 2007)

Qual a proposta deste novo modelo?

Uma economia que está orientada pelo valor ético da solidariedade. Isto traz conseqüências como uma economia que enfatiza o desenvolvimento sustentável e não, unicamente, o crescimento econômico. Uma economia que valoriza e destaca o trabalho da mulher que, mesmo podendo ser igual ao do homem, diferencia-se. Uma economia que traz para o centro da discussão econômica o trabalho e não a mercadoria produzida, simplesmente. Uma economia que fomenta a cidadania participativa e os valores éticos da solidariedade, diálogo, tolerância, promovendo a liberdade das pessoas, com o exercício da autogestão. (Entrevista realizada com Prof. Zé Neto/UFPB – fevereiro de 2007)

Ainda assim, nos parece importante ampliar o conceito de desenvolvimento.

Para Sen (2000), uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além de variáveis relacionadas à renda. O desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.

É fator incontestável na sociedade pós-industrial a preocupação com a implementação de modelos de desenvolvimento social que diminuam a grande lacuna existente entre ricos e pobres.

Sen (2000, p.9) comenta que há um paradoxo emergente na humanidade:

as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a idéias e ideais interativos, entretanto, vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão preocupantes.

O novo paradigma de desenvolvimento pode ser visto de maneira bastante simplificada: “desenvolvimento deve melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)” (FRANCO, 2000, p. 36).

Vale destacar a idéia de que desenvolvimento social significa desenvolvimento não-desigual, isto é, desenvolvimento com extinção de desigualdades, com inclusão social. Isto supõe a articulação de diversos fatores econômicos e extra-econômicos, como conhecimento e poder, além de renda e riqueza. A dinamização do desenvolvimento econômico, quando desvinculada de processos de conhecimento e poder, resulta, quase sempre, em concentração de renda e riqueza, combinada com exclusão social (DE PAULA, 2001).

Tais fatores remetem diretamente às noções de capital social (poder) e capital humano (conhecimento). Segundo Kliksberg (2001), o capital social transformou-se, neste final de século XX e início de século XXI, numa categoria fundamental nas análises sobre o desenvolvimento, sendo demonstrado seu peso nos resultados macroeconômicos, na estabilidade política e no desenvolvimento social. Por sua vez, a promoção do capital humano aparece também como um ponto central de um modelo renovado de desenvolvimento (KLIKSBERG, 2001).

Deste modo, além do capital humano, identificamos no capital social um dos fatores diferenciadores para geração deste novo modelo de desenvolvimento.

Neste sentido, entendemos como necessário maior detalhamento acerca deste conceito, tomando-se como referência o quadro abaixo numa abordagem de Millani (2002, *apud* CANDEIAS, 2005, pp.67-70):

Autor	Definição	Variáveis	Ênfase	Benefícios
Pierre Bourdieu	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.	A durabilidade e o tamanho da rede de relações. As conexões que a rede pode efetivamente mobilizar.	Parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, simbólico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem.	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados.
James Coleman	O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade (entity), mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.	Sistemas de apoio familiar. Sistemas escolares (católicos) na constituição do capital social nos EUA. Organizações horizontais e verticais.	Adepto da teoria da escolha racional (e de sua aplicação na sociologia), acreditava que os intercâmbios (social exchanges) sociais seriam o somatório de interações individuais.	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação à outra pessoa ou grupo social.
Robert Putnam	Refere-se a aspectos da organização social tais como redes, normas e confiança, que facilitam coordenação e cooperação para	Intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de	Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe a dimensão econômica; as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de	Individuais e coletivos.

	benefício mútuo.	futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado.	desenvolvimento, e não o contrário. A performance institucional está condicionada pela comunidade cívica.	
Mark Granovetter	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais (embeddedness). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.	Duração das relações consideradas positivas	Granovetter critica As duas visões do comportamento econômico: a visão neoclássica, que ele qualifica de subsocializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectados das relações sociais; e a estruturalistas e marxista, que ele qualifica de super-socializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total de seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem.	O capital social seria um bem público e um bem privado ao mesmo tempo.
John Durton	Corresponde ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação – que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem.	Confiança. Reciprocidade. Cooperação.	O capital social está para o plano das condutas e estratégias como o capital cultural está para o plano abstrato dos valores, princípios, normas e visões de mundo. Tipologia do capital social: individual (relações entre pessoas em redes egocentradas), grupos (extensão de redes egocentradas), comunitário (caráter coletivo, ser membro é um direito), de ponte (acesso simétrico a pessoas e instituições distantes), de escada (relações	De individual a social (de acordo com a tipologia de capital).

			assimétricas que, em contextos democráticos, empoderam e produzem sinergias) e da sociedade como um todo.	
David Robinson	Refere-se a um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Essa rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e a produzir benefícios comuns.	Relações de confiança. Oportunidades de interação e lugares de encontro. Obrigações recíprocas. Acesso ao conhecimento.	O capital social é cumulativo e pode aumentar em função de: ambiente legal e político, termos do compromisso (quais são os valores que dominam no sistema social?), regras do compromisso (formas assumidas pelas relações sociais e transparência das informações) processos de interação (deliberação)	Benefícios comuns (que satisfaçam, ao mesmo tempo, o indivíduo e a coletividade, por meio de negociação).

Fonte: Milani (2002)

Segundo Candeias (2005, pp.70-71), a confiança tem se mostrado como fator fundamental para se gerar o elo entre os indivíduos, possibilitando assim o surgimento de capital social. Vale ressaltar, no entanto, que o que origina uma relação de confiança entre indivíduos, muitas vezes, escapa ao modelo estipulado pela razão utilitarista, imposta pelo cotidiano das relações capitalistas, ou, como diria Marcel Mauss, não são necessariamente os parâmetros do mercado ou do contrato que impulsionam estes laços sociais baseados na confiança. Assim, nos aproximando da perspectiva do paradigma do dom, observamos que, nas relações de confiança, assim como “na ação social, certamente entra o cálculo e interesse, material ou imaterial, mas não há somente isso: encontra-se também obrigação, espontaneidade, amizade e solidariedade, em suma, dom”. (CAILLÉ, 2002,p.15, *apud* CANDEIAS, 2005).

Assim, que associação poderíamos fazer na possível relação entre Economia Solidária e Capital Social?

O capital social pode ser um elemento fundamental na geração de confiança e, deste modo, é importante na Economia Solidária, se considerarmos que seu princípio norteador é a solidariedade. Contudo, não basta apenas essa relação estabelecida pela confiança e solidariedade, mas é imprescindível que haja um sentimento de pertença instaurado no grupo, pois isto possibilitará a criação de uma identidade que unirá essas pessoas, criará um coletivo a partir do momento em que cada indivíduo se sente pertencente ao mesmo grupo, que será efetivado num ambiente configurado a partir da formulação de redes, seja para produção, consumo, ou até mesmo como estratégia de enfrentamento das dificuldades, tais como a falta de acesso à matéria prima, a incentivos financeiros ou a equipamentos.

O capital social e a Economia Solidária, com a formulação de redes, são elementos que, associados, podem fortalecer o surgimento de uma nova forma de desenvolvimento: local, sustentável e responsável pela geração de uma nova forma de vida social e não apenas econômica.

Essa relação poderá denotar o que Candeias (2005, p.73) vai definir como círculo virtuoso,

no qual o investimento em capital social gera as condições para o desencadeamento de ações no campo da economia solidária as quais por sua vez, impulsionam o desenvolvimento local, fator que corrobora para o aprimoramento e expansão do capital social existente, retomando assim todo o círculo.

Entretanto, apesar de suas vantagens comparativas em relação ao capitalismo, para se tornar efetivamente um modelo de desenvolvimento justo, sustentável e democrático, a Economia Solidária ainda carece de instrumentos públicos de apoio e reconhecimento que, historicamente, os empreendimentos capitalistas

tiveram. Sem as condições fundamentais de acesso ao financiamento, infra-estrutura, incentivos tributários e fiscais, assistência técnica adaptada às suas especificidades e ao conhecimento e tecnologia, os empreendimentos de Economia Solidária estão fragilizados e impossibilitados de manifestar plenamente essas vantagens comparativas que implicam perspectivas diferenciadas de desenvolvimento. É preciso fortalecer e dar condições, através de seu reconhecimento, à Economia Solidária, para que a agenda de desenvolvimento se transforme.

Neste sentido,

não há uma política profunda de apoio à economia solidária. Esse apoio, sempre tímido, começou no governo FHC quando se fundou o Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – no Ministério da Ciência e Tecnologia. Ele foi praticamente desativado, mas muito tarde no primeiro governo Lula foi reativado. Também o governo Lula, através de editais de vários ministérios, tem dado apoio em termos de projetos para financiamento e recursos para empreendimentos solidários. Mas o montante disso está muito aquém das reais possibilidades e necessidades dos empreendimentos solidários. Não existe uma política creditícia digna do nome para a pequena produção. Não existe uma política coerente para as fábricas recuperadas, isto é, tomadas pelos trabalhadores. (Entrevista realizada com J. Brendan, membro da INCUBES/UFPB – fevereiro de 2007)

Para isto, será necessário conquistar mudanças em duas frentes: o aprimoramento dos empreendimentos econômicos solidários por meio da autogestão e da construção de redes de formação, produção e comercialização e a necessidade de fortalecimento ideológico na luta contra o capitalismo e da criação de legislação apropriada para a participação em investimentos e acesso a fundos públicos, criando-se um marco legal adequado aos atores.

Tal situação apresentou grandes avanços após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Entretanto, na visão do próprio Secretário, essa ação ainda é incipiente para o que se deseja de fato, embora seja um marco histórico.

Vejamos:

A institucionalização da economia solidária está longe de completa. Por enquanto o que há é o apoio de governos locais, estaduais e da união e o início de legislação estadual que lhe proporciona status legal. A economia solidária é recente e deve sofrer ainda grandes mudanças, de modo que não é oportuno que ela seja enquadrada em regras rígidas, delimitando a economia solidária dos demais modos de produção. (Entrevista realizada com Paul Singer/SENAES – fevereiro de 2007)

Outro aspecto da economia da solidariedade é a articulação interinstitucional, através da constituição de parcerias - a tendência que induz à formação de associações para estabelecer ligações, para viver dentro de outro organismo e para cooperar. Nas comunidades humanas, parceria significa democracia e poder pessoal, pois cada membro da comunidade desempenha um papel importante. Combinando o princípio da parceria com a dinâmica da mudança e do desenvolvimento, pode-se utilizar o tempo da co-evolução, de maneira metafórica, nas comunidades humanas. À medida que uma parceria se processa, cada parceiro passa a entender melhor as necessidades dos outros. Numa parceria verdadeira, confiante, ambos os parceiros aprendem e mudam – eles co-evoluem (CAPRA, 1997).

Como funciona hoje a articulação da Economia Solidária institucional?

Num país como o Brasil – como, aliás, em quase o mundo inteiro – as instituições são hostis à economia solidária. A legislação, a burocracia, a inadequação de políticas públicas (notoriamente no tocante ao crédito) não leva em conta as aspirações da economia solidária. Não sou otimista sobre o futuro da economia solidária no atual governo nem vejo sinais do triunfo de um futuro governo que abra mão para novas instituições e políticas públicas favoráveis à economia solidária. O atual clima de países como a Venezuela, a Bolívia, o Equador e talvez a Nicarágua também demonstra uma vontade revolucionária de criar uma nova ordem que prometa ser favorável a um aprofundamento da democracia ao invés da viciada compreensão formalista e burguesa do termo. Isso valerá desde que não caiam no erro do estatismo. Pois o contrário da visão capitalista não é a direção de empresas pelo Estado, pelo menos não de forma hegemônica, mas sim uma nova forma de propriedade, a saber, os meios de produção controlados pelos trabalhadores fiscalizados pela sociedade, pelos consumidores. Se trataria de uma nova forma de

propriedade, nem capitalista nem estatista (erroneamente taxada de *socialista* ao longo do século XX).

O crescimento da economia solidária mundo a fora poderá ser facilitado por pesadas crises do capitalismo e não creio que este não seja dissolvido em razão de suas próprias contradições congênicas em alguma altura do século atual. (entrevista com J. Brendan, membro da INCUBES/UFPB – fevereiro de 2007)

E os movimentos sociais, como participam dessa articulação para a criação de um novo modelo de desenvolvimento?

Qual o papel dos movimentos sociais nisso? O caso do Brasil não parece prometer muito, pelo menos não de imediato. No Equador o movimento indigenista já elegeu um novo presidente e o depôs após sua traição da causa popular, mas agora acaba de ser um dos maiores responsáveis pela eleição de outro presidente que prometeu uma constituinte e já age em prol da integração da América Latina.

A burguesia mundo a fora pode tolerar a economia solidária na medida em que esta age em áreas de produção e nichos de mercado onde ela própria não quer investir. Também alguns de seus elementos poderão reconhecer que ela é útil na medida em que ela diminua o desemprego, o qual é um perigo para o tecido social. Mas ela nunca afinará cultural e ideologicamente com a economia solidária. Se não fosse assim, como entender sua recusa de facilitar leis favoráveis a esse desenvolvimento alternativo?

A história dá muitas voltas. É preciso ter muita paciência e teimosia, agarrar a causa com unhas e dentes a ponto de provocar mudanças históricas. Temos aí o caso dos países latino americanos referidos acima. Eles são casos inacabados, é verdade, pois não existe um fim da história como pensa Fukuyama, mas é preciso manter a esperança. Sem ela a economia solidária jamais conquistará espaços institucionais em escala significativa. (Entrevista com Prof. J. Brendan, membro da INCUBES/UFPB – fevereiro de 2007)

Mas acredito que o movimento está buscando sua identidade e o governo se aprofundar na política pública. Hoje temos Secretaria, Conferência e Conselho Nacional. O espaço do movimento é na sociedade, organizando o povo e debatendo política pública. (Entrevista realizada com Sandro Gomes/FEES – fevereiro de 2007)

Vejo a economia solidária e outras denominações desse tipo de ver e fazer economia (social, comunhão, economia solidária popular..... e outras) como um movimento social internacional. Aqui, no Brasil, de forma peculiar, ela está trafegando no campo da institucionalidade em decorrência de se ter um governo no estilo Lula. Um movimento social precisa ter autonomia para a sua existência. A economia solidária ao se transformar em institucional adquire outra formatação fora da tradição de visão do movimento social. (Entrevista realizada com Prof. Zé Neto/UFPB – fevereiro de 2007)

A ES permite pensar a dimensão econômica de um modelo alternativo de desenvolvimento. Durante muito tempo os movimentos sociais, onde tenho origem, tinha certa aversão à questão da organização dos projetos econômicos alternativos e comunitários. A prioridade era a luta social para mudar o sistema econômico sem explicitar o que seria essa mudança, o que deveria ser colocado no lugar do que hoje é hegemônico. A autogestão estava em baixa, esquecida. Com a ES, é possível conceber uma alternativa que se constrói desde já e que pode levar a uma mudança no futuro. Não é apenas uma promessa; é algo que já acontece na realidade e, por isso, deve ser apoiada, incentivada ao máximo para elevar a disputa na sociedade entre diferentes modos de produção. Nesse sentido, a ES recupera e atualiza valores de uma sociedade socialista, negando práticas centralizadoras e anti-democráticas, e valoriza a autogestão como um dos pilares do socialismo. Essa, a meu ver, é a principal contribuição da ES na minha vida: atualizar o sentido da luta para transformação social e não perder o horizonte futuro de uma sociedade socialista. (Entrevista realizada com Roberto Marinho/SENAES – fevereiro de 2007)

Os diferentes relatos nos mostram algumas contradições ainda existentes, a exemplo da separação entre a atuação da Economia Solidária como movimento social, que se encontra no seio da sociedade civil, com bandeiras próprias; e a institucionalização, por meio de um ministério que busca interface com outros e a elaboração de políticas públicas que venham a fortalecer essa nova proposta de desenvolvimento. Ainda há no próprio movimento a preocupação com amarras políticas, inclusive locais, acirradas pela busca de domínio político. Disputas internas são visíveis no próprio Fórum Estadual de Economia Solidária. Entretanto, um ponto é pacífico na análise: todos reconhecem o crescimento que a ECOSOL vem apresentando e as potencialidades envolvidas nesse processo apontam para a efetivação de um outro modelo de desenvolvimento como algo possível e não apenas interpelado em utopias ou idéias de militantes. Porém, há certa reserva e alguma desconfiança entre os dois pólos, o que é salutar, pois a própria relação capital e trabalho é dotada de conflito. Qual a melhor forma de equacioná-lo?

Por outro lado, para essa nova formulação, o conceito de rede veio a ganhar uma dimensão mais profunda, como chave interpretativa de grandes tendências do processo histórico em curso. Nesta direção, vem sendo apontada a expansão penetrante das redes como a nova morfologia social das nossas sociedades, no sentido de que as funções e os processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes (CASTELLS, 1999).

Para Castells (1999), a diversidade, uma pluralidade de componentes realmente divergentes, só pode manter-se coerente em uma rede. Nenhum outro esquema – cadeia, pirâmide, árvore, círculo, eixo – consegue conter uma verdadeira diversidade funcionando como um todo.

E, diferentemente de cadeias lineares de causa e efeito, as relações entre os componentes de uma rede envolvem múltiplos laços de realimentação (CAPRA, 1997), como se fossem agentes e re-agentes, a ponto de perder sentido a idéia de origem e destino, emissão e recepção.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 82), a importância da tecnologia de formação de redes locais está nos seguintes aspectos:

- a) cria novas interações entre as pessoas, fortalecendo laços de amizade, familiares e novas opções de trabalho e recreação;
- b) ajuda a moldar as práticas e valores individuais, grupais e coletivos, aguçando a percepção e a visão social das pessoas;
- c) conecta indivíduos, grupos, regiões e organizações;
- d) ajuda a construir novas formas de convivência;
- e) contribui para a superação de problemas sociais através da definição coletiva de objetivos, articulação de pessoas e instituições;
- f) disponibiliza “saberes distintos” e os coloca a serviço do interesse coletivo;

g) constrói vínculos mais fortes e consistentes entre as pessoas, grupos e instituições;

h) promove acordos de cooperação e alianças;

h) cria e amplia alternativas de ação.

A relação que se constrói entre poder/rede tem implicações diretas no debate sobre desenvolvimento, uma vez que não se acredita que um processo de desenvolvimento possa ser sustentável no longo prazo se não houver horizontalidade no processo e empoderamento dos atores responsáveis por conduzi-lo.

Assim, no caso específico da Economia Solidária, podemos afirmar que capital social e a articulação em redes (criação de parcerias interinstitucionais e entre movimentos sociais) podem ser dois elementos essenciais que, associados à administração das relações de poder de forma associativa, podem erigir um novo modelo de desenvolvimento, local, fortalecido e com prerrogativas de sucesso para os atores envolvidos, uma vez que os mesmos são agentes diretamente responsáveis pelo processo de sua construção. São sujeitos em ação.

Para Santos (2002), a globalização neoliberal está sendo confrontada pela globalização alternativa, contra-hegemônica, organizada da base para o topo das sociedades. A “outra globalização”, denominada pelo autor, é constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que, nos diferentes cantos do globo, se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal.

Na visão de Giddens (1998), programas convencionais de socorro à pobreza devem ser substituídos por abordagens centradas na comunidade, que permitam uma

participação mais democrática, além de serem mais eficazes. Para este autor, a formação de comunidades enfatiza as redes de apoio, o espírito de iniciativa e o cultivo do capital social como meio de gerar renovação econômica em localidades de baixa renda.

Nesse sentido, como podemos avaliar essa participação comunitária, coletiva, nos empreendimentos econômicos solidários, a partir de sua atuação realizada em redes?

O diferencial demonstrado por essas empresas parece ter, em seu cerne, o mesmo fator identificado em pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul (Gaiger, 1994; Gaiger et al, 1999), focalizando cooperativas populares de diversos ramos, além de organizações congêneres. Trata-se do *ciclo virtuoso* propiciado pelo *desenvolvimento da autogestão e da cooperação no trabalho*. Em outras palavras, a força desses empreendimentos reside em sua capacidade de conciliar, simbioticamente, as relações de trabalho que lhes são próprias com os imperativos de eficiência, de modo que a própria cooperação converta-se em viga mestre de uma nova racionalidade sócio-econômica: o *solidarismo empreendedor*. Assim sendo, a busca de resultados vale-se das potencialidades do trabalho consorciado, em favor dos próprios produtores e no interesse da sobrevivência do empreendimento. (GAIGER, 1999)

Destacamos, ainda, que

Entre outros: a importância da cooperação é reconhecida, havendo estímulo e práticas de participação, orientadas para o consenso e a co-responsabilidade; aceitam-se desafios de produção e quotas extras de contribuição, com menor índice de conflitos; há uma disposição para que se proceda a uma equiparação de ganhos, comparativamente à realidade do mercado; valoriza-se o potencial de competência, com acentuada consciência da necessidade de educação de base e de formação profissional; observa-se preocupação com o meio-ambiente; associados à seriedade nas relações com os clientes, a qualidade e o custo de produção tendem a

ser tornar vantagens competitivas (Peixoto & Lopes, 1999, citado por GAIGER, 1999).

Assim, o desenvolvimento humano é visto como o objetivo maior da atividade produtiva e criativa. O novo paradigma propõe que a propriedade e a gestão dos bens produtivos sejam atribuídas aos que os trabalham. A dimensão politicamente inovadora deste paradigma está em conceber cada pessoa, cada cidadão ou grupo de cidadãos como o sujeito potencialmente ativo e criativo do seu próprio desenvolvimento. Seu empoderamento econômico, político e cultural passa a ser o objetivo principal dos sistemas de decisão e da atividade educativa, desde a educação básica até a universidade. A educação é um elemento central nessa nova proposta de desenvolvimento.

As cadeias produtivas e redes reprodutivas se reconstroem, então, fundamentalmente de baixo para cima e de dentro para fora. Os valores da cooperação, do respeito à diversidade, da complementaridade e da solidariedade passam a prevalecer sobre o da competição e do egocentrismo. Um mundo do trabalho emancipado, das necessidades de cada um e de todos, sendo continuamente satisfeitas por cada um e por todos, passa a ser possível.

7.1. Políticas Públicas de ECOSOL

A economia solidária no Brasil é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza. Ela é composta por atividades socioeconômicas que têm primado pelo trabalho sobre o capital, de caráter cooperativo/associativo e autogestionário, que produz trabalho e riqueza, e tem

potencial para promover a inclusão cidadã e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.

O estabelecimento de políticas públicas de Economia Solidária, instituídas como direitos perenes, torna-se parte da construção de um Estado republicano e democrático, pois este precisa reconhecer a existência desses novos atores, novos sujeitos sociais, de novos direitos de cidadania e novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à Economia Solidária é dar-lhe propulsão e suporte por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados ao reconhecimento e ao fomento desse segmento.

Qual o maior desafio da Economia Solidária, hoje?

Eis o desafio: avançar no reconhecimento do direito à outra economia, que conduza a outro modelo de desenvolvimento. Este direito será uma conquista dos sujeitos políticos que constroem a economia solidária no Brasil e que reivindicam o reconhecimento do Estado brasileiro na forma de instrumentos efetivos de políticas públicas e programas de Economia Solidária, com participação e controle social.

Desse modo, a Rede de Gestores entende que o fomento à economia solidária é uma política de desenvolvimento, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatórias. A economia solidária tem potencial também para ser uma estratégia emancipatória para beneficiários dessas políticas. Por ser política de desenvolvimento e por se voltar para um público que historicamente tem ficado excluído, ou que vem progressivamente ampliando os graus de pobreza e exclusão social, demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas de Governo e de Estado (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade. (SCHIOCHET. Valmor, SCHWENGBER, Ângela e MEDEIROS, Alzira, 2006, p.183)

Para que a Economia Solidária possa ser projetada como essa alternativa ao atual modelo de desenvolvimento, faz-se necessário avançar no reconhecimento de novos direitos de cidadania para as formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade.

Nesta perspectiva,

a ES é dotada de dois potenciais: é uma alternativa de política pública de trabalho e uma estratégia fundamental para um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Em relação ao primeiro, a ES é uma resposta efetiva da sociedade diante da atual crise do mundo do trabalho, sobretudo do emprego formal, valorizando as formas associadas de produção e serviços que garantem ocupação digna e renda para a população excluída. Portanto, do ponto de vista ideológico, é uma oportunidade de valorização do associativismo e da cooperação como alternativa ao empreendedorismo individualista. Em relação ao segundo potencial da ES, tem-se verificado que é uma estratégia para a organização econômica da sociedade adequada a um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Teoricamente, a ES promove a valorização do trabalho emancipado, rompe com a divisão social do trabalho, rompe com as formas de concentração da riqueza gerada pelo trabalho, promove o cuidado com o ambiente e incentiva a preservação da natureza, promove a equidade (de gênero, raça e etnia), respeita e valoriza as diferenças culturais. São esses os principais critérios de sustentabilidade do desenvolvimento. (Entrevista realizada com Roberto Marinho/SENAES – fevereiro de 2007)

Eid apresenta uma contribuição interessante ao abordar os desafios da Economia Solidária frente ao capitalismo:

talvez o maior desafio para a construção de uma forte Economia Solidária está no fato de estar inserida em uma sociedade contraditória, marcada historicamente por relações sociais e de produção capitalistas. No entanto, esse conjunto de relações é hegemônico e não totalitário. A história de lutas dos trabalhadores demonstrou ser utópica essa pretensão de incorporar todas as relações sociais numa lógica de subordinação ao capital. Há e sempre houve movimentos de resistência a esse processo. Por outro lado, a sociedade de hoje, que convive com a hegemonia da economia capitalista e com a gênese de um novo tipo de economia, é herdeira de deficiências educacionais e tem que lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos, cuja cultura predominante está fundamentada na subordinação. Por isso, enfrentar os desafios de forma objetiva, amadurecendo seus conhecimentos e culturas de grupo, buscando

desenvolver a coesão social através da responsabilização de cada um dos indivíduos para o desenvolvimento do projeto coletivo, torna-se estratégico para o sucesso dessas iniciativas autogestionárias. (EID, 2004)

Desde o ano de 2007, a SENAES, na busca de promover políticas públicas de Economia Solidária, realizou articulação junto a outros ministérios para a formulação de um documento que tem como tema “Por uma Política Pública Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária – PPNFES”, (disponível em WWW.mte.gov.br) que teve como princípio básico que a política pública nacional de formação em Economia Solidária deverá ser articulada ao processo permanente de fortalecimento (ou busca da emancipação):

- dos empreendimentos econômicos solidários e seus sócios (fortalecimento econômico, social e político e cultural);
- do movimento de Economia Solidária (articulação e estruturação dos fóruns e demais mecanismos de mobilização) e,
- da dimensão política da Economia Solidária, com sua incorporação na agenda política do país e implementação de programas de apoio massivo bem como reconhecimento legal que atenda às suas especificidades.

Além de encaminhar proposições relativas às ações necessárias para a implantação de uma política nacional de formação em Economia Solidária, há necessidade de criar canais de articulação permanente com as demais políticas e programas de formação/educação.

Políticas e Programas prioritários para a PPNFES:

- Plano Nacional de Qualificação – PNQ – (Codefat / MTE);
- Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC (MCT/MDS/MTE);
- Programa de Assistência e Extensão Rural (MDA);

- Plano Nacional de Educação (Conselho Nacional de Educação/MEC);
- Educação de Jovens e Adultos – Programa Saberes da Terra - (MEC/MDA/MTE);
- Programa Escola de Fábrica - (SETEC/MEC);
- Alfabetização – Programa Brasil Alfabetizado – (MEC);
- Programas de Inclusão Tecnológica (MCT);
- Programa de Desenvolvimento Local Integrado – (M.Integração);
- Programa Agenda 21 (MMA);
- Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (Banco do Brasil);
- Primeiro Emprego – Consórcios da Juventude (MTE);
- Pró-Jovem (Presidência da República);

As fotos abaixo nos mostram a inserção da Economia Solidária em outras ações governamentais de âmbito municipal, realizada na Paraíba, ou seja, há uma interface que começa a se estabelecer indo para além da Secretaria do Governo Federal. Agora, outros entes federados (governos municipais e estaduais) começam a estabelecer ações que fomentam a Economia Solidária em seus programas de governo.



Foto 12 - Evento PROJOVEM – realizado na Praça Pedro Américo – João Pessoa - dia 12/03/2007 (Inserção da Economia Solidária em outras Políticas Públicas)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Economia Solidária é um forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A Economia Solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Desta forma, compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas

sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Neste sentido, compreende-se por Economia Solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão, os quais foram discutidos ao longo deste trabalho.

Se tomarmos como pressuposto de análise a proposta central desta tese, que é a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento social e econômico, verificamos que, ao longo de toda a discussão aqui permeada, a ECOSOL se apresenta como uma forma de produção alternativa cuja base é formada pelas relações de cooperação, pelo fortalecimento do grupo e das comunidades sem patrão nem empregado. É um processo que, dentre outras características, destaca-se como fundamental e desafiadora a autogestão.

Esta característica (a autogestão) é a mais importante e mais complexa de ser vivenciada e identificada nos grupos de produção coletiva, sejam eles redes, cooperativas, associações, empresas recuperadas ou qualquer outra modalidade de Economia Solidária, pois o processo de tomada de decisões de forma coletiva e democrática, bem como o compartilhamento dos resultados obtidos, é uma prática que enfoca um modelo de desenvolvimento diferente do vivenciado no sistema capitalista.

É importante ressaltar que, no modo de produção capitalista, o principal enfoque está na heterogestão, ou seja, um modelo econômico em que uns recebem ordens de outros. Assim, devemos ainda considerar que, no capitalismo, uns estão submetidos a outros numa escala hierárquica de valores e participação no processo de tomada de decisão.

Em que isso se traduz na verdade? Por meio das características do capitalismo, em um modelo econômico centrado no individualismo e na propriedade privada, fatores que são motivadores do particularismo e fazem com que o sistema consolide suas práticas a partir da motivação individual, circunstância que será definidora também dos critérios de distribuição da riqueza, do produto social, que é o resultado final do trabalho humano, o qual também se reverte, em sumárias palavras, na distribuição do poder, seja na esfera econômica, política ou social, como pilar central para se dialogar sobre desenvolvimento em qualquer sociedade.

Nesse novo modelo de desenvolvimento proposto, há um enfoque social que vai para além do econômico, pois se busca uma forma de desenvolvimento cujas bases apresentam em seu esteio não apenas o componente econômico, mas a preocupação com a autonomia do trabalhador, com a preservação do meio ambiente e com o comércio justo, promovidos por meio de relações pautadas na solidariedade.

Desta forma, a Economia Solidária é entendida como uma estratégia de enfrentamento dos processos de exclusão social e de precarização do trabalho (degradação das condições de trabalho e retirada dos direitos dos trabalhadores) que acompanham o desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois séculos. O capitalismo é marcado pela contradição de produzir riqueza gerando miséria. Pelo fato de ser um sistema que vem acentuando a desigualdade social com o passar dos séculos, marcadamente evidente a partir da globalização e do desemprego estrutural, é que se ratifica a proposta inovadora e alternativa da Economia Solidária, pois, na medida em que os trabalhadores, em boa parte, encontram-se excluídos do mercado de trabalho, uma alternativa de inserção social está nesse modelo alternativo e de grande potencial, inclusive porque se tomarmos a premissa humana como referência, o homem por si

mesmo é um ser coletivo, condição precípua que passa a ser retomada a partir da ECOSOL.

A idéia é, então, dizer o seguinte: a economia solidária é uma resposta ao processo de crise de reestruturação do capitalismo. Segundo as definições da Secretaria Nacional de Economia solidária – SENAES, e de todos nós, seria possível, nessa crise, encontrar uma resposta conflitual mais cooperativa, baseada no trabalho associado. Por exemplo, o trabalho associado dos trabalhadores nas indústrias que entram em colapso, dos micros e pequenos no território: são criações de formas e emergências baseadas num choque jurídico, político e de capital social, com base no associativismo e no cooperativismo, numa visão cultural democrática de autogestão. De alguma maneira, a economia solidária está hoje tentando identificar cenários onde emergem possibilidades de maior cooperação produtiva e capacidade de associação do trabalho – dos autônomos, dos precarizados, dos micros, dos pequenos... A economia solidária aparece, então, como uma tentativa de coletivizar respostas, buscar cooperação produtiva no território, articular em rede. Ela aparece como um conjunto de respostas de sistemas que pretendem e só podem ter êxito se não for na escala microdifusa” (BOCAYUVA, 2006, pp. 24-25)

Assim, além de valorizar, promover e articular as formas cooperativas e autogestionárias de produção, comercialização, consumo, crédito etc., a Economia Solidária tem em vista a construção de um novo projeto de desenvolvimento para as sociedades em geral, que seja ao mesmo tempo sustentável, solidário, global e coletivo, argumentação central deste trabalho, uma vez que promove a inserção, no caso particular do nosso país e do nosso Estado propriamente dito, de minorias diversas tais como: o negro, a mulher, os idosos, os índios, que passam a ver na ECOSOL uma estratégia de sobrevivência e, conseqüentemente, de resgate da dignidade e exercício da cidadania.

A Economia Solidária traz como uma de suas perspectivas um processo de construção de identidade onde o indivíduo passa a ser sujeito, cidadão, um novo ator social em ação. Nas palavras de Alain Touraine (*apud* SANTOS, 1992):

chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual... A transformação de indivíduos em sujeitos resulta

da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades, e a dos indivíduos contra o mercado (1995:29-30). Assim, sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência .

O que poderia então ser o vetor impulsionador desse novo modelo? Segundo

Boaventura Santos,

o que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária. Centenas de iniciativas que tendiam a ficar isoladas e por isso debilitadas, a partir dos últimos anos passam a receber a atenção e o apoio de instituições especializadas como a Anteag, MST, Incubadoras, Unisol, ADS e Cáritas, entre outras... a construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo o esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo. (SANTOS, 2005, pp.126-127).

Além dos motivos acima expostos, ainda segundo Boaventura Santos, há algumas razões que corroboram o ressurgimento da Economia Solidária, sobretudo no tocante às cooperativas, as quais, de modo sucinto, são: 1) Os trabalhadores que atuam em cooperativas tendem a produzir mais do que empresas capitalistas, considerando-se os incentivos existentes entre uma forma e outra de produção; 2) Outro fator relevante é que se denota que, segundo vasta literatura sobre o assunto, as cooperativas tendem a ser flexíveis em suas organizações, tornando-se, deste modo, facilmente adaptáveis às mudanças e necessidades de mercado; 3) também há de se considerar que, mesmo não sendo pautadas nos princípios capitalistas, as cooperativas apresentam-se viáveis do ponto de vista do mercado, sobretudo porque são regidas por princípios como a autonomia humana e descentralização e eficiência econômica, situação que lhes dá

sustentação para funcionamento; 4) por fim, as cooperativas trazem benefícios aos cooperados para além do econômico, como exemplo, a redução da desigualdade, uma vez que todo cooperado é proprietário e tem poder de decisão igual (“cada membro, um voto”), o que reforça o princípio da democracia participativa, aliada importante na gestão, além de reduzir a desigualdade como condição de vida entre seus membros.

Não se pode desconsiderar, ainda, a importância da formação/capacitação como elemento central de construção desse novo processo produtivo.

Outro elemento a ser destacado é o aprender fazendo. Através disso, os atores experimentam como desenvolver suas idéias e abstrair das práticas as suas lições. Destaque-se o exercício da cultura da solidariedade, em que todos aprendem com todos. Na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração. Freire (1986:165) concebe que: ‘O EU dialógico sabe que é exatamente o TU que o constitui. TU é igual ao não EU, o TU se constitui como EU, ao ter no seu EU um TU, EU e TU passam a ser, na dialética dessas relações constitutivas, dois TU se fazem dois EU. (OLIVEIRA, 2005, p.103)

Com efeito, seja no Brasil, ou em particular na Paraíba, a Economia Solidária vem se apresentando como uma alternativa possível para a geração de trabalho e renda, sobretudo pelas diversas formas de organizações que já são percebidas ao longo do estado, tais como associações, cooperativas, grupos que se uniram para comercializar juntos, redes de produção, entre outros.

Por que poderíamos afirmar que a economia solidária pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento econômico e social então? Pode vir a representar um atenuante para o crescimento do desemprego?

Um dos primeiros fatores que merecem ser esclarecidos nesta abordagem é o fato de que a redução do desemprego não requer a criação dum grande número de empregos regulares, por mais que isso possa parecer desejável. Face aos constrangimentos da globalização comercial, é indispensável pensar em estratégias de

redução do desemprego mediante a expansão do trabalho assalariado no setor público e filantrópico e do trabalho por conta própria em pequenas empresas e cooperativas de produção. Para esta estratégia, a contribuição da Economia Solidária pode ser significativa pelos motivos que se seguem:

1º - Pequenas e micro empresas se viabilizam quando formam cooperativas de compras e vendas e cooperativas de crédito, para baixar custos de comercialização e financeiros; como exemplo, poderíamos citar o Banco Palmas, no Ceará, que atua sob os princípios da Economia Solidária, fomentando uma economia com moeda própria e que vem atendendo bem à população da região envolvida, servindo de modelo para outras cooperativas de crédito de mesma natureza na Região Sul do país;

2º - Cooperativas de produção, formadas em assentamentos de reforma agrária ou através da reabilitação de empresas em crise ou falidas por parte de seus ex-empregados, tornando-se cooperados, criam e preservam muitos milhares de postos de trabalho; um exemplo clássico está na Usina Catende, situada em Pernambuco, uma empresa falimentar recuperada, atualmente em funcionamento com base nos pressupostos da ECOSOL;

3º - Poder-se-ia fomentar sistematicamente a formação de cooperativas por jovens que deixam os bancos escolares, inclusive incorporando nelas certo número de trabalhadores desempregados mais velhos, experientes no ramo de negócios escolhido, assim como as mulheres, também por vezes excluídas do mercado, podendo fomentar-se a atividade econômica cooperativada até para aquelas que se encontram restritas às atividades domésticas, como é o caso de várias associações existentes em João Pessoa, Campina Grande e pelo interior do Estado, atuando na produção de artesanato, material de limpeza, alimentos e outros.

Tomando-se por base o diálogo estabelecido ao longo deste trabalho, a Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. A ECOSOL implica a reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica, implicando novos pilares para a evolução das sociedades e a preservação da vida.

Diante da análise dos dados já apresentados, os quais esperamos tenham ajudado a conformar e compreender o funcionamento da Economia Solidária, inclusive em virtude do diálogo estabelecido com alguns autores, agora relacionaremos, alguns esclarecimentos com base no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, para entendermos o que a Economia Solidária não é. Então, vejamos.

A Economia Solidária, segundo a Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de ECOSOL, não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, bem como rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual, rejeita ainda, a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza à custa da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no SUL; a ECOSOL confronta-se com a crença de que o mercado, assim como em Hobbes, é uma guerra de todos contra todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais, tanto quanto se confronta com a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma

de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.

Assim, poderíamos dizer que a definição apresentada por Verano Paez (*apud* ARRUDA, 2006) sobre a Economia Solidária ratifica a proposta central deste trabalho e, que gradativamente, vai se conformando como algo possível e concreto e não apenas interpelado no visionário mundo das idéias:

estabelecer o sistema nacional de organização produtiva em que todas as pessoas em idade ativa assumam seu autodesenvolvimento pessoal e familiar mediante sua integração na organização econômica e social, segundo sua profissão; criar fontes de trabalho produtivo através de empresas solidárias de trabalho associado na produção de bens e serviços em todas as áreas e atividades da economia nacional; democratizar a propriedade, a economia e o poder mediante o fortalecimento de um forte setor de Economia Solidária, na perspectiva da construção do Estado Social de Direito, [...], um Estado fundado na centralidade da pessoa humana, na família, na comunidade e no município, e no trabalho humano como fonte inesgotável para o desenvolvimento social, econômico, cultural e político do ser humano, dos povos e nações (PAEZ, 1998, pp.369)

Deste modo, a Economia Solidária é uma alternativa ao mundo do desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla e nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perdem o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista. Assim, a ECOSOL nega a competição nos marcos do mercado capitalista, que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país,

numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

Com uma nova proposta de desenvolvimento, a ECOSOL busca reverter a lógica da espiral capitalista, em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança. Contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação, que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

Enfim, a Economia Solidária não se confunde com o Terceiro Setor, que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores como sujeitos protagonistas de direitos. A ECOSOL afirma a emergência do novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

A Economia Solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e ao desenvolvimento genuinamente sustentável. O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas. Ao acolher e integrar de uma só vez cada pessoa e toda a coletividade, a Economia Solidária resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado.

Sendo a referência da Economia Solidária cada sujeito e, ao mesmo tempo, toda a sociedade, concebida também como sujeito, ambos coadunam-se na produção de um novo tecido social cuja eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um

empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral, que visa a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa. Assentada em redes de colaboração solidária entre os diferentes setores da sociedade organizada, ela exige o compromisso dos poderes públicos com a democratização do poder, da riqueza e do saber, e estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.

Nos modelos econômicos contemporâneos, sempre houve formas não-capitalistas de geração de emprego e renda durante o capitalismo, dentre eles situa-se a Economia Solidária. Seus fundamentos e seu modo de agir se colocam como opostos à Economia Capitalista, apresentando-se como uma alternativa aos excluídos. Não podemos retratá-la ainda como a alternativa ao sistema capitalista, mas podemos colocá-la como uma nova oportunidade dos trabalhadores frente ao desemprego e à exclusão social.

Na Economia Solidária, o trabalho e a geração de renda estão em primeiro lugar, deixando a princípio a acumulação de riquezas. É imprescindível que esta economia faça parte de uma ideologia de vida, para que possa ser colocada em prática por aqueles que fazem desta não somente uma forma de geração de emprego e renda. Para que esta economia possa atingir seu objetivo, é necessário um conjunto de crenças e valores éticos que proporcione, a cada indivíduo, a possibilidade de participar coletivamente, através dos Empreendimentos Solidários, que trazem em si os princípios de cooperação, associação e autogestão.

Para que exista a Economia Solidária, é fundamental que haja uma cultura e uma política popular e solidária, ou seja, uma mudança no modo individualista de pensar e agir do sistema capitalista, para um modelo popular e solidário, voltado para o coletivo. Não basta somente esta mudança, existem desafios para a sua integralização, tais como promover a autogestão, a educação e, principalmente, articular a produção, consumo e distribuição dos Empreendimentos Solidários com o mercado capitalista, sem perder sua identidade. É nessa articulação que as atividades populares e solidárias poderão construir uma alternativa sustentável.

Assim, não se trata de idealizar valores e práticas existentes em âmbito popular, nem a criação de uma economia alternativa ou uma economia constituída de “pobres”, mas de fortalecer e, sobretudo, resgatar a cidadania e a dignidade do trabalhador perante sua sociedade.

Entretanto, este modelo não apresenta apenas formulações positivas, mas ainda há pontos que precisam ser fortalecidos e que hoje se constituem em desafios, a saber:

a) resistência em superar a cultura paternalista que tanto inibe iniciativas e faz com que os trabalhadores esperem que façam tudo por eles;

b) medo de correr riscos no negócio e de assumir responsabilidade perante o coletivo;

c) dificuldade de gerir o negócio com competência e de maneira democrática, transparente;

d) inexistência de financiamento aos projetos viáveis. Os trabalhadores, geralmente, não têm aval e garantias. As instituições públicas e privadas, além de burocráticas, são elitistas e cheias de preconceitos: não acreditam na capacidade coletiva

nem tampouco na inteligência dos trabalhadores e exigem garantias concretas para liberação de crédito;

e) resistência de trabalhar na constituição do coletivo tomando decisões, evitando a ocorrência do antagonismo centralismo-democratismo;

f) falta de recursos, no curto prazo, para melhorar as condições de saúde no trabalho, visando tornar as empresas menos insalubres, menos perigosas e menos agressivas ao meio ambiente.

Diante do que foi exposto, mesmo com suas contradições, conclui-se que a Economia Solidária, através do coletivo e da associação dos seus membros em torno de um objetivo comum, consegue encontrar caminhos que levam à geração de emprego, renda e a uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores. Trata-se de acreditar no conhecimento, na capacidade e na potencialidade de cada um em construir uma economia paralela ao capitalismo.

Assim, este trabalho, longe de estar completo, espera ser uma porta aberta a novos e futuros estudos sobre Economia Solidária, pois vivemos um momento histórico desse movimento que, além de registrado, merece ser mais bem compreendido tanto pela sociedade quanto pela academia, uma vez que o mesmo pode ser uma grande chance, em tempos tão difíceis, de melhoria da qualidade de vida e de resgate do respeito e da dignidade humana.

REFERÊNCIAS:

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

AMADEU, Edward J. (1996). **Emprego: não legalizar a precariedade**. São Paulo: Folha de São Paulo., 11 fev., p. 2-2.

ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia solidária: desenvolvimento de baixo para cima**. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em <<http://www.pacs.org.br>>.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível - a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. Trabalho emancipado. In: CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BERTUCCI, Ademar de Andrade, SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. A nova centralidade do trabalho e o precariado: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo, pp. 19-59. In: SCHIOCHET, Valmor, SCHWENGBER, Ângela e MEDEIROS, Alzira (orgs). **Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2006.

BOMFIM, Luciano. **Trabalho, alienação e estranhamento em Marx: uma contribuição à educação**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1945.

CHAVES, Daniela Freitas; PINTO, Eileia Maria de Jesus. **Economia solidária como alternativa de desenvolvimento regional**. T&C Amazônia, Ano V, Número 10, fevereiro de 2007.

CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra. Economia solidária, desenvolvimento local e capital social. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan e MELO NETO, José Francisco. (Orgs). **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDUFAL, 2005, pp. 61-86.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix/Amaná/Key, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e economia**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA Beatriz. (Orgs). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Comportamento ideológico e formas associativas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária**. Curitiba: Mimeo, 2000.

DE PAULA, Juarez. Desenvolvimento e gestão compartilhada. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane Costa. **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Ritz, 2001.

EID, Farid. Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? In: **Experiências de formação do Programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (2000)**.

EID, Farid. Descentralização do estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? In: **Educação e sócio-economia solidária – paradigmas de conhecimentos e de sociedades**. Cácares: UNEMAT, 2004, v. 1, pp. 156-172.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FARIA, José Henrique. **O autoritarismo nas organizações**. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985a.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos)**, 2004. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 15/06/2007.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: MILLENNIUM, 2000.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 14^a ed. Rio de Janeiro, 1983a.

GAIGER, Luiz Inácio. **O trabalho no centro da Economia Popular Solidária**. Caxambu: Unisinus, 1999.

_____. Curso de Formação para Formadores em Desenvolvimento Sustentável e Solidário. **Significados e tendências da economia solidária**. Disponível em http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/6/leituras/12/Signif_tend_econ_solid.doc. acesso em 27/01/2010)

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1993.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e fordismo. In: **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 5^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRUPO de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária/FSM. **Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Grafthaly, 2003.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

KLIKSBERG , Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2001.

KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA Beatriz. (Orgs). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

KRUPPA, Sônia Maria Portella. A Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: Mello, Sylvia Lesser. (org.) **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NEOSOL- USP, ITCP-USP.PW, 2005.

LARANJEIRA, Sônia. M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antônio David. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes, 2002 ,pp. 123-127.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Apresentação no II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – UNICAMP, em 20/03/2002. Disponível na Internet via <http://www.ecosol.org.Br/Noelle.doc>. Acesso em março de 2007.

LIMA, Ana Luiza M. C. **O fenômeno da economia solidária**: reflexões em um campo de estudo controverso. Integração[revista eletrônica], 2003. Disponível em: <<http://integracao.gvspbr/ano6/04/administração.htm>. Acesso em março de 2007.

LIMA. Jacob Carlos (org). **Ligações perigosas**: trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Annablume, 2007.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia solidária e autogestão**: imprecisões e limites. (pensata) RAE, Vol.45 Nº.3 Jul/Set 2005. pp.109-115.

MACDONALD, José Brendan. A autogestão enquanto modo de produção e algo mais. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan e MELO NETO, José Francisco. (Orgs). **Economia solidária e autogestão**: ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: EDUFAL, 2005, pp. 41-59.

MANCE, Euclides André. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, Ifil, 2003.

MANCE, Euclides André. **Fome zero e economia solidária**: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil. Disponível em www.mte.gov.br, acesso em fevereiro de 2005.

MANUAL DO USUÁRIO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. Brasília: MTE/SENAES, 2004.

MARTINS, Juliano Rodrigues. GASPARIN, Leandro Martins. **Logística solidária**: consolidação, armazenagem e distribuição de produtos das redes solidárias no Brasil. São Paulo: Scortecci, 2005.

MARX, Karl & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 10ª ed. São Paulo: Hucitec., 1996.

_____. **O manifesto comunista**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Eric. **Conceito marxista do homem**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro, Volume I, 8ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Vol I. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

_____. **O capital**. Volume I. Livro primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1984a.

MELO NETO, Francisco de Paulo & FROES, César. **Empreendedorismo Social**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2002.

MELO NETO, José Francisco. Autogestão. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan e MELO NETO, José Francisco. (Orgs). **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDUFAL, 2005, pp. 09-39.

MELLO, Sylvia Leser de. Saber e fazer, fazer e aprender: escola itinerante, política pública e Economia Solidária. In KRUPPA, Sonia M. Portella (org). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005, pp. 47-53.

MORAES, Reginaldo C. Correa de. **Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa**. Primeira versão n. 73. Campinas: IFCH-Unicamp, março de 1997.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e economia solidária. In: **Democracia e autogestão**. São Paulo: Humanitas, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Setor informal. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA Beatriz. (Orgs). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 87-131.

OLIVEIRA, B. A; VERARDO, L. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO. IN: FBES (ORG). RUMO À IV PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: CADERNO DE APROFUNDAMENTO AOS DEBATES, 2007. DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.FBES.ORG.BR/INDEX.PHP?OPTION=COM_DOCMAN&TASK=CAT_VIEW&GID=406&ITEMID=18](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=406&Itemid=18). ACESSO EM 10/01/2008.

OLIVEIRA, ROSÂNGELA ALVES DE. ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO – UMA HISTÓRIA CONSTRUÍDA PELA CLASSE TRABALHADORA. ARTIGO APRESENTADO NA UNIVERSIDADE DE KASSEL, 2005-2006.

_____. Educação popular na economia solidária. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan e MELO NETO, José Francisco (Orgs). **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDUFAL, 2005, pp. 87-104.

PASQUETTI, L. A. O MST como empresa social. In: **Revista Estudos 2** – UNESP/NERA, Presidente Prudente, 1998.

PIORE, M. J; SABEL, C F. **The second industrial divide**. New York: Basic books, 1981. Resenha disponível em Lua Nova: revista de cultura de política.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez Editora e Fundação Perseu Abramo, 2002.

RAZETO, Luís. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2001.

SALLUM Fo., B. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000). In: MOTA, C. G., **Viagem incompleta - a experiência brasileira**. São Paulo: SENAC, 2000, pp. 405-438.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____(org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHIOCHET, Valmor, SCHWENGBER, Ângela e MEDEIROS, Alzira (orgs). **Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas de economia solidária**. Brasília: SENAES, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **SENAES: gestão coletiva, resultados compartilhados**. Brasília: SENAES, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **SENAES: Por uma política nacional de formação/educação em ES - PPNFES**. Brasília: disponível em WWW.mte.gov.br, acesso em julho de 2010.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. A Economia Solidária e os novos paradigmas de desenvolvimento: sustentabilidade, solidariedade e territorialidade. In: **Curso Economia Solidária, Políticas Públicas e Desenvolvimento Solidário**. Brasília: ENAP, 2004.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do desenvolvimento sustentável e solidário. Distribuído na Capacitação de Servidores Públicos em Economia Solidária (DRT's). In: **Curso Economia Solidária, Políticas Públicas e Desenvolvimento Solidário**. Brasília: ENAP, 2005.

SINGER, Paul. SOUSA, André Ricardo (orgs). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. Desenvolvimento solidário: significado e estratégia. In: **Curso Economia Solidária, Políticas Públicas e Desenvolvimento Solidário**. Brasília: ENAP, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAUILE, José Ricardo [et al]. **Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas**: relatório final: junho de 2004. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios da administração científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1979.

TERMO DE REFERENCIA DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. Brasília: MTE/SENAES, 2004.

TERMO DE REFERENCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Brasília: MTE/SENAES, 2005.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Trad. Neil Ribeiro da Silva. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp-Itatiaia, 1977.

TODESCHINI, Remigio & MAGALHÃES, Reginaldo. A CUT e a Economia Solidária. In: **Sindicalismo e economia solidária**. Central Única dos trabalhadores – CUT, 1999. pp. 5-22.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **INCUBACOOOP**: iniciação à cooperação econômica e ao cooperativismo. Recife: Imprensa Universitária da UFRPE, 2002.

UNITRABALHO e FINEP. **Caderno - A economia solidária no estado da Paraíba**. João Pessoa: AMBP – Sociedade Banco de Projetos – FABRACOR, 2008.

WEBER, Max. Max Weber: sociologia. In: COHN, Gabriel (org). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1979.

ANEXOS

CARTA DE PRINCÍPIOS (ANEXO I)

02 de maio de 2005

Em junho de 2003, a III Plenária Nacional da Economia Solidária, após debates em 18 estados brasileiros, aprovou a Carta de Princípios, abaixo. Essa carta pretende ser a identidade do Fórum Brasileiro da Economia Solidária, criado naquela ocasião. Ela tem 3 partes distintas que se complementam: a história e o momento atual; os princípios gerais e específicos; o que a Economia Solidária não é.

1. Origem e cenário atual

A Economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos, como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e, os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas nesses dois campos sempre foram complementares; entretanto, a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados”, que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas”, que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho à

margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de Economia Solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos - economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

2. Convergências - O que é a Economia Solidária

Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- A valorização social do trabalho humano,
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- Os valores da cooperação e da solidariedade.

<p>Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.</p>
--

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos

Por um sistema de finanças solidárias

- Para a Economia Solidária, o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:
- A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseado nas suas próprias poupanças.
- A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário, utilizando moedas

comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

- Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a Economia Solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.
- Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica, que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.
- A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a **territorialidade e o desenvolvimento local** como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.
- A Economia Solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.
- A Economia Solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeitos dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

- A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.
- A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.
- A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.
- A Economia Solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.
- Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos.
- O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.
- Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

3. A Economia Solidária não é:

- A Economia Solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
- A Economia Solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.
- A Economia Solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza

às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

- A Economia Solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
- A Economia Solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista, que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
- A Economia Solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.
- A Economia Solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista, que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
- A Economia Solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista, em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
- A Economia Solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação, que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.
- A Economia Solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor, que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

Última Atualização (02 de maio de 2005)








**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
ORIENTAÇÃO DE TESE
PROF. DR. ARLINDO SOARES**

ENTREVISTA – ECONOMIA SOLIDÁRIA (ANEXO II)





- 1) Qual o seu nome, endereço e data de nascimento?
- 2) Desenvolve alguma atividade de forma coletiva? Qual é o perfil das pessoas que compõem o grupo?
- 3) Você tem algum tipo de renda além desse? Desenvolve algum trabalho formal? Em quê?
- 4) O que você entende por Economia Solidária?
- 5) O que motivou você a trabalhar com Economia Solidária?
- 6) Você recebe algum tipo de incentivo (capacitação/ formação, financeiro) para participar da Economia Solidária? Qual?
- 7) Você identifica algum tipo de contribuição da Economia Solidária na sua vida?
- 8) Você participa de algum movimento social, rede de articulação, fóruns, clubes de troca, grupos de discussão ou serviço de orientação vinculado a alguma entidade pública?
- 9) Você identifica alguma diferença/ proposta de futuro entre a Economia solidária e o sistema econômico atual?
- 10) Como era a sua vida social e financeiramente antes da Economia Solidária? Faça um comparativo entre as duas situações.
- 11) Fique à vontade para fazer algum comentário.

ANEXO III






DIAGNÓSTICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA		
1. Identificação:		
Número do formulário:	Empreendimento:	
Município	Estado:	
Nome do Empreendimento:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	FAX:
Município:		
Telefone:		
E-mail:		
Pessoa p/ contato:		
Ano de início das atividades:		
2. Forma de Organização:		
Área de atuação:		
<input type="checkbox"/> Urbana	<input type="checkbox"/> Rural	<input type="checkbox"/> Rural e urbana
3. Situação atual da organização:		
<input type="checkbox"/> Em funcionamento/ operando	<input type="checkbox"/> Em implantação	
4. Qual o destino dos produtos e/ou serviços do empreendimento?		
<input type="checkbox"/> São vendidos		
<input type="checkbox"/> São trocados		
<input type="checkbox"/> Uma parte é trocada a outra vendida		
<input type="checkbox"/> Apenas para suprir as necessidades do próprio grupo		
5. O empreendimento vivencia algum tipo de dificuldade na realização de suas atividades. Em caso afirmativo, identifique as mais comuns:		
<input type="checkbox"/> Crédito		

-  Mercado consumidor
-  Espaço adequado para venda dos produtos
-  Falta de orientação técnica
-  Dificuldade em legalizar o empreendimento.
-  Falta de divulgação

6. O empreendimento participa de algum tipo de rede, assembléia ou outra forma de articulação, como:

-  Assembléias
-  Fóruns ou redes de economia solidária
-  Centros de comercialização
-  Cooperativas

7. O empreendimento participa de algum movimento social ou popular? De que tipo?





-  Pastorais
-  Movimento de luta pela moradia
-  MST
-  Movimento de Igualdade Racial
-  Outro movimento.

8. O empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária?





-  Sim  Não (Se a resposta for “não”, passe para as questões 9 e 10)

9. Na organização de suas atividades, há alguma medida adotada pelo empreendimento com foco na qualidade de vida dos consumidores?

Que medidas?

-  Oferta de produtos sem agrotóxicos;
-  Preços mais acessíveis.
-  Incentivo ao consumo ético e comércio justo.
-  Informações dos produtos aos consumidores.

10. O empreendimento além de gerar renda, produz alguma outra satisfação? Qual/quais?

-  Emocional;
-  Ideológica.
-  Espiritual.
-  Empoderamento.

11. Qual o número de pessoas de pessoas que vivem do Empreendimento?**12. Você percebe alguma contribuição na sua vida pessoal através do trabalho que você desenvolve na Economia Solidária? E para a sociedade de um modo geral?**

PERFIL DOS ENTREVISTADOS (ANEXO IV)

Descrição sucinta do perfil dos entrevistados, citando algumas informações para melhor contextualizar a ligação apresentada entre eles e a Economia Solidária, a saber:

- a) **Paul Singer** – Secretário Nacional de Economia Solidária e grande ativista dos movimentos sociais, além de intelectual renomado; pesquisador que já escreveu diversas obras sobre o assunto.
- b) **Roberto Alves Marinho** – Diretor de Departamento de Estudos e Divulgação da SENAES/MTE, antigo membro da Cáritas Brasileira, Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela UNB/BSB;
- c) **José Brendan Macdonald** – Professor Doutor Voluntário do Programa de Pós-Graduação em Educação Popular da Universidade Federal da Paraíba, e fundador sócio da INCUBES – Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFPB;

- d) José Francisco de Melo Neto** – Professor Doutor Titular da Universidade Federal da Paraíba. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação Popular, Comunicação e Cultura. Coordena o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. É também coordenador da INCUBES – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Rede Unitrabalho na UFPB, uma das Entidades de Apoio e Assessoramento vinculadas à coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária na Paraíba;
- e) Terezinha Porto** - empreendedora do Grupo Arte Diversas, participou da coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária até o ano de 2003;
- f) Izilda Firmina** – empreendedora econômica solidária do Grupo Talento Solidário e membro do Fórum Estadual de Economia Solidária;
- g) José Marcelino** - empreendedor econômico solidário do Grupo Arte Diversas e membro do Fórum Estadual de economia solidária;
- h) Rita Mônica** - empreendedora e uma das coordenadoras da Associação Ciranda Cirandinha.
- i) Leonila da Conceição** - empreendedora e uma das coordenadoras da Associação Ciranda Cirandinha.
- j) Odete** - empreendedora econômica solidária do Grupo Talento Solidário e membro do Fórum Estadual de Economia Solidária;
- l) Maria José** - empreendedora econômica solidária do Grupo Talento Solidário e membro do Fórum Estadual de Economia Solidária, atua fazendo articulação no Grupo Municipal de Economia Solidária – Fazendo Arte e Economia Solidária e participa de diversas frentes objetivando a elaboração de políticas públicas acerca da temática;

m) Sandro Gomes – Coordenador do Instituto Cidades, uma entidade de apoio e assessoramento aos empreendimentos econômicos solidários. Também coordena o Projeto Brasil Local na Paraíba, um projeto originário da SENAES-MTE;

n) Ednaldo – Participante de Movimentos Sociais e membro integrante da INCUBES/UFPB e do Fórum Estadual de Economia Solidária. Atua em grupos de Educação Popular nos bairros de João Pessoa;

o) Marcos Moreira – Membro da Associação Frei Gregório em Cabedelo, atua como educador popular e é pesquisador do assunto;

p) Francisco Xavier – Membro integrante da INCUBES/UFPB, atua junto à coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária, acompanha empreendimentos econômicos solidários em João Pessoa e atua como educador popular;

q) Luciene Martins - Atua junto à coordenação da Cáritas Região Nordeste, bem como na Fundação Dom Hélder, além de participar do Fórum Estadual de Economia Solidária na Paraíba e promover articulação junto ao movimento social de Economia Solidária no sertão paraibano.